

conjuntura brasileira

récépissé n°43 089
 directeur de la publication:
 trefeu roger
 tiragem: 850 exemplares

assinatura

6 meses: U\$ 8 (35f)
 1 ano: U\$ 16 (70 f)

assinatura de apoio

6 meses: U\$ 20 (100f)
 1 ano: U\$ 40 (200f)

pagamento por:

chèque bancário ou postal
 CCP 10 822 83A paris
 via aérea mais U\$ 3 (15 f)
 números atrasados U\$ 2 (10f)

endereço

bp 322
 75 122 paris cedex 03
 france
 ou
 c/o michel thery
 29, rue meslay
 75 003 paris
 france

distribuição

librairie portugaise et brésilienne
 33, rue gay-lussac-75 005 paris
 le tiers-mythe
 21, rue cujas-75 005 paris
 librairie "que faire"
 1, place des grottes-1201 geneve
 librairie l'oeil sauvage
 221, chaussée d'ixelles-1050 bruxelles
 livraria opinião
 rua nova trindade, 24-lisboa

publicações consultadas

jornais

O ESTADO DE S. PAULO
 JORNAL DO BRASIL
 JORNAL DA TARDE
 O GLOBO
 GAZETA MERCANTIL
 FOLHA DA TARDE
 TRIBUNA DA IMPRENSA
 Opinião
 MOVIMENTO
 Brasil Mulher
 O SAO PAULO
 DE FATO

revistas

DIRIGENTE INDUSTRIAL
 Conjuntura Econômica
 DIRIGENTE RURAL
 Visão
 EXAME
 BANAS
 VEJA
 boletins
 DIAL
 LATIN AMERICA

publicações

latino-americanas

índice

guia de leitura	3
política nacional	7
política e comércio exterior	15
economia	16
agricultura	19
movimentos sociais	25
censura	38
repressão	39
violência policial	41

2 anos de conjuntura brasileira

Com este número 14 começa o ano 3 do Conjuntura Brasileira. Faz um ano, no editorial do número 7 do cb, dizíamos que apesar dos avanços quanto as fontes utilizadas pela publicação, ainda não tínhamos conseguido "superar completamente os obstáculos para poder ter acesso mais constante e amplo a imprensa semi-legal ou de circulação restrita e a imprensa clandestina no Brasil". Não que tenhamos superado todos os obstáculos. Mas ao longo deste último ano o cb reproduziu materiais de grande parte da imprensa estudantil, da imprensa sindical, dos jornais da esquerda e, de um modo geral, dos jornais que compõem a chamada "imprensa nanica" no Brasil. Este fato, entre outros, fez crescer o interesse pela publicação, ampliando sua divulgação.

A inclusão do Guia de Leitura a partir do número 7 veio dar mais consistência à publicação. Refletindo as discussões e análises do Comitê de Edição sobre a conjuntura brasileira, o Guia de Leitura logo superou a idéia original em que tinha sido pensado: oferecer um quadro sistemático dos artigos divulgados a cada número. Com efeito, mais que isso, o Guia de Leitura introduziu na publicação as posições que derivam de nossa análise da conjuntura brasileira e de suas perspectivas.

Neste número introduzimos algumas modificações na apresentação da publicação. A mudança da capa vem acompanhada de uma melhor disposição das matérias que inegavelmente facilitam a leitura. Entretanto, as persistentes dificuldades materiais tem impedido a realização de outros projetos. Entre eles o relativo a maior frequência na publicação e o da montagem de um arquivo que ficaria a disposição para consultas.

A correspondência com os leitores e o crescente intercâmbio com outras publicações, são aquisições que pretendemos ampliar. Elas cumprem um importante papel no fortalecimento da publicação, consolidando nosso propósito de apresentar um quadro, o mais completo possível, da conjuntura brasileira

comitê de edição

guia de leitura

Para avaliar os resultados das eleições municipais de 15 de novembro temos que analisá-los em relação a dois aspectos fundamentais: 1) Até que ponto o período eleitoral e as eleições contribuíram para a ampliação e fortalecimento das bases do movimento de oposição democrático e popular e para a agitação do programa democrático; 2) Em que medida os resultados eleitorais poderão favorecer ou não o prosseguimento do projeto institucional do ditador Geisel. De um lado trata-se de verificar se o movimento de oposição democrático e popular teve nas eleições um momento de avanço na luta contra a ditadura. De outro, se a ditadura conseguiu com as eleições abrir novas perspectivas para o "projeto institucional", retirando-o do impasse em que se encontrava. Começamos pelo segundo aspecto.

Resumidamente, o ditador Geisel buscava através do processo eleitoral fortalecer a ARENA como estrutura partidária capaz de viabilizar o mecanismo eleitoral como forma de legitimação - uma das condições do projeto institucional. Buscava também utilizar a "dinâmica eleitoral" para a consolidação do bipartidarismo no sentido de a) obter uma representação real para a ARENA de uma faixa importante do eleitorado; b) garantir uma outra faixa ao MDB para consagrá-lo como partido de oposição consentida, incapaz de ferir os limites do jogo eleitoral imposto pela ditadura e c) isolar e desarticular o movimento de oposição democrático e popular, enfraquecendo suas posições e transformando-o numa sub-estrutura do MDB.

Frente a estes objetivos da ditadura os resultados eleitorais mostram que formalmente ela saiu vitoriosa e que o bipartidarismo se consolidou: a ARENA ganhou o maior número de votos e de municípios o que justificaria sua viabilidade como alternativa política e

ideológica para uma grande faixa do eleitorado. Por outro lado, o MDB, assim como em 74 e apesar dele, seguiu sendo beneficiário de um voto de oposição, dobrando sua participação nos executivos municipais e nas câmaras de vereadores em relação às eleições de 1972. Dessa maneira os resultados estariam a comprovar a validade do processo eleitoral como mecanismo de legitimação do poder ditatorial, sem apresentar os riscos da contestação. Estes são os aspectos formais dos resultados eleitorais.

Entretanto, o fato mais significativo destas eleições foi a manifestação de um voto político contra a ditadura militar - o voto programa. Este voto político, de qualidade superior ao voto de oposição, foi possível em virtude dos avanços conquistados pelo movimento de oposição democrático e popular. Com efeito, enfrentando a repressão da ditadura, a lei Falcão e a própria estrutura do MDB (que promoveu uma seleção de candidatos), o movimento de oposição democrático e popular foi capaz de lançar candidatos, sob a legenda do MDB, comprometidos com as lutas democráticas e que agitaram um programa consequente de luta contra a ditadura. Assim, a participação nas eleições de setores importantes do movimento de oposição democrático e popular não se diluiu no voto de oposição via MDB, mas na afirmação do voto programa nos candidatos que, sob a legenda do MDB, agitaram o programa democrático. E esta participação, com todos os limites que teve, se traduz em passos significativos na ampliação e consolidação das bases de apoio do programa democrático. O interesse das massas em participar da vida política, interferindo num processo eleitoral viciado - a farsa eleitoral - para marcar posições e agitar as lutas democráticas, é um sintoma evidente da vitalidade do movimento de oposição democrático

e popular. Junto a este fato político de maior significação - o voto programa -, os resultados eleitorais indicam um indisfarçável sentimento de oposição de parte das grandes massas, ao exprimirem seu protesto votando no MDB (ver quadro na pág. 9: o MDB ganhou nos centro industriais e nas princi - pais cidades). O aumento do voto nulo, embora de valor político inferior ao voto programa, revelou em muitos casos o descontentamento e o protesto de amplos setores. Tal é o caso do voto no "feijão", que só no Rio de Janeiro alcançou 150 mil votos.

Se os resultados formais permitem a ditadura proclamar vitória, ela mal pode iludir o sentimento de oposição crescente expresso no voto na legenda do MDB e no voto nulo. Menos ainda ela pode iludir o significado do voto programa, expressão de uma tática política e da ampliação das bases de apoio do programa democrático. Quanto ao MDB, que se apressa em "reconhecer a derrota" e oferecê-la a ditadura como contribuição ao projeto institucional, os resultados eleitorais indicam que cumpriu parcialmente o papel de canal de expressão do descontentamento popular. Mas os avanços do movimento de oposição democrático e popular e a agitação do programa democrático vão evidenciando a inviabilidade desse partido de oposição consentida para absorver um movimento que afirma um programa conseqüente contra a dita dura.

No guia de leitura do CB 12 dizíamos, a propósito das tendências dentro da burguesia e da situação do movimento de massas, que "Gei - sel, por sua vez, busca enfrentar a radicalização das posições for - jando as bases de uma composição de forças que garanta a continuidade de seu projeto institucional, tanto no plano militar como no entendimento com os diferentes setores que pregam a reforma política". Nessa perspectiva é inegável que

os resultados eleitorais favorecem o projeto institucional. Mas este favorecimento é parcial em virtude da ampliação da crise de dominação da ditadura - o aprofundamento da crise econômica e a radicalização das lutas de massas. Com efeito, a ditadura confronta-se com uma cor-relação de forças que desloca o projeto institucional do reino das fórmulas jurídicas para o terreno da luta de classes.

O descontentamento popular acompanhado dos crescentes conflitos entre explorados e exploradores, constituem um dos elementos fundamentais que a ditadura tem que enfrentar para assegurar sua estabilidade.

O inegável aumento da capacidade reivindicativa e de luta e o crescimento das organizações de base na classe operária; a generalização das mobilizações em diferentes setores sociais através de congressos, conferências, greves, etc; a utilização dos próprios artificios legais da ditadura para se contrapor ao arbítrio, como é o caso da luta contra a censura, constituem as bases que solapam os mecanismos por onde a ditadura busca se institucionalizar.

Junto ao proletariado, o fato mais evidente é o esvaziamento dos sindicatos pelegos, ou melhor, a contestação de sua capacidade re-presentativa na medida que cresce o papel da oposição sindical, reflexo de uma maior organização de base a partir das fábricas. Isto põe em risco, para a ditadura e os pelegos, os próprios mecanismos que até agora lhes serviram para co-brir com aparência legal as deci-sões pré-estabelecidas. O que está por trás daquilo que se convencionou chamar "ânimos exaltados", "descontentamento com o custo de vida" por parte dos trabalhadores, é o trabalho de organização pela base, nas fábricas, que não só é capaz de canalizar as reivindicações dos operários mas também dar à estas reivindicações uma direção conseqüente. O fortalecimento da Opo-

→

sição Sindical é hoje uma realidade que ameaça ganhar não só a própria direção de alguns sindicatos, como traz no seu desenvolvimento o potencial de se constituir numa alternativa global para a luta reivindicativa dos operários e no germe de contestação da estrutura sindical existente. Tentando barrar os passos da Oposição Sindical a ditadura busca com um realismo imposto pelos fatos, recriar ou reanimar as funções da liderança pelega. Fala-se em maior autonomia, em liberalização dos últimos sindicatos sob intervenção, etc. Mas a mesma causa que a obriga a redefinir um papel para os sindicatos - o crescimento das oposições sindicais - já tem força suficiente para dificultar-lhe a tarefa. No momento mesmo em que se tenta promover o pelego do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, uma resposta imediata das oposições sindicais de São Paulo, Osasco e Guarulhos denuncia as manobras desse pelego num documento que diz: "Ficou claro para a maioria dos companheiros que a diretoria não quer encaminhar as lutas para a recuperação dos nossos salários, se nega a organizar os operários nas fábricas e quer desorientar os companheiros que lutam nas fábricas. Fica claro também que os patrões estão sentindo a insatisfação dos trabalhadores e a nossa disposição cada vez maior de lutar por nossos interesses, fazendo pressão a partir das fábricas..." (ver pg.25)

Outra frente de luta contra a ditadura que se amplia, parte da igreja. Estreitamente ligados as lutas das massas, setores da igreja - bispos, padres e leigos - viram-se atingidos pela repressão através de um ataque concentrado sobre o trabalho que desenvolvem no meio operário e, sobretudo, no campo, junto aos posseiros. As prisões, os assassinatos e a propaganda da ditadura para catalogar a ação pastoral como subversiva, levaram a CNBB a formular uma declaração/denúncia - "Pastoral ao Povo de Deus"

Sem fazer abstração das divergências que se situam no seio da igreja com relação ao papel que esta deve desempenhar junto as massas - o engajamento em suas lutas, defendido pelos setores mais avançados; e a ação mais evangelizadora, apreendida pelas áreas moderadas - o documento dos bispos expressa uma correlação de forças favorável a uma tomada de posição ofensiva na denuncia da ditadura, de sua política econômica, da repressão e das torturas (ver documento pgs.28/9).

A ditadura tenta enfrentar esta situação em dois planos. Consciente de que "há diferentes facções na igreja", busca atrair para o diálogo setores importantes da hierarquia (sobretudo cardeais) com o objetivo de, por aí, alcançar um compromisso e uma colaboração no sentido de um controle sobre suas bases e uma atenuação das denúncias. De outro lado, intensifica sua pregação anti-comunista, acusando a igreja - na verdade seus setores mais avançados - de desenvolver uma ação subversiva. Com isto tenta compor o quadro "legal" para enquadrá-los na lei de segurança nacional. Os fatos que ilustram estas duas frentes de ação da ditadura - diálogo/compromisso e repressão - são - são muitos. Ao mesmo tempo em que representantes da ditadura e o próprio Geisel faziam declarações onde mostravam-se abertos ao diálogo, o convento dos dominicanos em Conceição do Araguaia era invadido pela polícia "que revisitou tudo, inclusive os quartos do bispo D. Estevão e do padre Maboni, levando o que quiz". (jornal O Liberal - Belém - 28/11/76 - declarações de D. Thomaz Balduino). Em fins de novembro o então presidente da Câmara, Célio Borja, recebia D. Eugênio Sales, representantes do ministério e líderes do governo para um "diálogo descontraído". Não são estranhos a esta "abertura" por parte da ditadura e de setores da hierarquia eclesiástica, os pronunciamentos anti-comunistas que ganham novo impulso dentro da igreja

através de seus setores reconhecidamente mais reacionários e conservadores. Sintomaticamente, estes pronunciamentos faziam coro aos discursos militares por ocasião das comemorações da Intentona. Por outro lado, a comissão pastoral da terra vem a público com uma nova denúncia sobre as manobras da ditadura para tentar inculpar suas bases e solapar seu trabalho pastoral. Tal é o caso da entrevista forçada do padre Maboni para tentar forjar provas contra o trabalho pastoral e comprometer os bispos e padres do Pará e de outras regiões. Se há portanto, uma disposição para o diálogo e mesmo interesse de setores da hierarquia em exercer um controle e definir limites para a ação dos elementos de base, é também inegável que os setores mais comprometidos da Igreja, fortalecidos pelo apoio das massas, contam com força suficiente para defenderem o direito a desenvolver seu trabalho e impedir seu isolamento.

As lutas pela posse da terra, os conflitos entre posseiros e policiais ou capangas, adquirem uma constância inquietante para a ditadura. Os conflitos que muitas vezes se transformam em enfrentamentos armados, deixam transparecer a explosividade da situação que vai se conformando no campo. Ela é consequência da política de ocupação de novas áreas para a agricultura sob a forma de grandes proprieda -

des. Este movimento de expansão do capitalismo na agricultura libera força de trabalho e institucionaliza um mercado de trabalho nas áreas onde vai se implantando. Na origem desses conflitos está a violência exercida pelas empresas com o apoio da polícia e do exército para a expulsão dos posseiros. Apesar do caráter disperso dessas lutas, em certas regiões os conflitos já são mais ou menos frequentes, indicando uma resistência e solidariedade crescente entre os posseiros. Esses "pobres diabos" (forma pela qual um general se referiu aos posseiros), passam a inquietar a ditadura, em razão da radicalidade que assume sua resistência.

Tudo isso indica que a ditadura se prepara para enfrentar de forma sistemática e a curto prazo, as frentes de luta das massas. Ela vai tentar minar as bases seja das lutas que se manifestam de uma forma "legal", seja daquelas que se manifestam de forma violenta e explosiva, como é o caso dos enfrentamentos com os posseiros. Para enfrentar esta ofensiva a classe operária e o povo contam com toda a experiência adquirida nos últimos anos, com seus núcleos de vanguarda, com seu crescente fortalecimento através das lutas quotidianas e com sua determinação para combater as tentativas de cerco e de controle.

ELEIÇÕES

• O presidente do MDB, Ulysses Guimarães, foi surpreendido no último dia 29 em Niterói, por uma calorosa recepção popular, quando chegava à cidade para promover os candidatos do MDB à prefeitura e à Câmara de Vereadores. Ulysses e o candidato prefeito Wellington Moreira Franco, foram carregados nos ombros por mais de mil pessoas que gritavam "liberdade", "liberdade". Enquanto a multidão aclamava Ulysses, as duas correntes do MDB fluminenses — "amaralistas" e "chaguistas" — disputavam a socos o direito de carregá-lo, ou de ficar a seu lado. 8-11-76 - MOV.

Rio Grande do Sul

• O senador Paulo Brossard foi aplaudido de pé por mais de mil pessoas, que gritavam em coro "abaixo a ditadura", ao final de seu discurso no encerramento da campanha do MDB em Porto Alegre, ontem à noite, no plenário da Assembléia Legislativa. O senador falou apenas 25 minutos, já que ainda tinha discursos marcados em Esteio e em Caxias do Sul, e afirmou que "o MDB haverá de governar este País com o voto do povo, pois o que os governos não eleitos pelo povo conseguiram até agora foi a crise em que se debate o Brasil". 13-11

Feira de Santana 9-11

• Em torno de Francisco Pinto e do candidato Colbert Martins concentraram-se cerca de 15 mil pessoas, no bairro de Queimadinha, ouvindo do ex-deputado duras críticas ao governo e aos arenistas. Ele insistiu na necessidade de "civis e militares nacionalistas darem-se as mãos para lutar contra o regime instaurado em 1964", ressaltando, porém, que "setores militares são também responsáveis e beneficiários da corrupção do atual sistema".

Enquanto um orador no comício arenista se referia, indiretamente, a Francisco Pinto como "comunista ateu,

DO ESTADO DE S. PAULO

Ontem, o Diretório Central dos Estudantes da Universidade de São Paulo divulgou nota oficial aos jornais com um relatório do I Encontro Nacional de Estudantes, realizado na Capital paulista no sábado. O relatório diz que foram apresentadas três propostas de posição frente às próximas eleições: voto nulo, voto de protesto no MDB e voto no programa de candidatos do MDB. Em votação realizada entre os delegados estudantis de várias universidades do País, saiu vitoriosa a posição de voto nulo, com 161 votos favoráveis. Entre outros pontos,

FATOS

ESP-7-11

• De palanque em palanque Ulysses disse a mesma coisa: a necessidade de democracia pela via do voto direto, também a governadores e presidente da República. Explicou o sentido da oposição, enfatizando ser seu dever dizer a palavra não ao que está errado: as multinacionais e o endividamento externo, o elitismo na educação, o tratamento dado ao município, o modelo econômico, a política habitacional, o 477, o AI-5, a sublegenda, a Lei Falcão, as prisões sem habeas corpus. Não sobrou quase nada. E também não se esqueceu de citar, durante todos os seus pronunciamentos, Juscelino Kubitschek, uma espécie de atestado de que o povo sabe votar, "pois vocês já elegeram o maior presidente que o Brasil já teve".

Foi no Rio Grande que ele assistiu ao mais radicalizado sentimento oposicionista, percorrendo Rio Pardo, São Sepé, Santa Cruz e Santa Maria; e ouvindo homenagens a Brizola, a Getúlio, a Rossetti, "ao trabalho tão vivo entre nós".

Plebiscito realizado na USP

Dos 2.741 estudantes da Universidade de São Paulo consultados sobre a questão "Você considera essas eleições livres?", 2.458 (96%) responderam negativamente e 185, afirmativamente. Foram registrados 96 votos em branco e nulos.

A pesquisa de opinião sobre as eleições municipais de 2.ª feira abrangeu parte dos alunos que frequentam o campus da Cidade Universitária. 13-11 - J.T.

estudantes

os universitários fundamentaram sua decisão considerando: 1) "a não existência de liberdade de manifestação e organização dos setores explorados e oprimidos da população (trabalhadores, estudantes, etc)"; 2) "que o único caminho para superar as contradições da sociedade brasileira é a organização independente dos setores oprimidos da população"; e 3) "que tanto MDB quanto Arena, 'partidos' criados através do AI-2, desenvolvem uma política de sustentação do regime militar, mostrando-se inviáveis na defesa dos interesses dos setores explorados". 19-10

Polícia dissolve passeata

Campos — Atendendo a uma determinação do Juiz eleitoral Antonio Sampaio Perez, um choque da Polícia Militar dissolveu, ontem, passeata que encerraria a campanha do candidato a prefeito pela legenda-1 do MDB, Deputado Walter Silva, fechando os acessos à Praça São Benedito, no Centro da cidade, onde os carros de propaganda e de passeio estavam concentrados.

Um fotógrafo do jornal *A Notícia*, Esdras Pereira, que documentou os principais lances da dissolução da passeata, foi agredido por policiais que ameaçaram quebrar sua máquina, caso se negasse a entregar o filme. Os carros saíram da Praça São Benedito, para percorrer as ruas centrais de Campos, às 18 horas. O Juiz eleitoral duas horas antes havia resolvido proibir a passeata. 13-11-76

OSASCO

... A polícia, entretanto, não manteve o mesmo senso de humor de Egydio. Na rua Antonio Agu ele parou em um bar para tomar água e enquanto os partidários de Rossi gritavam o nome dos candidatos arenistas, um rapaz proclamou bem alto o nome de Guaçu Piteri, candidato oposicionista à Prefeitura. Imediatamente os soldados PM do Tático Móvel nº 3.753 o prenderam. A praça Antonio Menk, local do último comício, estava cercada por policiais. No Tático Móvel nº 3.754 havia quatro rapazes detidos — um deles ainda com a marmitta na mão. Os soldados disseram que eram assaltantes. 7-11-76

PRISÕES

ESP

Uma assistente social e um escriturário ficaram dez horas detidos ontem no 32º Distrito Policial, de Itaquera, porque estavam distribuindo o "Jornal do Povo", editado pelo diretório da Bela Vista do MDB, na estação da Central do Brasil do bairro. O delegado Takashi Kawano queria enquadrá-los na Lei de Segurança Nacional alegando que o jornal era subversivo, e só os liberou depois de consultar o juiz eleitoral e a direção do Deops, quando houve interferência da direção estadual do partido oposicionista. O boletim de ocorrência da prisão e os 198 exemplares apreendidos foram encaminhados ao promotor de Itaquera, que decidirá se deve ou não abrir inquérito policial.

PC do B: APOIAR MDB

ESP

Algumas agências internacionais de notícias receberam ontem, pelo correio, exemplares da edição de outubro de "A Classe Operária", órgão do Partido Comunista do Brasil, de tendência chinesa, que recomendou votar nos candidatos do "único partido de oposição legal do País, o MDB".

Segundo a publicação, "o voto deve ser empregado como arma de combate, principalmente contra o partido governamental, a Aliança Renovadora Nacional (Arena)".

Assinala, ainda, que, embora o MDB tenha em sua fileiras dirigentes que "não cumprem o que prometem ao eleitorado, objetivamente o partido aparece como força de oposição". Depois de formular violentas críticas contra o governo brasileiro, "A Classe Operária" lembra que os votos dados ao MDB "são votos contra o governo e contra a direção do único partido de oposição, vacilante e inquieto, que não deseja alcançar uma vitória expressiva nas urnas, temendo as ameaças governamentais". 12-11-76

Invasão

JB-13-11

Três homens, que se diziam delegado e inspetores da Polícia Federal, e afirmavam cumprirem determinação da Justiça Eleitoral invadiram, ontem, a sede do Diretório Metropolitano do MDB, na travessa do Carmo, na Capital, revistaram todo o prédio, forçaram gavetas e levaram material de propaganda partidária do candidato à Câmara de Vereadores, Marcos Klasmann, presidente do setor jovem do MDB de Porto Alegre.

estrague o voto

JORNAL DO BRASIL

Na última semana de campanha, uma voz feminina passou a repetir pelos telefones do Rio de Janeiro um novo slogan eleitoral: "Vote bem, votem em ninguém". A recomendação poderia se confundir facilmente com um troço telefônico inconsequente, não fosse a inflexão da voz, que é indistintamente a de uma fita gravada. O sotaque eletrônico a identifica com uma campanha organizada em favor do voto branco ou nulo no dia 15 de novembro.

Num encontro nacional de estudantes, na Universidade de São Paulo, nasceu há semanas o grupo Liberdade e Luta. Sua plataforma pedir que o eleitorado paulista vote no Pavão Misterioso, a nova versão de Cacareco entre os eleitores que pretendem estragar seu voto nas próximas eleições. O movimento existe também entre os universitários do Rio e de São Paulo, onde o nome escolhido pelos que defendem a anulação do voto é o de um personagem da televisão. E, em todo o país, os inúmeros candidatos que se identificaram como zebbras, criaram involuntariamente essa nova expressão de voto nulo. (...)

Em Piquerobi, pequeno reduto de 1 mil 600 eleitores da região da Alta Sorocabana, um Município onde a presença do MDB vem minguando de eleição em eleição e a Arena não cresce há seis anos, houve campanha intensiva em favor da anulação do voto, durante três meses. Lá, um grupo de arenistas des-

contentes pretende, com isso, que o candidato único a prefeito da cidade tenha votação menor do que a soma dos votos nulos. Isso determinaria a realização de novas eleições em janeiro. (...)

Nas eleições municipais de 1972, quando mais uma vez chegou a ser esboçado no MDB gaúcho um movimento em protesto agora contra a reforma constitucional que, em meados do ano, adiará para 1978 a eleição direta dos governadores — 115 851 eleitores votaram em branco e 84 725 anujaram o voto. O número de votos de protesto começava a decrescer, mesmo se o de eleitores aumentava.

Atualmente, desde que aprendeu a lição de 1970 e experimentou em 1974 a sua maior vitória eleitoral em grande parte pelo esforço que fez junto ao eleitorado para que evitasse estragar o voto, só num município do Rio Grande do Sul a Oposição tem feito campanha em favor do voto em branco. É na cidade de Bom Retiro do Sul, de 4 mil e 500 eleitores, onde o MDB não tem candidato a prefeito, embora peça votos para sua chapa de vereadores.

Mas não há campanha sistemática pela anulação do voto no Rio Grande do Sul. O Deputado Cesar Schimer, que se elegeu em 1974 pelo MDB com o voto dos universitários reconhece "ter ouvido falar qualquer coisa" a respeito de um movimento no meio estudantil em favor da anulação do voto. 13-11-76.

Q ESTADO DE S. PAULO

VIOLENCIA

Um assassinato, uma tentativa de homicídio e vários feridos a bala, a pauladas, a socos e pontapés — este o resultado da violência político-eleitoral no último fim de semana marcado por lutas entre sublegendas ou partidos desde o Maranhão, onde o candidato da Arena-2 à Prefeitura de Presidente Dutra foi assassinado, ate Jacupiranga, em São Paulo, onde emedebistas tumultuaram um comício da Arena, quando falava Raphael Baldacci Filho, secretário do Interior.

descontentes

A crer no presidente do diretório regional do MDB baiano, Roque Aras, em pelo menos 30 municípios do Estado alas arenistas preteridas por grupos majoritários do partido passaram a apoiar a oposição.

No Piauí, as desavenças entre arenistas correm por conta das lideranças opostas do ex-governador Alberto Silva e do senador Petronio Portella. Em Picos, por exemplo, o ex-deputado estadual Sá Urtiga, que nenhum apoio recebeu do "petronista" Helvídio Nunes nas últimas eleições, desforra-se, fazendo a campanha do emedebista Severo Eulálio.

SÓ ARENA

As vezes, a disputa é maior em municípios onde a oposição não tem candidato, como é o caso de Marimbondo, em Alagoas, onde o atual prefeito Manoel Antonio de Santana deixou de apoiar a candidatura do ex-prefeito à sua sucessão. Espicaçado, o ex-prefeito lançou pelo MDB a candidatura de sua mulher,

NO MDB

Embora mais frequentes na Arena, as dissensões não poupam o MDB. Contra os indisciplinaos a oposição tem tomado medidas severas, chegando às vezes à expulsão do partido.

Mais conturbada parece estar a situação do MDB do Estado do Rio de Janeiro, onde a influência do ex-governador e de seu grupo vem minando o partido, para satisfação da agremiação governista, principalmente na Baixada Fluminense e Niterói. Em Nova Iguaçu, os chaguistas apóiam os candidatos da Arena. 7-11-76

O ESTADO DE S. PAULO

ELEITORADO APTO A VOTAR NAS ELEIÇÕES DE 15.11.76

Unidade da Federação	Número de eleitores	Unidade da Federação	Número de eleitores
Acre	75.534	Paraná	3.335.537
Alagoas	478.437	Pernambuco	1.866.448
Amazonas	398.792	Piauí	714.766
Bahia	2.849.216	Rio de Janeiro	4.763.156
Ceará	1.784.185	Rio Grande do Norte	659.175
Espírito Santo	669.225	Rio Grande do Sul	3.307.793
Goias	1.500.000	Santa Catarina	1.545.044
Maranhão	913.839	São Paulo	9.338.392
Mato Grosso	769.005	Sergipe	317.715
Minas Gerais	5.228.895	Território do Amapá	42.559
Pará	1.097.157	Território de Rondônia	54.691
Paraíba	916.748	Território de Roraima	17.148
Subtotal apto a votar			42.623.457
Distrito Federal			252.707
Total			42.876.164

Em 179 municípios - dos 3.968 atualmente existentes - não haverá eleições para prefeito: 106 são considerados Área de Segurança Nacional, 43 é o total das estâncias hidrominerais e 21 são as capitais dos Estados. Também em 9 municípios dos Territórios os prefeitos são nomeados pelo governo federal.

A não realização de eleições nesses 179 municípios exclui do direito de eleger prefeitos

11.965.911 eleitores regularmente inscritos. O total representa aproximadamente 30% do eleitorado brasileiro.

Na eleições do dia 15, a Arena sairá à frente do "placard" eleitoral em 1.789 municípios, onde o MDB não conseguiu constituir diretórios e por isso não terá candidatos. A informação de que o MDB concorre em somente 2.000 cidades foi colhida na própria secretaria do partido oposicionista, em Brasília.

Nas Capitais brasileiras, municípios considerados área de segurança nacional e estâncias hidrominerais, o pleito se restringirá à eleição de vereadores. De acordo com a Constituição do Brasil, é da competência do presidente da República indicar os prefeitos das áreas de segurança, como Santos e São José dos Campos; da mesma forma, compete aos governadores nomear os dirigentes das Capitais e das estâncias hidrominerais. 14-11-76

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE S. PAULO

Municípios de interesse da Segurança Nacional

14-11

ACRE — Brasília, Cruzeiro do Sul, Feijó, Sena Madureira, Tarauaca, Xapuri, Plácio de Castro, Mancio Lima, Manuel Urbano, Assis Brasil e Senadon Guiomar dos Santos.

AMAZONAS — Atalaia do Norte, Barcelos, Benjamin Constant, Santa Isabel do Rio Negro, Ipixuna, Japurá, Santo Antonio do Ica, São Paulo de Olivença e São Gabriel da Cachoeira.

BAHIA — Camaçari, Candeias, Lauro de Freitas, Paulo Afonso, São Francisco do Conde, Simões Filho, Casa Nova, Sento Sé, Pilão Arcado e Remanso.

GOIÁS — Anápolis.

MARANHÃO — São João dos Patos.

MATO GROSSO — Antonio João, Amambai, Bela Vista, Cáceres, Caracol, Corumbá, Iguatemi, Ladário, Mato Grosso, Ponta Porã, Porto Murinho, Três Lagoas, Eldorado, Mirassol do Oeste, Mundo Novo e Aral Moreira.

PARÁ — Almetrim, Altamira, Itaituba, Obidos, Oriximina, Marabá e Santarém.

PARANÁ — Barracão, Capanema, Foz do Iguacu, Guaíra, Medianeira, Marechal Cândido Rondon, Pérola D'Oeste, Planalto, Santa Helena, Santo Antonio do Sudoeste e São Miguel do Iguacu.

PIAUI — Guadalupe.

RIO DE JANEIRO — Angra dos Reis, Duque de Caxias e Volta Redonda.

RIO GRANDE DO SUL — Alecrim, Bagé, Canoas, Crissiumal, Dom Pedro, Horizontina, Itaquí, Jaguarão, Porto Lucena, Porto Xavier, Quaraí, Osório, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana do Livramento, Sao Borja, São Nicolau, Tenente Portela, Tramandaí, Três Passos, Tucunduva, Tuparendi, Roque Gonzales, Uruguaiana e Erval.

SANTA CATARINA — Descanso, Dionísio Cerqueira, Itapiranga, São José do Cedro, Guaraciaba e São Miguel do Oeste.

SÃO PAULO — Castilho, Cubatão, Paulínia, Santos e São Sebastião.

A votação em todo o país

Estado	Capital vereadores		Interior prefeitos	
	Arena	MDB	Arena	MDB
Acre	13.173	14.600	14.337	12.615
Alagoas	48.514	31.107	153.716	70.437
Amazonas	75.393	69.698	34.569	19.782
Bahia	146.786	193.514	869.843	230.023
Ceará	166.994	136.027	631.953	112.047
Esp. Santo	33.724	33.411	290.083	166.004
Goiás	58.111	82.076	461.111	313.858
Maranhão	50.714	30.116	225.717	43.280
M. Grosso	19.300	12.415	248.760	67.260
Minas Gerais	224.441	306.853	1.412.862	759.016
Pará	108.310	115.817	189.141	81.987
Paraíba	48.146	45.998	162.114	107.019
Paraná	173.930	143.492	1.235.256	746.753
Pernambuco	156.905	148.706	633.586	228.740
Piauí	47.687	30.296	65.551	45.007
Rio de Janeiro	546.820	1.253.440	740.010	781.412
R. G. do Norte	54.401	38.476	169.778	61.186
R. G. do Sul	147.963	276.073	1.174.558	1.188.849
S. Catarina	37.703	25.377	736.009	530.816
S. Paulo	1.039.286	1.595.715	2.691.754	1.819.788
Sergipe	28.357	40.207	118.580	24.222
T. do Amapá	7.689	4.016	16.445	7.098
T. de Rondônia	5.833	5.520	638	—
T. de Roraima	5.833	5.520	748	—
	Arena	15.528.132		
	MDB	12.055.669		
	Diferença	3.472.463		

Os números deste quadro foram colhidos pelas sucursais e correspondentes de "O Estado", junto às mesas apuradoras em todo o País. As apurações já terminaram em São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Curitiba, Florianópolis, Teresina, Recife, Salvador, Manaus, Porto Alegre, Aracaju, Goiânia e Fortaleza. Mas, elas ainda continuam no interior de quase todos os Estados. Na Bahia, terminará na próxima semana, assim como no Pará e Amazonas. 24-11

MOVIMENTO 22/11/76

Os resultados nas 100 maiores cidades

Estas são as 100 cidades mais populosas do País, apresentadas em ordem decrescente de número de habitantes. As cidades precedidas da bolinha preta são aquelas onde o MDB venceu em 1976. As cidades seguidas de um asterisco são capitais de Estado; as cidades seguidas de dois asteriscos são consideradas áreas de segurança nacional; e as assinaladas com três asteriscos são estâncias hidrominerais; nelas, não há eleições para prefeito, — e a vitória, portanto, foi na Câmara de Vereadores.

- São Paulo *
- Rio de Janeiro *
- Belo Horizonte *
- Recife
- Salvador *
- Fortaleza
- Porto Alegre *
- Nova Iguaçu
- Belém *
- Curitiba *
- Brasília
- (não há eleições)
- D. de Caxias (RJ) **
- São Gonçalo (RJ)
- Goiânia *
- Sta. André (SP)
- Campinas (SP)
- Santos (SP) **
- Manaus *
- Osasco (SP)
- Niterói
- S. J. de Meriti (RJ)
- Natal *
- Campos (RJ)
- São Luis *
- Maceió *
- Guarulhos (SP)
- Teresina *
- João Pessoa *
- Jus. de Fora (MG)
- Londrina (PR)
- S. B. do Campo (SP)
- Jubaotepe (PE)
- Ribeirão Preto (SP)
- Olinda (PE)
- Cumama Grande (PB)
- Pelotas (RS)
- Feira de Santana (BA)
- Aracaju *
- Petrópolis (RJ)
- Sorocaba (SP)
- Jundiaí (SP)
- Gov. Valadares (MG)
- S. J. dos Campos (SP) ***
- Sta. Maria (RS)
- Canoas (RS) **
- Campo Grande (MT)
- Praticaba (SP)
- Caxias do Sul (RS)
- Florianópolis *
- Caruaru (PE)
- S. Caetano do Sul (SP)
- Moji das Cruzes (SP)
- Vitória * (empate)
- Santarém (PA) **
- Vila Velha (RS)
- Lages (SC)
- Umuarama (PR)
- Bauru (SP)
- Contagem (MG)
- Joinville (SC)
- Maringá (PR)
- Vit. da Conquista (BA)
- Ponta Grossa (PR)
- Uberlândia (MG)
- Vitoria Ruanã (RJ) **
- Uberlândia (MG)
- Nilópolis (RJ)
- S. J. do Rio Preto (SP)
- Teófilo Otoni (MG)
- S. Vicente (SP)
- Mogi (RJ)
- Mauá (RJ)
- Caracica (RS)
- Itabuna (BA)
- Guarapuava (PR)
- Anápolis (GO)
- Caxavel (PR)
- Taubaté (SP)
- Rio Grande (RS) **
- Mossoró (RN)
- Cubatã (MT) *
- Pres. Prudente (SP)
- Aracatuba (SP)
- Montes Claros (MG)
- Barra Mansa (RJ)
- Sobral (CE)
- Guarujá (SP)
- Ilheus (BA)
- Blumenau (SC)
- Cáceres (MT) **
- Franca (SP)
- Jaquie (BA)
- Araraquara (SP)
- Assis Chateaubriand (PR)
- Quixadá (CE)
- S. Lourenço da Mata (PE)
- Cor. do Ilapemirim (ES)
- Caratinga (MG)
- Arapiraca (AL)
- Juazeiro do Norte (CE)

QUEM GANHOU AS ELEIÇÕES?

Comparação dos totais de votos nas legendas dos dois partidos entre as eleições de 70, 72, 74 e 76.

	1970	1972	1974	1976
A população em idade de votar (MAIORES DE 18 ANOS)	45,7 milhões	48,6 milhões	51,2 milhões	54,1 milhões
O número de ELEITORES	29,0 milhões	32,9 milhões	35,8 milhões	42,6 milhões
Votaram na ARENA	11,4 milhões	17,2 milhões	12,2 milhões	17,5 milhões
Votaram no MDB	4,9 milhões	6,9 milhões	11,2 milhões	13,5 milhões
Votaram em BRANCO	4,2 milhões	2,3 milhões	3,6 milhões	3,5 milhões
Votaram NULO	1,9 milhões	1,6 milhões	2,0 milhões	2,6 milhões
Não compareceram para votar (ABSTENÇÕES)	6,6 milhões	4,9 milhões	6,8 milhões	5,5 milhões

No final da semana, o presidente da Arena dizia que seu partido tinha tido uma grande vitória em relação a 74, mas também não explicava como. Em 74 a Arena já tinha conseguido maioria de votos para a Câmara Federal; 12 milhões contra 11 milhões de votos. O avanço atual da Arena se deu em relação a que referencial? Ganhar do MDB, ela já havia ganhado em 74, no voto para a Câmara Federal. Agora, a vitória da Arena era em relação a quê?

Em relação a 1972, as eleições do último dia 15, permitiram um razoável crescimento do número de prefeitos e vereadores do MDB em vários Estados de grande importância política, como São Paulo e Rio Grande do Sul e um enorme crescimento do número de votantes nas legendas do MDB em todo o país; em relação a 1974, o 15 de novembro significou, em todos os Estados e em quase todas as capitais, uma substancial diminuição do número de votos da legenda do MDB quando comparado com a votação de legenda que lhe é mais próxima em 74, a de deputado estadual.

Em relação a 72, os avanços são evidentes. Um balanço sumário feito pelo *Estado de S. Paulo* na semana passada mostrava que a legenda do MDB, somando-se os votos para vereador nas capitais com os de prefeito no interior, tinha crescido mais de 100% em relação a 72 e que a diferença de votos entre MDB e Arena, poderia ser inferior à soma dos votos nulos e brancos. Em São Paulo, com base em números desse tipo, o senador Franco Montoro perguntava ironicamente, "Quem ganhou as eleições? Em 72 tínhamos 77 vereadores na capital, agora temos 13. Em 72 tínhamos 800 vereadores em todo Estado, agora teremos perto de 2 mil".

Em relação a 74, São Paulo é também um bom exemplo da situação geral do MDB nessas eleições; enquanto a Arena passou da sua votação de 28,6% do total (em relação a Assembleia Legislativa) para perto de 50% dos votos na legenda para vereador em todo o Estado, o MDB cai de 48% (votos de sua legenda para a AL em 74) para menos de 40%.

A polarização do pleito fica evidente a partir da constatação de que os votos em branco, um tipo de voto em geral oposicionista mas mais vacilante que o voto nulo, diminuíram na maioria dos casos, de 74 para 76. Em 74 o número de votos brancos na votação para a AL chegou a 18,4% do total, enquanto a votação da Arena 28,6%.

Essas duas conclusões extraídas dos resultados do São Paulo valem também para o Rio Grande do Sul. Em prefeituras e número de vereadores o MDB aumentou muito a sua representação de 72

para 76; no número de votos na sua legenda, também. Em relação a 74, a porcentagem de votos da legenda do MDB diminuiu. O MDB do Rio Grande do Sul ficou com 50% de todos os votos para vereador no Estado, enquanto a Arena ficará com cerca de 45% porque, mais do que em São Paulo, o MDB ganhou os votos das correntes situadas em posições de um protesto mais contundente, equivocado ou não, em relação ao regime. No Rio Grande do Sul, não só os votos em branco diminuíram, como em São Paulo (lá caíram de 8% para perto de 2%) como também os votos nulos diminuíram, ao contrário do que ocorreu em São Paulo, onde os nulos passaram de 6 para 8%. Em algumas das grandes cidades operárias em torno de São Paulo, os votos nulos e brancos se elevaram a 18% da votação (Santo André, Arena, 35%, nulos e brancos 18%; São Caetano, 30% e 18%; Diadema, 20% e 18%).

Por outro lado, vários setores da oposição se empenharam em destacar o aspecto do voto no MDB como um voto de protesto contra o governo e mesmo o regime, procurando derrotar um ou ambos no resultado eleitoral. E é certo também que além do empenho subjetivo de muitos oposicionistas em dar ao pleito esse sentido, existiu também, em muito maior escala, o voto no MDB como protesto por parte de setores da população amplamente convencidos de que o MDB praticamente nada fez depois de 1974 e pouco ou nada pode fazer. "Essa ilusão nós não temos", disse um chofer de táxi paulista.

Falando no interior do Paraná recentemente, o Presidente disse que a Arena precisaria ganhar não só do MDB como também dos votos brancos e nulos. O Presidente estava assim encarando os votos brancos e nulos como sendo no geral, de oposição. Os dados que se conhece do dia 15 lhe dão razão: o nulo mais comum no Rio por exemplo foi o voto "feijão", estimado em 150 mil votos; forma popular de dizer que um dos gêneros alimentícios mais ricos e preferidos da população, chegou em certos casos a mais de 20 cruzeiros o quilo em consequência de uma política voltada para os mercados externos e para a substituição de áreas e de incentivos ao cultivo de feijão por áreas e incentivos ao cultivo da soja. E a diferença é apreciável: somando os nulos e brancos à legenda do MDB na capital de São Paulo, a diferença do MDB sobe de 560 mil para 900 mil votos (cerca de 250 mil nulos e 100 mil brancos em S. Paulo). E transforma a derrota do MDB em todo Estado em uma vitória de oposição: no total do Estado de São Paulo, a Arena teve 3,7 milhões de votos contra 3,6 milhões do MDB; somando apenas os 250 mil nulos da capital aos do MDB já se observa a vitória da oposição.

GEISEL - AINDA HA FACÇÕES

Para o presidente, o fato político mais importante do momento é o resultado das eleições municipais —

Ele notou que a Arena cresceu muito no último pleito e disse que aqueles que o criticaram

por ter participado ativamente da campanha eleitoral não entenderam a importância do município na estrutura político-administrativa do País.

Geisel comentou também que a Arena cresceu muito.

fortaleceu-se, mas que a estrutura partidária do País ainda é fraca — ainda existem facções da UDN, do PSD Assinalou, porém, que não se estrutura um partido em um mês, dois meses, um ano. 3-12

Resultados satisfazem Partidos 22/11

Brasília — Ao se aplicarem durante a semana ao exercício de comemorar a vitória, as lideranças partidárias mais expressivas não estão promovendo um mero ritual: os resultados das urnas realmente despertaram uma imensa satisfação nas cúpulas arenista e emedebista. E elas não escondem isso.

A Arena, por ter conseguido se reabilitar do desastre de 1974. E o comando emedebista, a ala moderada, por ter saído fortalecido pela derrota do Partido nos redutos de alguns dos mais expressivos líderes da facção Autêntica, recuperando assim a parte de seu poder de barganha, perdida em 1974, quando o grupo chegou a ameaçar a hegemonia dos moderados.

A Vitória da Arena em Curitiba, não só prestigiou o Ministro Ney Braga — considerado por todos o grande vitorioso — como atrapalhou ou planos a nível estadual do Sr Alencar Furtado. O mesmo aconteceu com o Senador Marcos Freire, abalado que foi em seu prestígio pelas derrotas em Recife e em Caruaru. Finalmente, a retomada da Prefeitura de Juiz de Fora pela Arena prejudicou o

Todos os nomes citados, uns mais, outros menos, continuam sendo forças políticas bastante poderosas em seus Estados, para pleitear os respectivos Governos. Mas, a nível nacional, o revés que sofreram em suas bases eleitorais aumentou a margem de manobra da cúpula moderada.

Mas não se resume a isso, apenas, a causa da euforia geral. Parlamentares de ambos os Partidos assinalam que a consequência primeira do pleito foi soterrar algumas das fórmulas mágicas — mais de vinte — obra da imaginação criadora de alguns políticos lecionadas cuidadosamente pelo líder José Bonifácio (...). Assim, pelo menos a curto prazo, eleições indiretas, nomeação de senadores, colégios de prefeitos e vereadores, e outros artifícios dessa natureza, deixaram de apresentar perigo para a classe política. Haverá reformas mas nem tanto.

MOVIMENTO 22/11/76

“O voto no MDB em São Paulo não foi voto da oposição”

Movimento — Qual é o balanço da experiência da campanha conjunta feita com alguns candidatos em São Paulo, como Benedito Cintra, Marco Aurélio, Flávio Bierrenbach? Sabe-se que não foi uma campanha harmônica, houve acusações no velho estilo “fulano invadiu minha área”, “Sicrano tem tudo para ser adesista”, etc. Isto demonstraria uma desorganização das forças populares, ou elas estariam em um nível incipiente, o que impediria a união em torno dos candidatos realmente oposicionistas?

Airton Soares — Campanha conjunta, na verdade não houve. Os candidatos se organizaram, ou seja, os grupos se organizaram em torno dos seus candidatos e diante de alguns diretórios distritais. Estes diretórios desenvolveram uma prática política que, esta sim, se alinhou. Então nós tivemos uma frente política e não uma frente eleitoral. Esta frente política em alguns momentos teve uma atuação comum. Em alguns momentos não, só nos debates em que eram todos convidados e na única atividade pública que foi um comício na Zona Sul. Fora dos debates e do comício, esta frente política não se organizou, não se reuniu, não discutiu sequer a campanha eleitoral. Isto mostra a fragilidade da estrutura que a gente pretendeu montar para

JORNAL DO BRASIL

MDB: RECONHECER A DERROTA

“O MDB precisa reconhecer que perdeu as eleições deste ano”, disse o secretário-geral da Oposição, Deputado Thales Ramalho

Reconhecer a derrota do MDB não implica, para o Deputado Thales Ramalho, considerar ruins os resultados das eleições municipais. Ele aponta duas vantagens concretas, não para um Partido em particular, mas para a situação política brasileira em geral:

— O primeiro fato que ela nos trouxe foi, a partir de agora, não se poder mais falar em sistema, este ente misterioso que se supunha dirigir o país. Agora sistema tem nome: chama-se Presidente Ernesto Geisel. Com essas eleições e as promoções normais que fez nos quadros das Forças Armadas, o Presidente Geisel assumiu uma liderança inquestionável, tanto política como militar. E isso é da

maior importância.

O segundo fato seria, praticamente, uma consequência dessa consolidação da liderança do Presidente da República. O Deputado Thales Ramalho explica:

— Chegou a hora de a Arena e o MDB, com seriedade e maturidade, um amplo entendimento entre os Partidos, ponto de partida da única possibilidade que eu vejo no momento para que se possa atingir as reformas políticas que conduzem o país a um aprimoramento institucional.

Esse entendimento partidário deveria começar logo, “no âmbito mesmo do Congresso Nacional”. Segundo o Deputado, “a conjuntura” — uso a palavra, embora a deteste — “não permite que se perca mais tempo”. 28-11

desenvolver a campanha de candidatos que tivessem posições mais claras de oposição. O saldo deste trabalho, a meu ver, e a minha preocupação já era entã quando percebia que ainda não estava estruturando um movimento popular que pudesse justificar o surgimento de 4,5, 6 líderes para que ocupassem um lugar na Câmara Municipal.

M — Se, como você disse, estes candidatos não conseguiram se eleger, o saldo do trabalho durante a campanha foi nulo, ou deixou algum saldo junto a setores oposicionistas da periferia?

A.S. — Sem dúvida nenhuma a frustração toda é eleitoral, não é política. Evidentemente que o que se fez, por exemplo, no bairro da Freguesia do Ó, onde Benedito Cintra conseguiu 19 mil votos, é um trabalho inédito, um verdadeiro rompimento de barreiras inelutáveis, onde até então o eleitorado era comprado, seduzido, enganado, por todo tipo de políticos. E desta vez a população votou num programa, fez uma opção consciente, quer dizer, o trabalho político foi fantástico. Agora, a vitória está muito ligada num resultado político, porque seria a continuação do trabalho. Agora nós já estamos analisando quais são as condições de prosseguir neste trabalho com o diretório na mão, uma vez

que o diretório partidário é um instrumento que não tem tido muita atuação. Então já estamos pensando como faremos para atuar nestes setores da periferia.

M — Você acha que o resultado nacional obtido agradou a uma ala da liderança emedebista?

A.S. — Eu acho que tem um setor que está satisfeíssimo por ter havido uma campanha em que a oposição não tivesse aproveitado para insistir nas teses que estão no seu próprio programa, quais sejam, o restabelecimento do Estado democrático, salários dignos para os trabalhadores, temas nacionais, temas que realmente fazem com que a oposição cumpra o seu papel. Acho também que o resultado que nós temos é fruto exatamente deste trabalho partidário. Se não se estrutura a oposição como oposição, se a todo momento fica-se acenando para o governo, temendo um inimigo que estaria lá na extrema direita, soltando bombas, em nome deste inimigo que poderia acabar com tudo, com a festa toda, se faz concessões, se faz uma campanha que deixa muito a desejar em termos de oposição, acho que é total responsabilidade do partido, o partido deve assumir e definir logo de uma vez se quer ser oposição ou se quer ser mais um partido da Revolução.

ABC

São Paulo — A maior conquista do MDB nas últimas eleições ocorreu na região operária do Grande ABC, onde vivem cerca de 1 milhão 500 mil pessoas das quais, 632 mil são eleitores. Nas sete cidades da área, a Arena mantém seis Prefeituras e maioria em cinco Camaras municipais. Agora, o MDB tem seis Prefeituras e bancadas majoritárias em igual número de Camaras.

No Grande ABC, o suplente de Senador Franco Montoro, Sr Tito Costa, elegeu-se Prefeito em São Bernardo. Nesse município, o Senador, além do Executivo e do legislativo locais, agora conquistados, já contava

com o apoio do Sindicato dos Metalúrgicos (100 mil associados), que fez de seu ex-presidente, Sr Paulo Vidal Neto, o terceiro vereador mais votado nas últimas eleições. 24-11-76

O trânsito institucional

Na eleição municipal da qual emergimos, o Presidente aparentemente consolidou como majoritária a posição da Arena e adquiriu confiança nos seus instrumentos de mobilização para enfrentar a persistente tendência oposicionista do eleitorado dos grandes centros nacionais de decisão.

(...) Cabe-lhe a partir de agora tornar explícita para todos os brasileiros sua ideia do regime adequado ao desenvolvimento integrado e, mediante a fixação de métodos de trabalho, dizer afinal que país é este. Se será um país sob intervenção militar por mais um quinquênio ou se será uma Nação capacitada a escolher seus dirigentes e confiante no estilo de vida democrático. Castello Branco

CAMPANHAS POPULARES

• Houve um enorme imperativo da participação popular nas campanhas e definições de programas dos candidatos do setor mais consequente da oposição democrática, aquele que acha que a questão da democracia no Brasil só será resolvida com a participação popular e cujo programa coloca em primeiro plano a elevação do nível de vida material e cultural do povo trabalhador. Sem dinheiro para custear as campanhas, esses candidatos foram mais ou menos empurrados em direção aos seus próprios objetivos e em alguns casos se aproximaram das táticas mais adequadas para esse tipo de oposição: buscaram tomar decisões quanto a seus programas e campanhas de uma forma mais democrática, elaboraram esses programas de forma mais próxima dos interesses populares e se apoiaram nesses próprios interesses para tentar se eleger. Em São Paulo, no Rio, em Porto Alegre e também em cidades grandes do interior o setor mais consequente do movimento democrático conseguiu assim experiências de grande valor 22-11

MORREU JOAO GOULART O GLOBO

URUGUAIANA, Rio Grande do Sul (Dos enviados especiais) — Será sepultado hoje em São Borja, sua cidade natal, o ex-Presidente João Goulart, que, vítima de um enfarte do miocárdio, morreu às 2h30m de ontem na Estância de La Vella, de sua propriedade, a 12 quilômetros da cidade de Mercedes, na província argentina de Corrientes.

O Prefeito nomeado de São Borja, João Carlos Mariense Escobar, decretou ontem luto oficial de três dias na cidade e ponto facultativo.

A Polícia Rodoviária Federal, não permitiu que a ambulância que levava o corpo a São Borja parasse em Uruguiana e Itaqui.

As 16h45m de ontem a ambulância que trazia o corpo do ex-Presidente passou pela Ponte da Amizade, que liga Paso de los Libres, na Argentina, a Uruguiana, no Brasil.

Ao chegar a Uruguiana o corpo foi transferido para o carro de uma empresa fúnebre. Na BR-472, rumo a São Borja, o carro da funerária seguiu precedido de um camioneta da Polícia Rodoviária Federal e acompanhado por mais de cem automóveis que levavam amigos e parentes de João Goulart.

A pé, cerca de 500 pessoas esperaram, em Uruguiana, a chegada do esquife. 7.12.76

Por determinação do presidente do Senado, Magalhães Pinto, a Bandeira do Brasil ficou hasteada a meio-pau, no Congresso, das 9h30m às 15 horas, em sinal de pesar pela morte do ex-Presidente João Goulart.

As 15 horas, como o Governo não tivesse decretado luto oficial, a bandeira foi retirada.

Bomba

Uma potente bomba explodiu na madrugada de ontem na sede do semanário "Opinião", no Rio, em mais um atentado reivindicado pela Aliança Anticomunista Brasileira. Panfletos deixados no local ameaçam outras publicações e afirmam que os editores de "Opinião" "pagarão com a vida a traição à pátria que estão cometendo". A explosão, ouvida num raio de três quilômetros, destruiu uma parede da sede do jornal — uma casa no Jardim Botânico — arrancou uma porta de ferro e espatifou os vidros das residências próximas. A polícia negou-se a divulgar qualquer informação sobre as investigações.

16-11-76

JORNAL DO BRASIL 30-11-76

Brasília — O encaminhamento da sucessão presidencial da República nas suas preliminares, aflorou no debate público muito antes do que se esperava e do que o sistema considera conveniente. Embora tenham surgido candidaturas civis e de militares da Reserva com larga vivência política, as preliminares não se encaminham nos Partidos, nos entendimentos de Governadores ou de quaisquer forças políticas convencionais. Elas se põem e evoluem no centro de decisões do sistema que controla o Poder, cujos movimentos vão-se tornando perceptíveis na medida em que, de tempos em tempos, se renovam as articulações para promover a rotatividade do Governo. Isso não significa que uma solução civil ou uma solução anfíbia esteja fora de cogitações. Qualquer fórmula poderá surgir desse surdo embate do qual colhemos cá fora sintomas e indícios.

Tal como se esperava, os discursos e ordens do dia de 27 de novembro ofereceram indicações relacionadas com a incidência dos resultados eleitorais no futuro político, o sistema continua a considerar questão fechada a permanência dos instrumentos revolucionários, isto é, a prevalência da segurança sobre o desenvolvimento político. O Governo Geisel, segundo as tendências observadas, não chegará ao seu termo com uma reforma substancial e as eleições deverão se realizar sempre sob vigilância e controle. Disso se poderia deduzir que se torna impenável uma candidatura civil, desde que a missão, nos termos em que é reafirmada, continua a ser uma missão de militares. A dis-

ESP

o debate sucessório

RIO — Em que pese a insistência com que se procura negar qualquer conotação política à homenagem que será prestada ao ex-presidente Médici, a recepção de hoje à noite no Clube Calças produz em áreas parlamentares diversificadas a expectativa de que se tenha aí um dos primeiros lances do jogo sucessório

Tanto os organizadores da cerimônia, identificados apenas como "amigos e auxiliares" do ex-presidente, como lideranças vinculadas ao atual governo, se empenham em retirar da homenagem qualquer conotação política. Justificam que a ela estarão presentes não apenas ex-ministros e ex-ocupantes de

cargos no segundo escalão do governo passado, mas pelo menos três ministros do governo Geisel que permaneceram após a troca da guarda, tais como os ministros Reis Velloso, Araripe Macedo e João Batista Figueiredo, além do atual líder e já escolhido como futuro presidente do Senado, senador Petrônio Portella. 3-12

NÃO SOMOS DONOS DA REVOLUÇÃO

Analisando as duas últimas eleições, o senador mineiro afirmou que elas revelaram que "nenhum partido ou corrente política pode arrogar-se o monopólio da opinião pública ou, mesmo, a predominância absoluta em sua preferência. O fato nos convida a examinar se a atual estrutura é bastante ampla para conter o universo brasileiro ou se há necessidade de reformulações, cuidadosas, mas firmes".

"As eleições demonstraram também — continuou ele — preocupante diferença entre o País rural e o País urbano. Este resultado merece a maior atenção em vista de acentuar-se cada vez mais a concentração nas maiores cidades. Entretanto, o aspecto mais importante das eleições — e é esse um êxito pessoal do presidente Ernesto Geisel

— foi que a chamada às urnas, longe de constituir fator de perturbação, revelou-se reforço ao aperfeiçoamento democrático e caminho seguro para a integração dos brasileiros na solução dos problemas que lhes dizem respeito. O afluxo do eleitorado ao pleito e seu apoio à mensagem do governo têm ainda um outro significado: não somos donos da Revolução que foi feita para servir ao País e é um instrumento do povo, adequando-se às etapas de nosso desenvolvimento".

"Há, pois, que encarar com firmeza a necessidade de reformas políticas que nos permitam assegurar as conquistas já realizadas e preparar a entrega dos comandos às novas gerações" — acrescentou Magalhães Pinto. 30-11-76

No centro de decisões

tensão, no terreno político, não alcançou velocidade de roteiro, nem estabilidade.

Também depreende-se das últimas promoções no Exército, com a abdicação pelo Presidente da República de exercer, no momento, sua margem de arbítrio restaurada por lei recente, que se fortaleceu o princípio hierárquico e o Alto Comando renova-se segundo critérios profissionais que lhe resguardam a unidade e a força. Deixando de usar seu poder político, o Presidente fez uma óbvia opção política no sentido de prestigiar os instrumentos habituais de formação da cúpula militar. Se o caminho a seguir daqui por diante continuar a ser este, deve-se deduzir que o General João Batista de Figueiredo antevê obstáculos à efetivação de suas aspirações presidenciais. Todos os escolhidos eram Generais-de-Exército e todos se situavam no ponto mais próximo da área de decisão. A primeira dificuldade do General Figueiredo seria assim a conquista de mais uma estrela e a segunda seria, nesse meio tempo, o reforço da autoridade de maior volume dentro do sistema. Se se mantiver a unidade militar, o candidato militar somente sairá de um consenso dos hierarcas, naquela estreita faixa em que há 10 eleitores e 10 possíveis candidatos, se dificuldades crescerem internamente, a hipótese civil poderá ser a mais tranquila, a que se importa como forma de evitar rupturas danosas à sobrevivência do pacto revolucionário. **Castello Branco**

Igreja e militares renovam o alerta contra comunismo

O alerta contra os agentes de subversão, que agem "com sutileza e dissimulação, procurando apresentar como compatíveis os conceitos filosóficos do materialismo dialético e a doutrina social cristã", foi a tônica dos discursos feitos ontem por autoridades militares e eclesiásticas, em todo o País, como homenagem aos mortos da Intentona Comunista de 1935.

A solenidade principal aconteceu no Rio, com a presença do presidente e do vice-presidente da República, dos três ministros militares, do ministro da Justiça e do cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, D. Eugênio Sales. Sérgio Ary Pires, que falou em nome das Forças Armadas e condenou "elementos desviados de seus reais mistérios", que "se juntam aos contestadores da ordem espiritual e desviam o povo dos verdadeiros caminhos da Fé".

28-11

JORNAL DA TARDE

Vigilância, alicerce do modelo

O general Sérgio Ary Pires, "Neste encontro solene, que é também de tomada de consciência, tenho a honra de interpretar os sentimentos de todos os camaradas das Forças Armadas, aqui reunidos em torno do nosso comandante supremo, o excelentíssimo senhor presidente da República, na reafirmação de que o edificante exemplo dos companheiros de 35 continua bem vivo em nosso espírito.

"As Forças Armadas brasileiras, irmanadas com o povo, do qual emanam, estão vigilantes e prontas a repelir, no presente como no passado, as investidas destinadas a romper a nossa união, a separar-nos de nossos conterrâneos e a quebrantar as resistências da nacionalidade.

"Assim foi em março de 1964, quando, em causa comum com o povo, elas saíram às ruas e desencadearam a ação fulminante que liquidou com a subversão, cujo maior incentivo e apoio provinham dos próprios homens de governo. O movimento de 31 de março salvou a nação, restabelecendo a ordem, a tranquilidade pública e a confiança do povo na austeridade e no espírito cívico de seus dirigentes.

"Os brasileiros de coração bem formado guardam, reconhecidos, os seus nomes gloriosos, que, todavia, passam despercebidos na lembrança dos pseudodefensores das franquias liberais.

"Mas apesar de nossa firme determinação, várias vezes comprovada nestes 41 anos, o inimigo persevera em sua ação solerte e ardilosa, apoiado em eficiente estrutura internacional e fiel à sua doutrina e à sua mística.

"Através dos meios modernos de comunicação de massa e utilizando especialistas adrede preparados em instituições científicas do exterior, tem conseguido insinuar-se em alguns setores sensíveis à propagação de novas idéias e influentes na formação da opinião pública. Nos meios artísticos, intelectuais e estudantis, normalmente abertos ao debate, tem procurado tirar partido do salutar espírito inovador, do truista e liberal que ali prevalece, especialmente no seio de nossa juventude, por forma a atrair adeptos e utilizá-los na consecução de seus objetivos. No campo espiritual, sua ação se processa com sutileza e dissimulação. Procurando

apresentar como compatíveis os conceitos filosóficos do materialismo dialético e a doutrina social cristã, como se fosse possível conciliar a violência com a bondade, a opressão com o confraternização, o materialismo com o espiritualismo. Valem-se dessa doutrina para criticar os vícios da sociedade capitalista, mas repudiam-na quando ela condena o marxismo ateu sob todas as suas formas; utilizam-na como arma de destruição, mas para implantar uma nova ordem, em completo desacordo com o pensamento social cristão. O mais grave, porém, é que contam nessa empreitada com a transigência, consciente ou inconsciente, de elementos desviados de seus reais mistérios ou dispostos a acomodar-se, preocupados unicamente em colocar-se na vanguarda do progressismo, mas que, na realidade, se juntam aos contestadores da ordem espiritual e desviam o povo dos verdadeiros caminhos da fé.

"Estruturas sociais e econômicas debilitadas pela luta de classes, pelo pauperismo e pela estagnação, regimes políticos enfraquecidos por dissensões internas; governos destituídos de autoridade ou alicerçados num liberalismo anacrônico não terão condições de sobreviver à tal conjuntura e ao impacto da avalanche subversiva que dela se aproveita.

"Através do gradual mas seguro aperfeiçoamento democrático — na consagrada expressão do excelentíssimo senhor presidente da República — caminhamos firmemente em direção ao almejado modelo brasileiro, que se quer adequado ao estágio de nossa evolução social e política e alicerçado numa ordem jurídica verdadeiramente democrática — atuante, dinâmica e vigilante — a que não falem os instrumentos capazes de desestimular ou mesmo colir as investidas dos inimigos do regime, daqueles que, disfarçados em paladinos das liberdades públicas, só desejam destruí-las ou deturpá-las em proveito próprio.

"Parte relevante nessa grande obra está reservada, sem dúvida, àqueles que tem o nobilitante mister de formar a opinião pública e de guiar as novas gerações: os pais, os mestres, os intelectuais, os homens de imprensa, os líderes empresariais, os dirigentes das diversas categorias de trabalhadores e todos aqueles que têm uma parcela de responsabilidade na orientação de seus semelhantes.

28-11

Frota: energia contra o comunismo

Em sua Ordem do Dia, o ministro Sylvio Frota começa por lembrar ao Exército "os mártires que sucumbiram combatendo, nas trevas traiçoeiras da noite, contra apátridas companheiros de farda" para perguntar "se temos sido dignos daqueles heróis."

— Hoje, o marxismo adotou a perigosa forma de infiltração para minar a sociedade brasileira. Em todos os setores da atividade estão presentes e aproveitam-se das franquias democráticas para destruir a própria democracia. Escondem-se sob as mais diferentes vestes, muitas das quais secularmente respeitadas, para inocular, principalmente na juventude, o vírus da descrença, a luta de classes, e a desmoralização dos líderes democráticos. Nos tribunais apontam-nos como torturadores, para enternecer aqueles que, desligados da realidade em que vivemos, deixam-se levar por versões desvirtuadas dos fatos.

— Abusando da natural boa fé dos camponeses, os induzem à reação contra as autoridades, criando assim focos de rebeldia. Orgulhamo-nos, portanto, em ver que os nossos quartéis continuam sendo os inabaláveis baluartes, cujas muralhas resistem, tradicionalmente, aos assaltos do comunismo internacional, e jamais desmoronarão.

AERONÁUTICA

O ministro da Aeronáutica, Araripe Macedo, também divulgará Ordem do Dia advertindo para o perigo da infiltração:

— Ao inimigo só se dá, como garantia, a certeza do combate. Negociar com ele é desconhecer a própria força ou duvidar dela. É certo que, em termos de Nação, os conceitos de inimigo e aliado são iminentemente conjunturais, mas

esta análise de momento não invalida a preocupação com os antecedentes históricos que, espelhando intenções, conceitos e ideologias, representam fonte valiosa na tomada de qualquer decisão.

Só há uma maneira de enfrentar o movimento comunista internacional: "com coragem e máxima energia, porque os comunistas só respeitam o argumento da força."

Com essa Ordem do Dia, a ser lida em todas as unidades do Exército, o ministro Sylvio Frota homenageará hoje os mortos da Intentona Comunista de 1935. 27-11

O ESTADO DE S. PAULO

"Quem é comunista não é brasileiro"

Ao presidir ontem as solenidades em homenagem às vítimas da Intentona Comunista de 1935, o general Dilermando Gomes Monteiro, preveniu contra o perigo da "infiltração vermelha".

"Quem se diz comunista não é brasileiro", afirmou o comandante do II Exército,

ressaltando que "nossa religião, nossa formação militar é o brasileiroismo".

Para Dilermando Gomes Monteiro, "comunista é ateu, nega a Deus, nega a dignidade da pessoa humana e procura enganar aqueles que não conhecem seus métodos". 28-11

O ESTADO DE S. PAULO

Exército age na fronteira

Veículos do Exército estão concentrados na região de Ponta Porã, fronteira com o Paraguai, e Dourados, numa operação cujos objetivos não foram revelados. Jipes e carros blindados estão postados em todas as estradas que demandam Ponta Porã e nos principais acessos a Dourados, onde os milicianos exigem documentação de todos os motoristas.

Em Campo Grande, a Polícia Federal proibiu a divulgação de qualquer notícia "sobre fatos ou ocorrências envolvendo elementos do Exército em Ponta Porã". As autoridades policiais não dão nenhuma informação sobre o tipo de operação que se desenvolve na região de Dourados e na fronteira com o Paraguai. As comunicações telefônicas entre as principais cidades de Mato Grosso e Ponta Porã estão interrompidas desde a noite de sexta-feira. A Telecomunicações de Mato Grosso informa apenas que há "problemas de linha física". 23-11

VEJA

Almeida no STM

o general Reynaldo Mello de Almeida, de 62 anos, comandante do I Exército, foi oficialmente indicado pelo presidente Ernesto Geisel, na última quarta-feira, para ocupar no Superior Tribunal Militar a vaga aberta com a aposentadoria do general Jurandir de Bizarria Mamede, em setembro.

Como ministro do STM, o general Almeida permanecerá na ativa até a aposentadoria, aos 70 anos — o que é um dado político relevante. Afinal, seu nome costuma ser mencionado nas eternas especulações sobre a sucessão presidencial. o máximo de desenvolvimento com o mínimo de segurança. "A nossa preocupação com a segurança", dissera Almeida, "longe de significar que a consideramos como uma opção ao desenvolvimento, deve ser entendida como uma complementação a este, dentro da mais completa reciprocidade" idéia que o general Geisel inia popular em setembro de 1973. Seu substituto no I Exército será o general-de-divisão José Pinto de Araújo Rabello, atual comandante da 1.ª Região Militar, que deverá ser promovido a general-de-exército ainda este mês. Como Almeida, Rabello é bastante ligado ao presidente Geisel. 9-11-76

EUA vão combater na selva

O ESTADO DE S. PAULO

O início de uma série de treinamentos de combate a guerrilha de selva no Brasil, para oficiais americanos, foi anunciado, ontem, em Juiz de Fora, pelo general Charles Echols Spragins, da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, durante visita que fez ao Quartel-General da 4ª Região Militar.

No encontro com os

militares brasileiros, Spragins destacou as guerras da Coreia e do Vietnã, que são "consideradas experiências importantes para o Exército americano e que originaram, inclusive, dezenas de modificações internas e nos cargos de chefia".

Sem entrar em detalhes, o general Charles Echols confirmou para o próximo ano o início de

um curso de guerrilhas para oficiais americanos, que será ministrado pelo Centro de Operações de Selva e Aperfeiçoamento de Comando — COSAC.

A escolha do Brasil para esse curso — onde alguns oficiais dos Estados Unidos já fizeram seu aprendizado — foi destacada, ontem, pelos militares, como decorrência, da acentuada técnica do Exército brasileiro. 9-11

Promoções no Exército:

JORNAL DA

TARDE

9-11-76

O sentido político das promoções dos generais Carlos Alberto Cabral Ribeiro e José Pinto de Araújo Rabello ao último posto da carreira militar, e consequentemente a membros do Alto Comando do Exército, somente terá seu verdadeiro alcance apreendido a partir da correta interpretação do que ocorreu durante a reunião daquele órgão de cúpula, na última terça-feira.

Na oportunidade — que se destinou a selecionar os nomes que seriam encaminhados à decisão final e irrecorrível do presidente da República — dois momentos devem ser destacados: o da decisão, por orientação do ministro Sylvio Frota, de que a lista de candidatos habilitados à promoção

não fosse votada, mas simplesmente enviada ao chefe do governo na ordem constante no Almanaque do Exército — generais-de-divisão Cabral Ribeiro, José Pinto, César Montagna, Edmundo Neves e Arnaldo Calderari — e dos incisivos pronunciamentos dos generais Ariel Pacca e Fernando Bethlem em favor do presidente Geisel, ao longo dos debates sobre os critérios que, finalmente, vieram a ser fixados.

A circunstância de Geisel haver-se fixado nos dois primeiros nomes da lista que lhe foi enviada pelo Alto Comando — José Pinto e Cabral Ribeiro — não significa que ele adote igual procedimento em outras oportunidades.

Entre figuras eminentes

do governo, muito próximas do presidente da República, admite-se que ele tenha optado por uma consolidação de seu dispositivo militar num sentido global, com a preocupação de não criar um gigante de pés de barro — isto é, que à sua liderança no mais alto escalão do Exército corresponda idêntica liderança nos escalões imediatamente inferiores. Não forçando o ritmo natural das coisas, evitando queimar etapas, uma liderança consolidada poderia adquirir uma feição incontestável, que lhe possibilitaria, se assim o desejasse, desierarquizar a sucessão.

Todas estas considerações evidenciam as íntimas implicações das promoções na sucessão presidencial.

Coronel quer militar na política

JORNAL DO BRASIL

Brasília — O vice-presidente da Junta Interamericana de Defesa, Coronel Federico Poujol, disse, ontem, que os militares devem ter uma participação histórica, porém provisória, na política de um país.

As declarações foram feitas após a realização de uma conferência sobre *A Estrutura Militar Brasileira*, dedicada especialmente aos 68 membros da Junta que fazem visita de cortesia a alguns países da costa atlântica.

Ao advertir que a maior ameaça vigente em dia nos países americanos é, "sem dúvida alguma, o perigo marxista", o Coronel Federico Poujol pôs em dúvida a possibilidade de vitória de uma democracia liberal clássica na luta contra o comunismo.

A esse respeito, acrescentou, o organismo vem estudando uma nova estratégia geopolítica e político-militar para a defesa do continente, mas que se trata de um assunto sigiloso.

O Coronel Poujol, de nacionalidade hondurenha, considera a assinatura de acordos nucleares entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos um assunto que envolve a soberania nacional de cada país.

"Entretanto" — observou — "a Junta vê com simpatia a assinatura de qualquer acordo bilateral que implique o fortalecimento do poderio de um país membro da organização."

Sobre o assunto, o General Gordon, de nacionalidade americana, comentou tratar-se de um problema econômico-político-social que não interessa à Junta, devido a seu contexto bilateral. Na sua opinião, o objetivo principal da viagem dos 68 membros da Junta ao Brasil é o de dar oportunidades aos integrantes do organismo de conhecerem *in loco* os países da costa atlântica. 22-11-76

JORNAL DO BRASIL

Geisel explica a JID razão dos sacrifícios das Forças Armadas

Brasília — O Presidente Geisel disse, ontem, aos membros da Junta Interamericana de Defesa (JID) que, em consequência do esforço de desenvolvimento econômico e social, foram sacrificados, no Brasil, os meios de desenvolvimento das Forças Armadas. Segundo ele, nesse setor aplicaram-se apenas recursos para "enfrentar os problemas de ordem interna".

No que se refere a conflito externo, observou que "o Brasil é um país relativamente atrasado. Os equipamentos são poucos e na maioria obsoletos". Destacou que "defendemos o neocapitalismo e repudiamos as ideologias marxistas". Ao saudar o Presidente Geisel em nome dos 68 representantes dos 19 países, o presidente da Junta, Tenente-General Gordon Summer Jr., elogiou as diretrizes políticas do Governo.

Geisel agradece Presente

Ao entregar ao Chefe do Governo dois presentes, mais um conjunto de bandeiras em miniatura, representando os 19 países-membro, o General Gordon afirmou que aquilo simbolizava "o reconhecimento pela luta, pela liberdade do mundo e pela defesa do Hemisfério Ocidental".

Disse que essa visita ao Brasil é para a Junta uma "oportunidade de conhecer este grande país, bastião do mundo livre, contra as ideologias do comunismo ateu". Ao final, o General Gordon destacou que "o organismo, no cumprimento de sua missão, trabalha para cada um dos 19 Chefes de Estado das nações que o integram".

Texto do discurso de improvisado do Presidente da República:

"Agradeço muito a visita que os senhores me fazem. Sobretudo as palavras do dirigente da Junta e os presentes, especialmente o conjunto de bandeiras, que representa a união que existe entre nossos países.

O Brasil recebe a visita com muita satisfação, porque é uma oportunidade que os senhores têm para ver como o Brasil é, como trabalha e como pensa. O Brasil é um país jovem, muito grande territorialmente, com uma população também grande, mais de 100 milhões de habitantes e, conseqüentemente, tem muitos problemas — problemas que no estágio atual estão muito acima de nossas possibilidades, sobretudo no quadro atual de crise econômica em que o mundo vive.

Diferentemente de outros países, mais antigos, temos que desenvolver esforços extraordinários para o desenvolvimento do país e para a conquista do nosso território, onde mais da metade do qual ainda está para ser ocupado, especialmente na Região Amazônica.

As vezes, acusam o Brasil de ser imperialista. Mas essa é uma acusação de evidente má-fé, pois o Brasil tem antes de conquistar a si mesmo. Na América, a nossa política é de convivência, intercâmbio e amizade, sobretudo com os países da América Latina e os Estados Unidos.

Achamos que todos estavam vinculados não só no campo político, mas também no econômico e no social. Dou importância especial à vinculação política, porque todos somos integrados no mundo Ocidental. Defendemos o neocapitalismo e repudiamos as ideologias marxistas.

O Brasil se desenvolve combatendo a subversão. Fizemos uma Revo-

lução, há mais de 12 anos, para desenvolver o país em paz e ordem. Somente com paz e ordem teremos clima para trabalhar e desenvolver o país e tirar grande parte da população da miséria e fazer o povo feliz.

Nesse esforço de desenvolvimento econômico e social, em parte ponderável, sacrificamos os meios de desenvolvimento das Forças Armadas. Temos feito muito pouco no sentido de aumentar nosso poderio bélico. Aplicamos recursos apenas para enfrentar problemas de ordem interna. No que se refere a conflito externo, o Brasil é um país relativamente atrasado. Os equipamentos são poucos e na maioria obsoletos. Não acompanhamos o desenvolvimento tecnológico nesse campo.

Mas acredito que essa política está certa. O grosso dos nossos recursos é aplicado para o nosso desenvolvimento econômico e social. E a potencialidade bélica de um país reside também no seu grau de desenvolvimento econômico, industrial e educacional. As necessidades de natureza militar poderão aguardar a oportunidade em que sejam realmente necessárias.

Os senhores terão a oportunidade, através dessa visita, por meio de contatos no meio civil e no meio militar, de conhecer melhor o Brasil e identificar o espírito que nos anima. Vão verificar que procuramos ser coesos entre nós, dentro do país, e com os países da América". 20-11-76

Idéia exportada

As repartições públicas chilenas estão inundadas com cartazes que mostram algumas gaiotas estilizadas e informam:

— Este es um país que va para arriba. 20-11-76

O ESTADO DE S. PAULO

BRASIL E PERU: DISCURSOS SEMELHANTES?

O Brasil e o Peru defenderam ontem o princípio da autodeterminação dos povos, o direito de todos os Estados de seguir seus próprios caminhos políticos e econômicos e, em consequência, repeliram energicamente o uso da força nas relações internacionais, bem como qualquer forma de colonialismo ou imperialismo.

Essa posição consta da nota conjunta que os presidentes Geisel e Bermudez assinaram ontem ao fim do encontro que tiveram na fronteira entre os dois paí-

ses. Nesse documento, os dois governos reiteraram firme adesão aos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas e observam que o cumprimento de tais princípios é condição indispensável para a convivência pacífica e o desenvolvimento dos Estados no âmbito sub-regional, regional e mundial. Além disso, convieram em que a paz mundial não poderá ser obtida enquanto subsistirem condições que determinam a miséria e o atraso, tornando possível o surgimento de novas formas de dominação e dependência. 6-11-76

O ESTADO DE S. PAULO

CARTER NÃO PREOCUPA

TERESINA — A vitória do democrata Jimmy Carter nas eleições para a presidência dos Estados Unidos não preocupa o governo brasileiro, segundo disse ontem, em Teresina, o assessor da imprensa da Presidência da República, Humberto Barrêto, repetindo as palavras que lhe haviam sido transmitidas pelo presidente Ernesto Geisel, pouco antes de deixar a capital do Piauí, de regresso a Brasília. "O Brasil e os Estados Unidos sempre foram países tradicionalmente amigos, não havendo, portanto, por parte do Brasil, qualquer preocupação com o resultado do pleito", havia dito Geisel.

"Pelo contrário — afirmou — a convicção é de que as relações se manterão cada vez melhores, e o esforço brasileiro será no sentido de estreitar ainda mais os laços existentes". 4-11-76

ESTADO DE S. PAULO

REVISÃO DO ACORDO?

GENEBRA — Se o presidente eleito dos Estados Unidos, Jimmy Carter, prosseguir em sua linha de conduta, contrária à proliferação atômica, e não quiser competir no plano da tecno-

logia e do "know-how" — com a Alemanha e a França, junto a outros países não-nucleares —, o governo de Bonn está disposto a rever a sua posição no caso específico do Brasil. 18-11-76

VEJA, 17 DE NOVEMBRO, 1976

O que fazer no próximo ano

Mesmo às vésperas das eleições municipais, Geisel consumiu a quarta-feira passada, em Brasília, na análise das questões econômicas. Encontrou, é verdade, tempo para conceder audiência de última hora ao deputado Francelino Pereira, presidente da Arena — de quem ouviu um relatório pré-eleitoral sobre as perspectivas do partido do governo. Engajado pessoal e diretamente na política e na elaboração de soluções para os pontos de estrangulamento da economia, a ação de Geisel parece indicar, da parte do governo, um diagnóstico: o advento de uma crise econômica nos próximos meses tenderia a transferir ao cenário político-institucional poderosos fatores de perturbação.

Encontros — Na quarta-feira, Geisel se reuniu, pela manhã, durante mais de duas horas, com Velloso. À tarde, um novo encontro, ao qual se juntaria Simonsen. Ali, os dois, então, decidiram convocar o secretário de Imprensa da Presidência, Humberto Esmeraldo Barreto, fazendo-o intermediário de algumas poucas informações aos inquietos repórteres, na forma de anotações ligeiras numa folha solta de calendário.

Em suma, Barreto informou que Geisel havia feito, com Simonsen e Velloso, a avaliação do desempenho da economia em 1976, "com vistas à estratégia que o governo adotará em sua política econômica para 1977".

Indicadores — Barreto nada revelou, porém, a respeito dos números que compuseram o quadro de avaliação do desempenho da economia. Em todo caso, esses dados fluiriam de declarações recentes das autoridades monetárias. Um dia antes do encontro com Geisel, Simonsen havia admitido o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em torno de 8%. Sobre a inflação nada disse, mas a alta de preços deverá se situar — como admitem assessores governamentais — em torno de 45%. Quanto aos meios de pagamento (depósitos à vista em bancos mais dinheiro em poder do público), estima-se uma expansão acima dos 25% previstos — realisticamente, algo entre 30% e 35%. Apesar de o país ter aumentado o nível de reservas cambiais em 900 milhões de dólares, nem de lon-

ge foi invertida a trajetória crítica do balanço de pagamentos pelo terceiro ano consecutivo.

A consciência desse problema chegou a tal ponto que Simonsen e Velloso já admitem claramente — e transmitiram esse dado ao presidente — que o déficit em conta corrente se situará no mesmo nível do registrado no ano passado. Ou, algo ligeiramente inferior. Na realidade, embora os ministros da área econômica venham dando, em termos públicos, uma grande ênfase ao combate à inflação, os técnicos governamentais estão mais ativamente empenhados em sugerir fórmulas para reduzir, nos próximos dois anos, o déficit da balança comercial. Justamente por causa das repercussões negativas no exterior, todo o esforço de imaginação está sendo orientado para se chegar, em 1978, ao ponto de equilíbrio entre exportações e importações.

Planos — Para 1977, a idéia é de se conter o crescimento do PIB entre 4% e 5%, reduzir a inflação ao nível de 25% a 30% e limitar a 1 bilhão de dólares o déficit da balança comercial — inferior, portanto, a metade do que se verificará este ano. Mas, desde agora, já podem ser localizadas algumas dificuldades para se atingir essa meta. Com o aumento do preço internacional do petróleo, que poderá ser decretado em dezembro próximo pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo, os países industrializados tenderão a transferir, ainda uma vez, essa majoração aos consumidores externos de seus produtos: os países pobres.

Nem mesmo é de se esperar que as exportações do Brasil acompanhem a elevação das suas importações, compensando o déficit na balança comercial. Tanto mais que, segundo previsão da Organização da Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), as economias dos países industrializados se pandirão em média mais lentamente

E, diante das constantes críticas procedentes do exterior em relação ao nível de endividamento brasileiro (veja reportagem seguinte), paira no ar a pergunta se o país terá condições de mobilizar de 5 a 6 bilhões de dólares no pró-

ximo ano para cobrir as perdas nas transações econômicas e financeiras com o exterior.

Opção — Deste modo se explica por que, em artigo publicado sob o título "Opção econômica", no *Estado de S. Paulo* e em *O Globo*, Velloso tenha escrito: "Precisamos realizar em 1977 o que tínhamos previsto para 1976". Não há dúvida de que, no caso, o governo se submete a um processo de autocrítica.

Na verdade, está progressivamente ganhando força a opção por algo semelhante a um programa de emergência — um pacote de medidas que vão desde a instituição de controles quantitativos das importações (o que poderia reforçar a hipótese do racionamento de combustível) até uma redefinição na política de rendas. Neste caso, o que se pensa é em taxar fortemente os grupos de altos rendimentos, retirando-se teoricamente recursos do consumo para aumentar o bolo da poupança interna. Os estudos estão prontos, mas sua adoção, bem como de outras medidas que constituiriam esse programa de emergência, depende da decisão final do presidente Geisel.

Na formulação dessas e de outras sugestões, os técnicos governamentais fazem acompanhá-las de previsões sobre as repercussões possíveis no nível de emprego. Por exemplo, especula-se que um corte de 1 bilhão de dólares nas importações poderá vir a representar forte queda no emprego industrial.

O certo é que, a partir do resultado eleitoral, novas sugestões para controlar a inflação e reduzir o déficit da balança comercial, em 1977, circularão mais livremente. Pelo menos, a experiência deste ano está a ensinar que, em 1977, as políticas fiscal, cambial e monetária terão de ser executadas harmonicamente, sob pena de se impedir a realização dos objetivos traçados. Efectivamente, os diversos escalões do governo estão conscientes de que essa harmonia não existiu este ano. Como parecem estar crenças que não pode mais subsistir a crença na onipotência da política econômica, com capacidade de, mediante o manejo de técnicas consagradas, disciplinar as expectativas políticas e sociais.

WASHINGTON — O Fundo Monetário Internacional observou ao governo brasileiro que a dívida externa do País precisa crescer mais moderadamente, recomendou uma política mais ampla, incluindo medidas fiscais e externas, para equilibrar o balanço de pagamentos e aumentar a poupança

FMI: DÍVIDA NO

interna, e considerou elevados os reajustes salariais concedidos pelo governo nos setores público e privado, perguntando se esses aumentos foram "compatíveis" com o esforço de reduzir a inflação e o déficit externo.

O relatório do FMI é mais otimista do que a opinião dos banqueiros

LIMITE

norte-americanos que têm negócios com o Brasil. As declarações feitas ao "Estado" pelo diretor da seção internacional do Banco Continental de Chicago, William Termyn, parecem refletir a opinião comum entre os banqueiros.

Termyn, que esteve há pouco no Brasil, ob-

servou que "Vários pontos fracos surgiram recentemente na economia brasileira", mas ressaltou: "Mesmo antes disso, os dez maiores bancos norte-americanos e alguns bancos europeus já haviam atingido o limite geográfico de empréstimos. Não é possível colocar todos os ovos num cesto". 7-11-76

JORNAL DO BRASIL

Queixas (inúteis) dos mineradores

Com imensas reservas minerais e possibilidades de, no próximo ano, tornar-se o maior exportador mundial de minério de ferro, de fato o Brasil é, hoje, palco de sucessivas e crescentes queixas dos empresários nacionais do setor. Com um detalhe: elas não parecem atingir os escalões oficiais e, assim, não têm qualquer ressonância. Como resultado, já se nota um mal-estar e o desânimo é dominante nos longos debates sobre os mesmos e repetidos temas.

De fato, as perspectivas das pequenas e médias empresas no setor mineral não são animadoras e um técnico do DNPM já chegou a indagar se haveria lugar para elas. Hoje, as empresas estatais já detêm 76% da produção mineral e as internacionais detêm 16% e estão em franca expansão, enquanto ao setor privado nacional restam 8% e sua participação está diminuindo. E mais: 94% das empresas privadas nacionais têm capital inferior a Cr\$ 10 milhões. 22-11-76

JORNAL DO BRASIL

Venda de carros está caindo cerca de 20%

São Paulo — O presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Veículos (Abrave), Sr Renato Ferrari, disse ontem que no mês de novembro está-se verificando um decréscimo de 20% nas vendas de automóveis no país. Este nível é idêntico ao verificado no último mês de outubro, causado pelas medidas de contenção da inflação, adotadas pelo Governo.

O Sr Renato Ferrari viajará hoje para a Venezuela, onde participará do Congresso da Associação Latino-Americana de Distribuidores de Automóveis, onde apresentará uma tese sobre a necessidade de os revendedores latino-americanos aumentarem suas vendas para o próprio continente, especificamente para países onde não existam fábricas com a produção suficiente para atendimento do mercado. Considerou que "isto trará benefícios às indústrias nacionais, que poderão aumentar suas vendas, ajudando o país a equilibrar seu balanço de pagamentos". 24-11-76

JORNAL DO BRASIL

OS CORTES NOS GASTOS PÚBLICOS Alerta do Governo deixa indeciso o empresariado

Ao mesmo tempo em que na semana passada o Governo decidia-se pelo corte de Cr\$ 40 bilhões nos investimentos públicos em 77, ministros e presidentes de empresas estatais alertavam a iniciativa privada para que se adapte à nova realidade econômica brasileira e promova uma tecnologia de menor sofisticação para o país com vistas a produzir aqui peças e equipamentos que inadmistivelmente continuavam sendo importados.

Precisamente em São Paulo, durante encontro de dois dias entre a Eletrobrás e empresários do setor de bens de capital do país, o Governo deixou latente um certo descontentamento em relação à iniciativa privada. Por quê? Isso não foi explicado, de fato, nem os próprios empresários entenderam a mensagem da área governamental, uma vez que a empresa nacional sempre é a maior prejudicada no sistema brasileiro.

Os empresários começam a dar uma resposta precisa ao descontentamento governamental. Mas, de logo, já se sabe que a iniciativa privada na-

cional procura ultrapassar as restrições fiscais e financeiras que lhe são impostas, com dois objetivos: a) sobreviver a essas adversidades, e b) dar ao país um maior índice de nacionalização na produção de bens de capital e de consumo.

Na verdade, as advertências feitas pelo Governo levam a indagações. Em princípio, como a iniciativa privada deve pensar apenas em promover uma tecnologia menos sofisticada para o país, se ela é inegavelmente descartada pelo Governo nos grandes projetos nacionais justamente porque não tem nenhum estímulo para fazer pesquisas próprias?

Há vários exemplos disso, mas os mais gritantes entre eles estão ligados ao Programa Nuclear Brasileiro, à Petrobrás e aos dois recentes programas de construção das hidrelétricas de Tucuruí e Itaiparica. Em todos esses projetos, simplesmente a empresa privada nacional foi praticamente aliada em benefício de grandes empresas estrangeiras que, na realidade, não têm o menor interesse em transferir sua tecnologia. 22-11-76

O Ministro Mário Henrique Simonsen esclareceu ontem ao JORNAL DO BRASIL, antes de viajar para o exterior, os critérios usados pelo Governo para os cortes nas despesas públicas em 1977.

A metodologia

A fixação dos tetos de investimentos federais para 1977 obedeceu aos seguintes aspectos metodológicos, segundo o Ministro da Fazenda:

1. O déficit em conta-corrente do balanço de pagamentos de um país, que coincide com a absorção líquida de poupanças externas, é igual ao excesso de investimento interno sobre a poupança interna;

2. O esforço do Governo federal no sentido de reduzir o déficit em conta-corrente do balanço de pagamentos, fora a ação indireta via política monetária, teria pois que se concentrar na redução do excesso de investimento sobre a poupança das unidades sob seu comando;

3. A variável que interessa reduzir é o chamado hiato de recursos, isto é, o excesso do investimento sobre a poupança; a redução normalmente se consegue por uma diminuição do investimento combinada com uma elevação da poupança. A redução estimada em 40 bilhões de cruzeiros, a preços de 1977, resulta da combinação desses dois efeitos: 25-11-76

JORNAL DO BRASIL

Ferrovia do Aço tem novo impasse à frente

São Paulo — A construção da Ferrovia do Aço enfrenta agora um novo impasse: o superintendente da Associação Brasileira da Indústria Eletro-Eletrônica (Abinee) Sr Eduardo Pimentel, revelou ontem que os termos da proposta apresentada pela Rede Fer-

roviária Federal (RFF) não foram aceitos pelas empresas de bens de capital, "porque a indústria nacional está capacitada para fornecer equipamentos acima da quantidade prevista, alguns deles com total índice de nacionalização".

Soube-se ontem nesta Capital que a RFF não deverá fazer concessões, provavelmente pelas exigências impostas no acordo bilateral entre Brasil e Inglaterra, assinado em maio último pelo Presidente Geisel, em Londres. Entretanto, segundo o Sr

Eduardo Pimentel, "estamos certos de que o Ministério dos Transportes vai entender a nossa posição porque ela coincide com os altos interesses nacionais, corresponde à política do Governo e não visa apenas os interesses da indústria". 25-11-76

Açominas: caso para decreto?

O presidente Geisel deverá solucionar por um novo decreto — que já algum tempo vem sendo estudado no Ministério da Fazenda — o impasse criado ontem em Brasília: os representantes das entidades do setor de bens de capital, reunidos com o secretário-geral do Ministério da Indústria e Comércio, Paulo Belloti, e com os diretores da Açominas, se negaram a assinar um acordo no qual a participação da indústria nacional seria de 50%. Após oito horas de debates, os industriais se manifestaram contra a proposta apresentada e o assunto será agora apreciado pelo presidente da República que, na quinta-feira, deverá apresentar sua decisão. No Rio, o presidente da Refesa, coronel Stanley Fortes Batista afirmou que o orçamento de investimentos da Rede Ferroviária Federal para o próximo ano será de Cr\$ 10,5 bilhões e somente uma obra nova terá prosseguimento — a Ferrovia do Aço — para a qual foram destinados Cr\$ 1,8 bilhão.

DESENCONTRO

Aq sair da reunião, Cláudio Bardella, presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria O ESTADO DE S. PAULO

de Base (ABDIB), disse que o impasse resultou de um desencontro de propostas: "Nós apresentamos uma, enquanto o governo apresentou outra totalmente inaceitável." Waldyr Gianetti, já em São Paulo, comentou que, como argumento, o governo procurou demonstrar estar assegurada participação de 50% da indústria nacional, enquanto os industriais pediam que fosse assegurada uma participação maior e que esse percentual fosse, de fato, destinado à compra de máquinas e equipamentos.

A exigência dos empresários não se baseia apenas na Lei do Similar Nacional mas, também, na resolução 37 do Consider, que garante um mínimo de 50% ao mesmo tempo que libera esse índice até o máximo de 100% caso a indústria nacional tenha condições de fabricar esses componentes. Os empresários reclamaram também ao secretário-geral do MIC, uma "lista limpa", isto é, uma relação do que é e do que será adquirido das indústrias nacionais, procurando assim demonstrar que, apesar de estar assegurada uma participação de 50%, o governo poderá encomendar

apenas componentes e não máquinas e equipamentos.

O presidente da Açominas, Moacélio Mendes, afirmou que uma percentagem superior a 50% só seria possível se fosse aumentada a participação de financiamentos nacionais ao projeto "e renegociadas as cláusulas de financiamentos do exterior", os 50% de equipamentos a serem adquiridos no mercado interno correspondem a um empréstimo de 500 milhões de dólares, negociado em Londres, que preserva quantia idêntica para cobertura de exportações financiadas de produtos da indústria inglesa e de outros países europeus. O crédito global será de um bilhão de dólares.

DECRETO-LEI

Como autoridades governamentais já afirmaram que o governo pretende manter seus compromissos ("embora não se saiba qual é a extensão desses compromissos") e como um novo impasse já existe, Nicolino de Cillo, secretário executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas (Abimaq) disse ontem, em São Paulo, que "é possível que o desfecho a ser dado pelo presidente Geisel seja o mesmo do

da Ferrovia do Aço, isto é, um decreto-lei". Segundo Nicolino, "vários empresários do setor tem solicitado informações sobre o decreto-lei que, assim como o da Ferrovia do Aço, permite a importação de equipamentos com similar nacional. Esse decreto existe e está em andamento há algum tempo no Ministério da Fazenda".

Outros empresários, que participaram do encontro em Brasília, acreditam que Geisel não decidirá, desta vez, por decreto. Eles se baseiam na reação de Paulo Belloti, durante a reunião, após receber um telefonema do ministro Velloso, ele que até então mantinha uma posição firme, decidiu recuar em alguns pontos e mostrou-se aberto a uma solução. Os empresários presentes concluíram que o ministro Velloso não concorda com os decretos baixados à revelia do setor industrial e está mais interessado em conciliar os interesses, "mesmo que o governo tenha que postergar, para futuro próximo, o projeto Açominas perdendo o financiamento europeu já negociado em Londres", como observou um deles. 30-11-76

FERROVIA

A única obra nova que terá prosseguimento será a Ferrovia do Aço, afirmou ontem no Rio o presidente da Refesa, coronel Stanley Fortes Batista. Obras antes consideradas prioritárias, como o acesso à margem esquerda do porto de Santos, as linhas Paranaguá-Curitiba, Guarapuava-Cascavel — Foz do Iguaçu e Roca Sales-Passo Fundo, terão de ser paralizadas, pois não receberam nenhuma dotação para 1977. 30-11-76

PROJETO SIDERURGICO INVIÁVEL

O Banco Mundial considerou inviáveis os projetos de expansão da Companhia Siderúrgica Nacional — CNS — e da Companhia Siderúrgica Paulista porque, tal como estão dimensionados, exigiriam o dobro dos recursos inicialmente previstos. Com base nesse diagnóstico, o Banco, que financia parte dos projetos, soli-

citou duas providências das empresas estatais: 1) a apresentação de um esquema de formação de recursos próprios, compatível com as necessidades de investimento; 2) a reformulação dos projetos, de modo a adequar os custos à capacidade de endividamento das companhias.

As solicitações foram apresentadas por uma dele-

gação do Banco Mundial, que se reuniu na semana passada com representantes das companhias, da Siderbrás e do ministro Reis Velloso. Há algum tempo, o Banco já havia manifestado ao governo brasileiro sua preocupação com as dificuldades enfrentadas pela CSN. Mas a apresentação do caso da Cosipa causou surpresa. 9-11-76

ESTATIZAÇÃO

Visão

Definição final

Em Juiz de Fora, Geisel reafirmou que o modelo do país é o neocapitalismo.

"É uma nova siderúrgica que se vai instalar no país, em Minas Gerais, desta vez em Juiz de Fora. É uma indústria metalúrgica que vai beneficiar o minério de zinco e produzir zinco metálico, produto de que o Brasil ainda é carente e que nos custa pesadas divisas de importação. São dois grandes empreendimentos industriais que, graças à conjugação de esforços, foi possível realizar. E mais: são empreendimentos da iniciativa privada, são uma resposta àqueles que nos acusam de estatização,

àqueles que nos acusam de quereremos formar um Estado socialista, quando na realidade somos um neocapitalismo, porque sabemos que só se progride por meio do engenho que a iniciativa privada proporciona. E, mais do que isso: representam também a conjugação harmônica do Governo com a iniciativa privada. É o Governo que vem ao encontro da iniciativa privada e lhe proporciona os recursos financeiros para que os empreendimentos sonhados se transformem em uma realidade." Estas palavras do presidente Ernesto Geisel, na cerimônia de instalação da Siderúrgica Mendes Júnior e da Companhia Paraibuna de Metais, em Juiz de Fora, estão sendo entendidas, nos meios empresariais, como um esclarecimento e uma reafirmação de posição governamental em relação à iniciativa privada.

O imprevisto do presidente da República é entendido também como

um sinal de que a discussão sobre o modelo econômico, que se travava em nível ministerial, se encerrou com a reafirmação do regime de mercado, escolhido em 1964 e reestruturado por uma sucessão de reformas que mantiveram seu padrão de coerência. Aberta com o objetivo de identificar erros de comando e definir responsabilidades, a discussão havia resvalado para a condenação do próprio modelo, levando os empresários a se retraírem em sua capacidade de iniciativa e a olharem com temor para a ofensiva estatizante desencadeada por alguns setores governamentais.

Nos meios empresariais notam-se, já agora, alguns indícios de que a atitude governamental servirá de divisor de águas entre um período de incertezas e um revigoramento da capacidade criativa da iniciativa privada. Com a garantia do presidente Geisel, de que o Brasil é um país neocapitalista. 8 de novembro de 1976

O ESTADO DE S. PAULO

Agricultura corta 1,5 bilhão em 77

O orçamento do Ministério da Agricultura para 1977 sofrerá um corte de 1,5 bilhão de cruzeiros, recursos que serão retirados dos programas de assistência técnica, pesquisa e construções civis. A informação foi divulgada ontem pelo ministro Alysson Paulinelli, que prevê a possibilidade de "cortes mais drásticos". Se forem necessários, co-

mentou, "paciência, pois temos que atender os objetivos globais do governo para a redução de gastos". Paulinelli assegurou que os créditos de custeio não serão afetados.

Em **Campinas**, o ministro da Indústria e Comércio Severo Gomes, disse que sua pasta ainda não definiu quais os programas que serão desacelerados. Mas até

o final do ano estarão relacionados "os projetos não essenciais no ministério".

Importante fonte do governo informou, em **Brasília**, que os órgãos técnicos da Presidência já estão examinando as propostas de cortes de cada ministério que depois serão encaminhadas para a decisão do presidente Geisel. Hoje, o presidente estará reunido com os

ministros da área econômica.

No Rio, o presidente do Sindicato da Indústria Automobilística, Mário Garnero, disse que o empresário está preocupado com as medidas governamentais de contenção de gastos e combate à inflação. "O que se espera é uma seqüência lógica de providências", comentou. 24-11-76

Estimado mau resultado agrícola

O ESTADO DE S. PAULO

A agricultura brasileira deverá apresentar este ano crescimento da ordem de 3,5%, o que representa 50% de desvios em relação à taxa de expansão previsto no II Plano Nacional de Desenvolvimento, de 7% ao ano, para o setor. As avaliações de crescimento da agricultura para este ano foram elaboradas pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPEA), que indicou como principais fatores responsáveis pela queda os insucessos na produção de algodão, de feijão e de café.

A receita das exportações de produtos agrícolas brasileiros, entretanto, cresceu 8,8% entre janeiro e agosto deste ano, em comparação

com igual período do ano passado. Essas exportações renderam até agosto 3,5 bilhões de dólares, contra 3,2 bilhões no mesmo período de 1975.

CAFÉ

O café foi o produto que contribuiu decisivamente para a expansão dessa receita, com aumento percentual da ordem de 73,6%, compensando em parte as perdas nas vendas de açúcar demerara, que baixaram de US\$ 676,6 milhões, entre janeiro e agosto de 75, para apenas US\$ 95 milhões nos oito primeiros meses de 76. As receitas com café no mesmo período subiram de US\$ 577,7 milhões, em 75, para US\$ 1.002,6 milhões, neste ano. O preço médio por tonelada de café em grãos no mercado internacional, que

alcançou 1.064 dólares, em 1975, evoluiu este ano para US\$ 2.328,81. O preço médio por tonelada de açúcar demerara caiu de 672,52 dólares, em 75, para US\$ 293,22, este ano.

O açúcar cristal, por sua vez, apresentou queda de uma vez e meia na receita exportada nos oito primeiros meses deste ano, em relação às exportações do mesmo período de 75. Foram exportadas entre janeiro e agosto do ano passado 196,8 mil toneladas do produto, contra 58,6 mil toneladas em 1976. O preço médio do açúcar cristal caiu de 872 dólares por tonelada para US\$ 317,18, neste ano.

Quanto à soja em grãos e ao farelo, houve grande esforço de exportação no ano passado

e neste. O volume e a receita cresceram concomitantemente. Foram exportadas no ano passado 2.335,6 mil toneladas de soja em grãos contra 3.067,3 mil toneladas este ano. A receita obtida foi, respectivamente, de 476,7 milhões de dólares e de 637 milhões de dólares. Com farelo e torta de soja, o volume aumentou de 1.941 mil toneladas em 75 para 2.831 mil toneladas em 76. A receita correspondente foi de 284,2 milhões de dólares no ano passado contra 463,2 milhões de dólares, neste ano.

Os demais produtos agrícolas de exportação mantiveram comportamento mais ou menos uniforme neste ano em relação ao ano passado, tanto no que diz respeito aos preços como em relação ao volume exportado. 7-11-76

O ESTADO DE S. PAULO

Cai a produção agrícola

22-10-76

Com movimento consolidado de Cr\$ 140 bilhões, o valor da produção agrícola do Centro-Sul representará um crescimento nominal de 35% em relação ao ano passado, mas em termos reais, descontada a inflação, mostrará uma queda de 5,2%. As informações constam do Prognóstico preparado pela Secretaria de Agricultura de São Paulo e acrescentam que, em volume, a safra deste ano crescerá quase 5%.

No Rio, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE — divulgou relatório que corrige, para menos, a previsão da safra de trigo neste ano. Se em julho a estimativa era de 4,5 milhões de toneladas, a previsão de setembro fica em torno de 3,7 milhões.

O ESTADO DE S. PAULO

mais eficiência menos subsídio

26-10-76

ARMAZENAGEM

Será feito um redimensionamento na localização de novas unidades armazenadoras, pois a atual situação econômica do País não admite desperdícios.

"Reconheço que as anunciadas restrições na área econômica têm deixado os empresários do setor preocupados, porque temem que a política de armazenamento seja atingida — continuou o ministro. Queremos apenas lembrar que até agora o governo não pediu para o agricultor parar de plantar, e isso significa que continuaremos estimulando novos aumentos de produção. Na parte de armazenagem, seremos apenas mais rigorosos na localização de novas unidades e na análise dos projetos". O Programa Nacional de Armazenagem aplicou este ano Cr\$ 1,2 bilhão — acrescentou — ele-

vando em mais 2,3 milhões de toneladas a capacidade estática de armazenagem, o que representa 92% do déficit constatado por ocasião do lançamento do Programa, há 11 meses.

Em seu discurso, o ministro Paulinelli referiu-se ainda ao chamado "milagre brasileiro", para mostrar que o exame do problema requer uma dose muito grande de realismo: "Posso garantir que não existe milagre quando se fala em armazenamento de produtos agrícolas, pois, se não existe uma infra-estrutura, é impossível baixar custos e dar maior competitividade ao produto".

Defendeu, a seguir, a participação da iniciativa privada no programa, e disse que a disposição do governo é transferir gradativamente para particulares os armazéns que estão atualmente sob controle da Cibrazém

Visão

TUDO CONSPIRA CONTRA O FEIJÃO

O secretário da Agricultura de Santa Catarina culpa os baixos preços: representantes da lavoura de São Paulo culpam a extensão das leis sociais ao campo; o ministro da Agricultura culpa São Pedro. Quanto ao feijão, cuja disponibilidade se vem reduzindo desde a década de 60, continuará escasso:

As causas da escassez

O problema básico é que o feijão não é cultura principal: não existem fazendeiros de feijão. O feijão é normalmente plantado como cultura secundária, no intervalo dos carreiros do café, do milho, da cana. Beneficia-se, assim, da adubação, dos praguicidas e dos cuidados da colheita principal; ao mesmo tempo, sua cultura não pode ser mecanizada.

A monocultura do feijão é arriscada; a cultura consorciada não permite mecanização. Temos, então, que o feijão não é cultivado pelos grandes agricultores — mesmo que o seja nas grandes propriedades: quem planta feijão é o trabalhador rural, aproveitando os espaços da cultura principal. A mecanização das fazendas elimina trabalhadores — logo, reduz a

O ESTADO DE S. PAULO

No próximo ano, o subsídio do trigo, que é de Cr\$ 1.400,00 por tonelada, poderá sofrer até cinco reduções, segundo informou ontem, em Brasília, o ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli. A aceleração ou desaceleração da medida — acrescentou — vai ficar na dependência do comportamento da inflação, pois o

O ESTADO DE S. PAULO

Economia brasileira e expansão agrícola

A taxa global de crescimento agrícola, segundo estimativa do Ipea, deve ser bem modesta em 1976: 3,5%. Isso equivale à metade da taxa definida, no II PND, como objetivo para o setor.

A meta de 7% não é nova. Foi estabelecida há vários anos, como condição para manter-se um crescimento econômico geral em torno de 10%. A curto prazo, imaginava-se, com acerto, que seria mais fácil conseguir boas taxas de expansão para os setores industrial e de serviços, mas num período mais longo, considerou-se difícil sustentar um rápido crescimento do PIB sem uma agricultura mais dinâmica.

Três são as funções básicas que o setor rural deve desempenhar no desenvolvimento brasileiro. Em pri-

meiro lugar, abastecer o País de alimentos e de matérias-primas para a indústria. Em segundo, contribuir para a formação de um amplo e sólido mercado interno. Em terceiro, alimentar a receita cambial, mediante crescentes exportações. Considerando-se a rápida expansão demográfica, a mão-de-obra ainda vinculada à agricultura e as consideráveis necessidades de importação e de obtenção de poupanças externas, que devem ainda manter-se por muitos anos, a importância estratégica do setor rural torna-se bastante clara.

Na verdade, o objetivo de um alto crescimento agrícola não se vincula simplesmente ao ideal de manter uma expansão anual do PIB em torno de 10%. Mesmo que se admita — e por algum

Os problemas

Estatuto do Trabalhador Rural: "O fator principal da escassez de feijão é o Governo, que criou o Estatuto do Trabalhador Rural", diz o deputado Sérgio Cardoso de Almeida (Arenas-SP). "O Estatuto impediu o proprietário rural de manter os colonos residindo em suas fazendas, o que fez com que hoje não se plante mais um pé de feijão no meio do cafezal. É um absurdo abolir o colonato, sistema que fez a riqueza de São Paulo."

Finalmente, o ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli, afirmou: "Plantamos a mesma área de feijão, mas não tivemos ajuda de São Pedro. O feijão é uma cultura delicada: se não chove, morre; se chove demais, estraga. Foi o que aconteceu".

TRIGO - FIM DO SUBSIDIO

que vai determinar um maior ou menor número de cortes será o índice do custo de vida. O ministro confirma, assim, que o governo vai iniciar a escalada para a gradativa eliminação desse subsídio.

Calcula-se que, se o subsídio fosse retirado hoje, haveria um aumento imediato de 200% nos preços do pão,

das massas e dos biscoitos. Os cinco cortes previstos para o próximo ano ocorrerão se não se repetirem os altos índices inflacionários registrados em 1976.

Sobre o comportamento da próxima safra de feijão, o ministro Paulinelli disse que algumas informações que concedera foram mal interpretadas.

Entretanto, os números das safras demonstram que essa não é uma boa explicação para a falta de feijão: esses números se vêm mantendo praticamente constantes há dez anos — em todos os anos haveria tantas catástrofes climáticas, ou as causas da escassez serão outras?

Preços insuficientes: "Com bons preços mínimos acreditamos no sucesso do cultivo do feijão."

Um trabalho da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul diz que 72% da safra gaúcha é vendida a intermediários.

O feijão, sendo cultivado geralmente por colonos, não por fazendeiros, não é grandemente sensível ao preço mínimo: estudos realizados em São Paulo mostram que é preciso um aumento de 16% no preço mínimo para obter um acréscimo de 10% na produção. Explica-se: o pequeno lavrador tem menos condições de aproveitamento dos preços mínimos, não tem garantias a oferecer aos bancos — (no Rio Grande do Sul, só 0,07% do crédito agrícola de custeio foi destinado ao feijão), não tem condições de transporte. 8 de novembro de 1976

"Eu disse que, se as expectativas em torno de um aumento de produção na base de 10% se confirmarem, o Brasil poderá obter, em 1977, um excedente de 200 mil toneladas em relação à safra de 1974/75, quando foram colhidas 2.150 mil toneladas. Na safra 1975/76 foram produzidas apenas 1.931 mil toneladas. 11-11-76

tempo é difícil pensar em alternativa —, uma redução na taxa global de aumento do produto, não há motivo para aceitar-se um objetivo mais modesto para a agricultura. Ao contrário: para solucionar os problemas que forçam, no momento, uma diminuição do objetivo geral de crescimento — elevada taxa de inflação e pesado déficit em conta corrente —, as atividades rurais devem ser especialmente estimuladas. Não se poderá obter ganhos significativos, no combate à inflação, sem safras volumosas, nem aumentar substancialmente a receita cambial sem vendas cada vez maiores de produtos agrícolas, ainda responsáveis pela maior parte das exportações brasileiras.

Isto implica não só a obtenção de volumes crescen-

tes de produção agrícola, mas também o aumento dos níveis de eficiência, para redução de custos e conquista de maior poder de competição internacional.

Ao comentar-se os resultados de 1976, é necessário, naturalmente, levar em conta o peso estatístico atribuído ao café, fortemente prejudicado, nos últimos dois anos, pelas geadas de 1974. Entre as piores colheitas é preciso incluir, no entanto, as do algodão e do feijão, afetadas por problemas de preços e de política. Quanto ao feijão, deve-se observar que vem constituindo problema há vários anos; por falta de um programa adequado de apoio. Os índices de custo de vida têm refletido de modo expressivo as deficiências dessa cultura. 9-11-76

Meus queridos bóias-frias

VEJA.

"Há trabalhadores rurais demais para as necessidades médias e trabalhadores de menos para as necessidades temporárias." Essa constatação foi feita pelo filósofo alemão Karl Marx em "O Capital".

Diferenças — Os estudiosos ainda não chegaram a uma conclusão sobre como conceituar exatamente essa respeitável massa de operários. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) classifica o bóia-fria como sendo "o trabalhador rural assalariado, residente fora da propriedade agrícola, via de regra não registrado, remunerado por tarefa, empreitada ou por dia, aliciado por agenciadores ou fazendeiros, geralmente transportado diariamente por caminhões, apresentando instabilidade de emprego". Mas nem todos concordam. Certos pesquisadores procuram estabelecer uma distinção entre "volantes", "sáfristas", "eventuais", "diaristas", "temporários" ou "avulsos" (existem outras denominações menos usadas). As diferenças entre uns e outros são pouco significativas.

Dissídio rural — Seja qual for a denominação, o bóia-fria é hoje uma incômoda e insistente presença. Ambíguo por sua condição de habitante da cidade e trabalhador do campo, ele engrossa as filas que buscam tratamento médico ou remédios nos hospitais. Um dos primeiros estudos sobre o bóia-fria, realizado em 1965 por dois formandos da Faculdade de Serviço Social de Piracicaba (SP), constatou que 36% dos parâmetros mentais da região eram parentes de trabalhadores volantes, entre os quais se registravam também índices elevados de verminose, mortalidade infantil e subnutrição.

Oficialização — Diante de sintomas tão visíveis, é natural que o bóia-fria tenha sido afinal incorporado à terminologia oficial. Assim, nem mesmo o governador paulista Paulo Egydio Martins usou de rodeios ou subterfúgios para falar aos trabalhadores rurais que, em maio passado, foram assistir à cerimônia de lançamento da pedra fundamental de um centro rural em Guaiúba, obra orçada em 5 milhões de cruzeiros e já conhecida como "casa do bóia-fria" — centro de arregimentação de mão-de-obra rural, equipado com escola, creche, piscina e um terminal de carga e descarga de pessoas transportadas em caminhões para o trabalho (existem mais 72 projetados para diversos municípios).

Dupla sobrecarga — Atualmente, os meios oficiais parecem estar percebendo uma contradição do modelo econômico, sobrecarregado por um duplo ônus: de um lado, o governo subsidia a modernização da agricultura, expulsando a mão-de-obra rural, que vai para as cidades; de outro, tem de arcar com os crescentes custos sociais urbanos, aumentados por novas exigências de habitação,

saúde, educação, saneamento, transporte e até mesmo policiamento e instalações penitenciárias.

Os "curumbas" — Se quisesse tomar medidas imediatas, mesmo paliativas, o Ministério do Trabalho deveria simplesmente reunir todo o material já elaborado em torno do bóia-fria. Pois a maioria dos estudos existentes responde a boa parte dos quesitos acima. De qualquer maneira, sociólogos e economistas admitem que o problema comporta pesquisa de maior profundidade, inclusive para apagar a idéia de que o volante seria um fenômeno recente e típico, surgido por volta de 1963, quando foi promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural. Nesta época, na realidade, o volante se tornava visível nas cidades brasileiras. Mas suas origens se encontram nas complexas e pouco estudadas transformações da estrutura da economia por volta de 1930. É mais ou menos por aí que começa a ruir o sistema do colonato, substituto do trabalho escravo e passo intermediário para o advento do assalariado no sistema tipicamente capitalista.

Até agora, acreditou-se que os primeiros bóias-frias brasileiros surgiram, em 1945, nos canaviais de Piracicaba (SP), atendendo ao interesse de usinas que só ocupavam bastante mão-de-obra durante a colheita.

Reabsorção barata — No caso brasileiro, os estudiosos concluíram pela permanência do bóia-fria como "exército industrial de reserva", à margem do mercado regular de trabalho. A socióloga Maria Conceição d'Incao e Mello, professora em Araraquara (SP) e autora do mais conhecido livro sobre o assunto — "O Bóia-fria, Acumulação e Miséria", já em quarta edição —, assim define sua personagem: "Resultado do processo de liberação de mão-de-obra, por efeito do desenvolvimento do sistema capitalista de produção no campo, ele é reabsorvido como mão-de-obra mais barata e conseqüentemente mais vantajosa para a acumulação do capital".

Comportando-se como cientistas que observam e analisam friamente a realidade, os autores em geral concluem seus trabalhos sem apresentar alternativas ou propor soluções. No caso dos bóias-frias, fica quase sempre implícita a idéia de que a exploração da terra em termos empresariais tende a agravar o problema dos volantes, contribuindo para o aviltamento salarial, tanto no campo como na cidade. Não é o que pensa o ministro da Agricultura, Alysso Paulinelli. Para ele, entusiasta da chamada lavoura empresarial, "o bóia-fria é um problema temporário, um processo de acomodação numa agricultura ainda nômade, reflexo de uma fase evolutiva e que tende a ajustar-se quando a estrutura agrícola do Brasil se estabilizar".

Elemento inibidor — Paradoxalmente, o bóia-fria surge num certo momento como inibidor da pretendida modernização da atividade agrícola, pois em algumas culturas seria menos compensador, economicamente, utilizar a máquina em lugar do homem. De qualquer maneira, mesmo sem conseguir aumentos expressivos de produtividade, a agricultura brasileira está tomando feições extensivas, para atender principalmente às necessidades de exportação. Como conseqüência, a posse da terra tende a ficar concentrada em menor número de mãos. A incorporação das pequenas propriedades pelas grandes vem provocando a queda na produção dos chamados alimentos de subsistência, como feijão, uma lavoura tipicamente minifundiária, vítima de grave crise atualmente. No fundo, a extinção do minifúndio (um processo lento ainda mal detectado por estatísticas) também pode contribuir para o surgimento de novos bóias-frias — a própria família do sitiante que vende a terra e tenta, como sempre, penetrar no labirinto urbano.

José de Souza Martins, professor na Universidade de São Paulo e um dos poucos sociólogos brasileiros voltados para a cultura rural, condena a "obsessão empresarial" dos técnicos governamentais, impregnados pela mentalidade americana que invadiu as escolas nacionais de agronomia. "O esvaziamento da pequena propriedade agrícola vai ter um preço", adverte Martins. "Aliás, a crise brasileira está agudizada pela extinção da lavoura de subsistência, que sempre subvencionou a nossa economia. A economia brasileira não está suportando esse arranco para a lavoura empresarial." Sua advertência soaria estranha porque é pouco conhecido e estudado o papel da pequena propriedade agrícola na economia brasileira.

43,9% dos produtos básicos de alimentação são fornecidos por propriedades com menos de 50 hectares. Esse volume chega a 70,3% quando se consideram os imóveis até 200 hectares. Quanto às matérias-primas para indústrias, 38,4% saem das lavouras até 50 hectares, subindo para 63,5% no caso de propriedades com menos de 200 hectares — situadas na categoria "média". É evidente que tende a diminuir esse peso das pequenas e médias lavouras à medida que os estímulos de crédito oficial vão sendo canalizados de preferência para as grandes.

REGIÃO	TOTAL DE TRABALHADORES RURAIS	ASSALARIADOS TEMPORÁRIOS	
Minas Gerais	2 503 000	1 807 000	(72%)
Paraná	1 612 000	796 000	(49%)
São Paulo	1 388 000	770 000	(55%)
Goiás	738 000	557 000	(75%)
Rio Grande do Sul	1 221 000	311 000	(26%)
Pernambuco	504 000	237 000	(47%)
BRASIL	12 414 000	6 844 000	(55%)

20 DE OUTUBRO, 1976

Visão,

COMO CRESCE A METADE DO BRASIL

São 4,9 milhões de km² — cinco vezes e meia a Nigéria, nove vezes a França, vinte vezes a Alemanha Ocidental, uma vez e meia a Índia. Setenta bilhões de m³ de madeira em pé, a maior floresta do mundo, cobrem essa superfície. Ali estão 20% da água doce existente no planeta; o mais extenso dos rios, 7.200 km.

Em 1953, o presidente Getúlio Vargas criou um órgão estatal de coordenação, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Os resultados foram quase nulos.

A 28 de setembro de 1966, o presidente Castello Branco assinou a Lei n.º 5.173, que criou a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Objetivo: planejar e coordenar a ação do Governo na Amazônia Legal, área de 4,9 milhões de km².

A indústria no mato

No princípio (de 1966 até o começo do Governo Medici), a Sudam procurou seguir a linha da Sudene: industrializar a imensidão amazônica. As indústrias receberam incentivos e se instalaram.

Com energia cara, sem transporte, com carência de capital, a indústria amazonense não chegou a cumprir a missão que lhe fora destinada: desenvolver igualmente toda a Amazônia.

O Governo Medici chegou à conclusão de que era impossível industrializar toda a floresta — talvez, aliás, esse objetivo nem sequer fosse desejável. Medici tentou resolver dois problemas de uma só vez: o do Nordeste (transferindo o excesso de população sem terras para a Amazônia) e o da Amazônia (que multiplicaria rapidamente sua população e disporia, com o apoio do Governo, de condições para produzir e escoar sua produção. E lançou o Programa de Integração Nacional — PIN e o Plano de Desenvolvimento da Amazônia — PDA.

Um balanço dos resultados da atuação do poder público junto ao setor industrial exemplificaria certas deficiências que persistem, a despeito de sua contribuição positiva para a expansão do parque fabril regional: a taxa de absorção da mão-de-obra na indústria se tem revelado inferior à do crescimento da população ativa do próprio setor, mostrando que parte do contingente operário não encontra ocupação produtiva ao longo de um ano completo; o efeito germinativo da nova indústria implantada, salvo em alguns ramos, é habitualmente fraco; a elevada concentração interpessoal e espacial da renda gerada no setor inibe um crescimento a ritmo satisfatório da procura provável; quanto ao nível dos investimentos, o modelo mostrou-se incapaz de aumentá-lo no

setor, conduzindo antes à uma tendência estagnante, que só mediante o apoio de fatores exógenos começa a ser ultrapassada (...).

Além disso, a implantação de indústrias em áreas sem infraestrutura, sem mão-de-obra na região, sem mercado próximo, continha em si os germes do fracasso.

As grandes rodovias, capitaneadas pela Transamazônica, começaram a ser abertas. Cem km de cada lado de cada rodovia foram desapropriados pela União e entregues ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

No papel, o plano é excelente: os primeiros 10 km ao lado das rodovias seriam entregues a colonos, pequenos proprietários que, com apoio do INCRA, desenvolveriam suas propriedades; os 90 km restantes seriam entregues a grandes empreendimentos agropecuários. Os pequenos proprietários aprenderiam com os grandes; os grandes teriam a reserva de mão-de-obra das pequenas propriedades. No programa de abertura da frente de colonização se identificam falhas importantes. Com efeito, o objetivo de ocupação da Amazônia através da absorção de excedentes relativos da população do Nordeste, apesar dos esforços empreendidos, está em desacordo com o desígnio de acelerar o crescimento regional e não vincula, como deveria, o nível de vida à expansão do emprego produtivo.

O plano das pequenas propriedades deu bons e maus resultados; ainda não há condições de fazer um balanço econômico. Quanto ao plano das grandes propriedades, vastos recursos têm sido investidos, especialmente na criação de gado. O risco é a devastação: segundo informações do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), 11,5 milhões de hectares, um território do tamanho do Amapá, já foram desmatados — sempre com autorização oficial, sem contar o desmatamento não-autorizado.

VEJA

INCENTIVOS NA AMAZÔNIA

ATÉ SETEMBRO DE 1976

Sudam

25 de outubro de 1976

3 DE NOVEMBRO, 1976

SETOR	NUMERO DE PROJETOS	em Cr\$ milhões			PREVISÃO DE EMPREGOS
		INVESTIMENTO TOTAL	INCENTIVOS FISCAIS		
			APROVADOS	LIBERADOS	
 Agropecuária	337	5 615	4 016	1 867	16 940
 Indústria	175	6 390	3 009	1 716	43 906
 Serviços básicos	24	4 009	967	239	9 672
TOTAL	536	16 016	7 993	3 821	70 518

rodovias começam a substituir os rios

Embora ainda seja transportado pelos rios o maior volume de carga, já há mais rodovias do que hidrovias na Amazônia: a rede hidrográfica da região é constituída por 20 mil quilômetros quadrados de leitos navegáveis, mas, apenas sete mil quilômetros quadrados estariam sendo realmente utilizados por navios de tonelagem média. Enquanto isso, apenas a rede rodoviária federal, que até meados da década de 60 não atingia cinco mil quilômetros, hoje estende-se por 15 mil, representando quase 20 por cento do total nacional.

Na verdade, as estradas estão mudando inteiramente a face da Amazônia, embora seja legítimo duvidar de que estejam realmente desenvolvendo a região.

Mas a participação da Bacia Amazônica na navegação interior nacional baixou de 32 por cento em 1972 para apenas 21 por cento em 1974 (apesar da Amazônia possuir metade das vias navegáveis do País), enquanto o volume de carga rodoviária cresceu de 59 mil toneladas em 1969 para 97 mil em 1973 (antes, portanto, da utilização de algumas estradas agora em tráfego).

entre 1975/79, o setor absorverá 2,7 bilhões de cruzeiros, que serão utilizados para a conclusão da Ma-

naus Caracaí se do mais ousado projeto, a Perimetral Norte. Com seus 3.700 quilômetros de extensão ao longo das fronteiras amazônicas sul-americanas, a estrada pretende incorporar 1,3 milhão de quilômetros quadrados de cruzeiros). Para as hidrovias, no mesmo período, o governo destinará 351 milhões de cruzeiros.

ABANDONO DOS RIOS

Essa concentração de recursos em programas rodoviários tem implicado no abandono da navegação fluvial e das hidrovias. A única obra significativa a ser feita durante todo o atual processo de ocupação da Amazônia no setor será a regularização do rio Tocantins, no Pará.

A construção da primeira estrada no sentido Leste-Oeste, paralela ao rio Amazonas, a Transamazônica, justificou-se exatamente com o propósito de interligar por terra trechos não navegáveis dos rios interiores, propiciando uma integração rodofluvial (por isso ela passaria em Marabá, Altamira e Itaituba). Mas uma estrada não pode ser construída apenas para ser um acidente geográfico: A Transamazônica então foi justificada economicamente com projetos de colonização.

Cinco anos de colonização na Transamazônica demonstraram não bastar a terra numa região desconhecida e inóspita, que se protege com sua densa floresta.

Esse fracasso serviu de exemplo para a definição de uma nova política: A colonização por meio de grandes propriedades, entregue a grupos privados.

As estradas realmente tiraram as populações amazônicas, secularmente abandonadas pelo poder público, do estado de isolamento que mantinha a maioria das comunidades numa fase pré-capitalista, integrando a região à economia nacional. Mas justamente por orientarem-se no sentido Norte-Sul, estabelecendo ligação entre o mercado amazônico supridor de matérias-primas e insumos básicos e as regiões produtoras de manufaturas, foram as principais responsáveis pela desintegração interna da região, fragmentando-a em vários centros satélites dependentes dos núcleos nacionais (para solidificar essa situação foi criado o Polamazônia — Programa de Polos Agropecuários e Agrôminerais da Amazônia).

Por meio das estradas, cada uma das unidades federativas da Amazônia passou a comerciar e relacio-

nar-se com centros situados fora da região.

As regiões amazônicas estão cada vez menos ligadas entre si e perdem suas identidades próprias.

Essa fragmentação, agravando as dependências em relação aos centros nacionais, é acentuada pelo fato de que a ocupação das regiões atravessadas pelas estradas não é feita para produzir alimentos para a própria Amazônia ou eliminar algumas de suas importações.

Como boa parte dos ocupantes está interessada apenas em apropriar-se das terras, surge uma intensa disputa, que tem sido responsável pela tremenda ampliação dos conflitos sociais, polarizando ainda mais a estrutura fundiária da região (no Pará, onde tem sido mais ampla a ocupação, 13 mil grandes propriedades ocupam 14 milhões de hectares e 29 mil pequenos e médios imóveis totalizam 2,5 milhões de hectares).

Entre 1962 e 1972, a balança comercial da Amazônia apresentou um "déficit" acumulado de um bilhão de cruzeiros (no período 1969/72 ela exportou 6,2 milhões de toneladas, no valor de 1,7 bilhão de cruzeiros, e importou 2,5 milhões de toneladas, no valor de pouco mais de dois bilhões de cruzeiros). 24-10

O ESTADO DE S. PAULO

a nova fronteira agrícola

O crescimento demográfico brasileiro, aliado à acelerada incorporação de tecnologia agrícola nos Estados do Centro-Sul, vem gerando, nos últimos anos, significativa pressão de demanda de terras, estando a exigir uma grande ampliação das fronteiras agropecuárias do País.

Um dos convicentes sintomas dessa necessidade e o problema do minifúndio em extensas regiões do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná e de São Paulo. O minifúndio, nesses Estados é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores:

- 1) sucessão hereditária;
- 2) substituição de técnicas rudimentares por tecnologia sofisticada, como a utilizada nas culturas de soja, trigo, etc.

Há também o grande contingente de mão-de-obra agrícola especializada nesses Estados do Centro e do Sul, que correm o risco de desemprego em virtude do alto, sempre crescente índice da mecanização das lavouras já praticadas. Para esses ruralistas não proprietários torna-se urgente a concretização de novas oportunidades.

Nos Centros do Centro e do Sul não existem terras disponíveis, em quantidade suficiente para o número de lavradores, resultante do reagrupamento fundiário.

A nova fronteira agrícola, pecuária e extrativista, é sem dúvida alguma a Amazônia Legal, onde o governo dispõe de imensas áreas de terras férteis, que estão a exigir, de imediato, racionais progra-

mas de ocupação fundiária, especialmente nas regiões onde já foram ou estão sendo implantadas rodovias, principal infra-estrutura para a fase inicial de ocupação.

Esta dimensão minifundiária prejudica a rentabilidade, gerando como consequência um sério problema social. O reagrupamento dos minifúndios, recolocando em dimensões econômicas a propriedade, traz, como consequência, a transferência de parcela significativa da população para outras localidades. Para que não se venha a constituir uma população urbana marginal ao processo econômico, impõe-se que se proporcione oportunidade a esses agricultores de conseguir novas terras em dimensões convenientes. 2/10

O ESTADO DE S. PAULO

SUDAM

Os 335 projetos agropecuários aprovados pela Sudam — Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — ocupam uma área total de 7,86 milhões de hectares. A metade dessa área deve ser preservada, por exigência legal. Se apenas metade da madeira contida nos 3,93 milhões de hectares destinados à derrubada fosse aproveitada e comercializada no exterior, o País ganharia 314 milhões de dólares, considerando-se a ocorrência média de 80 metros cúbicos de madeira por hectare, ao preço modesto de 10 dólares o metro cúbico. O cálculo demonstra que a simples destruição da floresta para instalação de fazendas de pecuária não é uma solução econômica. 21-10

Achatamento salarial: uma realidade

As explicações e justificativas podem variar, mas todos os políticos, autoridades e tecnocratas concordam: está em marcha um discreto processo de achatamento salarial, iniciado em 1975 e que se acentuou no primeiro semestre deste ano. Basta comparar os números: em abril do ano passado, a taxa de reajuste salarial estava 16,8 pontos percentuais na frente da taxa inflacionária; em julho, a diferença caiu para 10 pontos; em setembro, para 8,4; e em dezembro para 7,8, fechando o ano com a média de 10,5 pontos de vantagem dos salários sobre a inflação.

O Governo aproveitava a oportunidade para contabilizar a seu favor os dividendos dessa nova abertura da política social e, não raro, parlamentares situacionistas utilizavam o fato como arma de propaganda. Mas a diferença continuou a cair: em janeiro deste ano, 36% de aumento contra uma inflação acumulada de 30,4%; em março a diferença já desceu para 4,4%; em junho, para 3,3%; e em julho houve o empate: 43% para o reajuste salarial e 43% para a taxa inflacionária. A partir daí deu-se a reversão: em agosto o reajuste estava 1,8% abaixo da inflação, admitindo-se que em setembro o diferencial seja de, no mínimo, 3%.

Culpa dos preços agrícolas

Para o chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda, Marcos Amorim, a culpa é do crescimento dos preços agrícolas, ou melhor,

do crescimento anormal dos alimentos, em função de outros itens que compõem o cálculo do custo de vida. Ele reconhece que efetivamente tem havido uma limitada compressão salarial, mas esclarece que o índice de reajuste dos salários incorpora no seu cálculo não o índice do custo de vida do Rio de Janeiro, mas outro, apurado pelo Ministério do Trabalho, que é bem menor.

No cálculo de índices de preços por atacado, conceito de oferta global, os produtos agrícolas participaram, no primeiro semestre de 1975, com uma elevação de 7,8% e os produtos industriais com 14%, mas no primeiro semestre deste ano houve a inversão: os preços dos produtos agrícolas cresceram 28,7% e os dos produtos industriais apenas 18,3%.

No período de janeiro de 1975 a janeiro de 1976, os preços dos produtos agrícolas cresceram 34,6% e os dos produtos industriais 30,7%. Já no período de agosto de 1975 a agosto de 1976 os agrícolas alcançaram 62,6% e os industriais 40,8%.

Controle da demanda

Desse discreto porém efetivo achatamento salarial existe uma explicação mais inteligível. E essa explicação vem do Ministério do Trabalho: "Não se trata de arrocho salarial, mas de uma medida realista, pois o Governo concluiu pela impossibilidade de dar aos trabalhadores maior participação no aumento da produtividade nacional", diz Mena

Barreto.

E mais: o Governo está preocupado com o crescimento da folha de salário das empresas, temendo que isso possa resultar em aumento da taxa de desemprego. Trata-se, em última análise, "da contribuição do trabalhador ao esforço antiinflacionário do Governo", que seria expressa por duas fórmulas convergentes e simultâneas: ao mesmo tempo que se estaria aliviando a folha salarial das empresas, se estaria desestimulando o consumo de bens duráveis, reduzindo sua demanda agregada e desaquecendo a economia.

Com uma inflação acima de 40%, argumenta-se, seria temeroso uma política salarial "liberal" e jamais se atingiria o propósito de limitar o crescimento do mercado. Sobretudo no último trimestre, quando aumenta o poder aquisitivo dos trabalhadores: apesar dos salários contidos, há o 13.º mês e a distribuição dos rendimentos do PIS—Pasep, que podem acrescentar 4 bilhões de cruzeiros de recursos extras a 9 milhões de participantes dos dois programas.

E, como esses recursos extras são geralmente canalizados para a compra de alimentos, roupas, calçados e eletrodomésticos, temem as autoridades que uma ativação anormal desses mercados, no fim do ano, possa restabelecer a aceleração inflacionária, que em agosto—setembro aparentemente entrou em regime de estabilização.

Resta discutir se os trabalhadores podem e devem arcar com esse ônus adicional e também se, para a economia nacional, carente de um forte mercado interno, essa estratégia é a mais adequada.

Opinião, 12 de novembro de 1976

Salários

Em outubro, pela terceira vez consecutiva, o índice de reajustamento dos salários foi fixado pelo governo em 43%. Segundo os jornais, a mesma coisa deverá ocorrer nos próximos meses, ainda que a alta do custo de vida se mantenha acima deste nível. Em meados de outubro, quando foi decretado o índice de 43%, a alta do custo de vida entre setembro do ano passado e setembro deste ano no Rio já havia sido divulgada pela Fundação Getúlio Vargas, revelando-se superior a 46%.

As fontes governamentais citadas pela imprensa reconheceram que a fórmula utilizada para os reajustamentos salariais foi de fato alterada para evitar índices acima dos 60%, conforme demonstrou um estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (ver Opinião, nº 194). E justificaram a alteração argumentando com a necessidade de conter a inflação, que levava o governo a decretar reajustamentos "menos generosos".

O ESTADO DE S. PAULO

SEGURO

Em 1972, os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e os químicos de Santo André e Suzano reivindicaram um aumento salarial igual para todos os trabalhadores, na base de 300 cruzeiros; isso significaria 100% de aumento para a maioria, de baixa renda.

Para facilitar essa alteração na metodologia salarial, poderia haver redução da carga previdenciária imposta às empresas; seria uma forma de incentivo salarial dedutível. Mas, essa alternativa comprometeria outro tópico anunciado por altas fontes de Brasília: o seguro-desemprego de responsabilidade direta do INPS.

No Brasil, como seria um seguro-desemprego? De início, um receio: a formação de nova burocracia, dentro do INPS, capaz, por si só, de resolver o problema do desemprego - empregando em seus quadros a mão-de-obra

DESEMPREGO

desempregada.

Quem pagaria o seguro? As empresas? Seriam um ônus a mais ou haveria compensação? E os subempregados, já que, conforme o Ministério do Trabalho, o problema brasileiro não é o de desemprego, mas subemprego (segundo critérios da OIT, 80% da mão-de-obra empregada no Brasil, constituiriam os disfarçadamente desempregados, sem contar os declaradamente subempregados, ou segmentos ocupacionais de baixa renda, consoante o jargão técnico e não quantificado).

Note-se que, desde 1965, existe um seguro-desemprego, no Brasil; pouca gente se recorda disso, mas é verdade. Convém lembrar que 1965 foi um ano de começo de recessão, de crise na indústria automobilística e na de eletrodomésticos. A lei 4923/65, de Castello Branco, instituiu o

Fundo de Assistência ao Desempregado, mantido pela Previdência Social e pago pelas DRTs.

Nunca houve um só caso de pagamento, no Estado de São Paulo; tem-se lembrança de uma tentativa infrutífera em Santos (empresa metalúrgica) e de efetivos pagamentos, no Rio Grande do Norte (salinas) e Pernambuco (portuários), há já vários anos. 10-11-76

O ESTADO DE S. PAULO

DESEMPREGO

O ministro da Previdência Social, Nascimento e Silva, admitiu ontem que as restrições na política de investimentos no próximo ano poderão provocar desemprego no País, mas assinou que qualquer medida para ajudar os trabalhadores dispensados caberá aos setores econômicos do governo. 10-11-76

Metalúrgicos vão discutir reajuste

O ESTADO DE S. PAULO

Depois de longos debates, nos quais os empregadores recorreram à desaceleração econômica do País para justificar a recusa às reivindicações dos empregados, terminou sem acordo a reunião realizada ontem na Delegacia do Trabalho entre entidades sindicais de metalúrgicos — que representam 280 mil operários — e de empresários do setor — que reúnem 10 mil empresas.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Joaquim dos Santos

O SÃO PAULO

Andrade, não aceitou os argumentos dos empregadores. Falou das dificuldades que vem encontrando para manter a serenidade nas assembleias da categoria ante a insatisfação geral com a alta do custo de vida e anunciou para o dia 29 nova reunião de trabalhadores na sede sindical. Até essa data, eles aguardarão a resposta oficial dos patrões, antes de ser iniciado dissídio no Tribunal Regional do Trabalho.

O vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Jorge Duprat Figueiredo, falou

mais de meia hora sobre os problemas econômicos nacionais, para concluir que a melhor distribuição de renda virá de cada trabalhador procurar melhorar seus conhecimentos profissionais. O advogado da Fiesp, Benjamin Monteiro, concentrou toda sua argumentação em torno da desaceleração econômica para demonstrar a impossibilidade de atender às principais reivindicações dos metalúrgicos: aumento salarial de 60 por cento e antecipação de reajustes em nível idêntico ao da inflação em maio do ano que vem.

Ao contrário do que ocorreu nos últimos anos, as assembleias dos metalúrgicos têm sido bastante movimentadas. A diretoria do sindicato tem tido certa dificuldade em contornar os momentos mais difíceis, em que os operadores se empolgam.

O sindicato, que representa 280 mil empregados em 10 mil empresas, pleiteia reajuste de 60%, tendo sido vencida a ala que reivindicava 200% de aumento; no entanto, os índices oficiais do governo apontam 43% como o fator de correção salarial. 23-10-76.

Metalúrgicos contestam o sindicato

As oposições sindicais de São Paulo, Osasco e Guarulhos divulgaram quarta-feira o seguinte documento:

Aos Metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos

Companheiros, depois de 12 anos, o arrocho salarial continua, com a desculpa de combater a inflação. Mas vemos nossos salários diminuídos a cada dia pelo aumento dos preços de alimentação, higiene, habitação, impostos, obrigando a aumentar a jornada de trabalho de 8 horas para 12 ou 13 horas. Podemos verificar que os aumentos salariais do dissídio não acompanham as nossas necessidades e nossos direitos arrancados um a um, impedindo a nossa participação na riqueza do País.

Nessa campanha salarial, foi aprovado um índice de 60% para ser levado até o fim. O que vimos foi um acordo da Diretoria do Sindicato, que aceitou 1% a mais da tabela do governo sem garantia nenhuma e defendeu essa proposta quase uma hora não permitindo que a assembleia manifestasse sua opinião.

Ficou claro para a maioria dos companheiros que a diretoria não quer encaminhar as lutas para recuperação dos nossos salários; se nega a organizar os operários nas fábricas; e quer desorientar os companheiros que lutam nas fábricas.

Fica claro também que os patrões estão sentindo a insatisfação dos trabalhadores e a nossa disposição cada vez maior de lutar pelos nossos interesses, fazendo pressão a partir das fábricas esses abaixo-assinados, diminuição da produção, paradas de serviço, comissões para falar com a chefia, comissão de salários para pesquisar quanto precisamos pedir hoje.

Por isso procuraram atender algumas reivindicações e deram um aumento de 1% a

mais da tabela, mudaram a data base de 17 para 1.º de novembro, no pagamento dos uniformes, para tentar amortecer a luta pelos 60%.

Os sindicatos foram criados pelos operários para se defender dos abusos dos patrões, para melhorar suas condições de vida, para podermos lutar unidos. Porém na última assembleia do sindicato a Diretoria usou todos os artifícios e manobras para que os companheiros aceitassem a proposta dos patrões: com a justificativa de que as propostas dos patrões era boa que se o sindicato entrasse na justiça íamos ganhar menos ainda: o que era preciso votar logo a proposta porque em Guarulhos e Osasco esperavam a nossa decisão. A Diretoria num gesto anti-democrático, impediu por todos meios a discussão da proposta dos patrões.

Quando se passou a votação, houve várias irregularidades, os funcionários do sindicato presentes a assembleia votaram, apesar de não ser permitido e várias pessoas levantaram os braços para apoiar a diretoria. Apesar da Diretoria se dizer vencedora na votação, não havia condição para contar os votos, deixando muita gente na dúvida, sobre que posição tinha ganhado.

Companheiros, considerando que o aumento estabelecido no acordo entre o sindicato e os patrões não satisfaz as nossas necessidades, conclamamos todos os companheiros a lutar pelo não desconto da antecipação que foi dado em maio, e nas fábricas onde não foi deixado lutar pelos 60%. 20/26-11-76

Liberalização nos sindicatos, uma atitude preventiva

ITABORAÍ MARTINS

O começo de liberalização que se nota nos sindicatos de trabalhadores brasileiros reflete o receio governamental ante a possibilidade de problemas com a mão-de-obra empregada, em 1977, que poderão surgir com o desaquecimento da economia. Essa é a interpretação de altas fontes, explicando que as recentes medidas adotadas no sentido de maior liberdade sindical nada têm a ver com as eleições municipais de 15 de novembro, mas se inserem em um contexto mais amplo e de maior profundidade estratégica, tendo em vista as dificuldades que possivelmente surgirão em 1977.

Por isso mesmo, o Ministério do Trabalho começa a adotar uma política de relações públicas e de aproximação com os sindicatos, mormente na região de São Paulo, onde se concentra o maior contingente de trabalhadores brasileiros e, conseqüentemente, de entidades de classe.

Passada a euforia, com inflação crescente a insatisfação de grandes categorias profissionais com suas direções sindicais — como se elas fossem culpadas — o governo resolve mudar de tática: aproxima-se e demonstra que o diálogo deve ser aberto antes das dificuldades maiores.

Prova disso foi a ordem de liberação, para efeitos de eleições, de sete sindicatos paulistas que há anos se encontravam sob o regime de intervenção, dois deles, pelo menos, não por problemas de corrupção: o dos condutores de veículos rodoviários de São Paulo e o dos trabalhadores na célebre fábrica de cimento Perus, confiscada ao grupo Abdalla. É um risco calculado, que o Ministério do Trabalho resolve correr; para adotar essa nova orientação, de maneira cautelosa, foi necessário vencer resistências em áreas de segurança, que sempre resolveram tratar os órgãos de classe com "rédea curta".

Outro acontecimento que se insere na diretriz geral de relações públicas com os órgãos de classe foi o acordo salarial dos 280 mil metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos, na base de 1 por cento acima do que indicaram os índices oficiais, para o mês de novembro. Nota-se que, desde 1954, não ocorria acordo nesse setor e que os respectivos empresários sempre se mostraram intransigentes defensores da aplicação unicamente dos índices oficiais, sem qualquer concessão — e houve outras, como a da estabilidade da trabalhadora gestante, até 60 dias após a licença de que fala a CLT.

Para que esse acordo fosse possível, para que os empresários mudassem de opinião, houve uma sucessão de fatos, sendo o primeiro deles a insatisfação manifestada pelos trabalhadores nas assembleias sindicais e nas fábricas, mas não sendo o último um velado apoio ministerial às reivindicações apresentadas. Desde o AI-5 não se pode falar, com propriedade, em um movimento sindical, no Brasil, pois o que existe é mero assistencialismo, tratado de sindicalismo por uma questão de semântica. Já antes do AI-5 não mais havia aquilo que os sociólogos classificam de "sindicalismo de contestação" ou revolucionário, mas também é verdade que aquele instrumento excepcional coartou o "sindicalismo de participação".

Ao que os fatos levam a crer, a antevéspera de 1977 está conduzindo o governo a iniciar a etapa daquilo que os sociólogos, em sua linguagem bastante expressiva, classificam de "sindicalismo de controle". Isto é, o controle das insatisfações, canalizando-as para a via competente, que é o sindicato legal, pois se este for por demais fraco e inexpressivo, o caminho poderá ser o do "sindicato fantasma"; e o Ministério do Trabalho parece saber disso, se bem que seus pronunciamentos oficiais não o admitam. 31-10-76

LUTA SINDICAL

ANO 1
N.º 4

Órgão da Oposição Sindical Setembro-1976 - Cr. 1,00

COMISSÕES OPERÁRIAS

L.S. n.º 4

Os sindicatos operários se encontram atualmente submetidos a um conjunto de leis e pressões por parte dos patrões e governo que os tornam ineficientes na representação dos interesses e defesa dos direitos da classe operária. Os sindicatos não tem autonomia, liberdade e independência pois o Ministério do Trabalho controla totalmente suas verbas; corpo de associados, departamentos e inválidas decisões de assembleias, etc... O Ministério pode intervir em qualquer sindicato, destituindo diretorias e inclusive lacrando suas portas.

Os trabalhadores brasileiros ficaram a merce da vontade e da exploração dos patrões em virtude da dificuldade em reagir, sobretudo com a lei anti-greve. A situação para a família trabalhadora se torna desesperadora: um trabalhador de salário mínimo em 1965 para atender a alimentação de sua família (4 pessoas) deveria trabalhar 262 horas por mês. Já em 1976 para obter a mesma alimentação deve trabalhar 546 horas e 33 minutos por mês.

Vemos assim que a situação, para nós, vai deteriorando progressivamente; custo de vida aumentando; salários baixando; acidentes de trabalho aos milhões.

A alteração deste quadro só é possível se os trabalhadores reuni-

rem forças para que respeitem suas exigências, no sentido de recuperar o poder aquisitivo e forçar uma nova orientação ao sindicalismo.

Entretanto, temos demonstrado que os sindicatos não funcionam, portanto, torna-se urgente alterar esta situação. Experiências vividas recentemente demonstram que a formação de grupos nas fábricas (comissões operárias) tem alcançado várias vitórias como: melhores condições de trabalho, antecipações salariais, etc... Vilares, Arno, Wolg e tantas outras foram palco de lutas. Nos últimos anos elas vem crescendo em número e combatividade, demonstrando que é a melhor forma de construir a organização livre e independente dos trabalhadores.

J. DOS TRAB. N.º 6 GREVE na luta por aumento

1- Com os seus pagamentos atrasados, por vários dias, e cansados das promessas patronais, os operários e operárias da Perticampo, situada na zona Oeste, resolveram entrar em greve, paralisando uma seção chave da fábrica por 4 horas. E isto foi o suficiente para que os patrões solucionassem o problema, efetuando o pagamento no mesmo dia, temendo uma eclosão maior da greve, uma vez que o clima de insatisfação era geral em toda a fábrica.

2- Após terem feito várias reivindicações por um aumento de salários, os companheiros do setor de malotes e carteiros da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos -setor Lapa- lançaram-se em uma operação tartaruga que durou semanas. Isto para fazer frente ao não atendimento de suas reivindicações que há tempo vinham levando junto à diretoria daquele órgão. E para maior espanto da mesma diretoria, os companheiros do setor Santana entraram também em uma mobilização tartaruga, somando-se aos companheiros Lapa na luta por melhores salários, o que levou a diretoria a considerar imediatamente suas reivindicações salariais.

Só a greve faz os patrões recuarem!

CONGRESSO METALÚRGICOS

Nos dias 17, 18 e 19 de setembro foi realizado o 2º Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, com a participação de 150 operários, dos 350 inscritos, dentre 120 mil que compõem toda a categoria.

O temário proposto foi o seguinte: política salarial, desenvolvimento nacional, redistribuição de renda, sindicalismo e contrato coletivo.

Aparentemente, tratou-se de uma medida avançada da diretoria, já que raros sindicatos convocam congresso no Brasil. Entretanto, vejamos bem: a realização do Congresso não foi divulgada para o grosso dos operários de São Bernardo e Diadema; nada foi feito para prepará-lo.

Como, pois, esperar uma participação ativa, democrática, dos trabalhadores no Congresso?

Assim, antes de mais nada, o Congresso foi "para inglês ver", já que sequer todas as fábricas estavam representadas (há 300 indústrias metalúrgicas em São Bernardo e Diadema).

Os 150 participantes se dividiram em grupos que discutiram, principalmente, o sindicalismo brasileiro e a situação do Sindicato de São Bernardo e Diadema. Os grupos deveriam também apresentar sugestões para resolver os problemas do seu sindicato, o que não ocorreu, em parte, porque o governador do Estado, Paulo Egídio, lá compareceu no auge das discussões.

Importante foi que os operários bombardearam Paulo Egídio de perguntas sobre a situação dos trabalhadores brasileiros, quando o

governador, esquivando-se de explicar, retirou-se dizendo que estava com pressa.

Entretanto, os grupos chegaram a conclusões como:

- luta por reajustes trimestrais;
- contra o imposto sindical;
- pelo desatrelamento do sindicato do Estado;
- pelo direito de greve;
- por liberdades sindicais;
- por Congresso anuais preparados;
- pela extinção das horas extras;
- pela eleição de delegados sindicais.

Uma sessão plenária final deveria fechar as resoluções, mas a diretoria decidiu desconvocá-la, adiando a apresentação das conclusões.

Os resultados, portanto, acabaram ficando nas mãos da diretoria, que disse que formaria uma comissão para elaborá-los.

Com tudo isto, podemos constatar o seguinte: a realização de um Congresso como este serve como válvula de descompressão, como satisfação ao pequeno número de operários que frequentam o Sindicato, mas não se coloca como objetivo a luta pelos interesses dos trabalhadores.

E a diretoria pelega de São Bernardo e Diadema dá continuidade a sua política de tentar formar novos pelegos, sem a participação de massa. E mostra também como pretende boicotar as conclusões tiradas nos grupos — como o desatrelamento do Sindicato do Estado — ao ressaltar que a luta dos trabalhadores deve ser pelo "sindicalismo jurídico", furtando-se na prática de mobilizar os trabalhadores, que é o único método de luta combativo.

Pela democratização dos sindicatos!

QUESTÃO DE S. PAULO

Perus

A dispensa de operários estáveis mediante acordo e pagamento de 80% da indenização em 18 prestações e não de uma só vez, como manda a lei, é o primeiro problema a ser tratado pelos empregados da Perus com o governo e a comissão interventora da fábrica de cimento, tão logo seja restabelecida a normalidade sindical da categoria.

Ainda não há data marcada para as eleições no sindicato — providência que deverá suceder imediatamente o levantamento da intervenção — mas a Comissão Permanente dos Trabalhadores da Perus, entidade que tem representado a classe nos últimos três anos, já teme que surjam restrições ao pleito.

Uma delas seria o veto de candidatos, "com base em informações distorcidas, ainda do tempo em que a indústria pertencia a J. J. Abdalla", no entender dos trabalhadores. É o caso de João Brenno Pinto, ex-presidente do sindicato, membro da comissão permanente, que foi um dos líderes das greves de 62, e cujo nome deverá integrar a chapa que concorrerá à eleição. 5-11-76

JORNAL DA TARDE

Saad anuncia fechamento

Poucas horas depois de a Companhia Saad do Brasil ter anunciado oficialmente que fechou, desde o último dia 9, sua fábrica metalúrgica e de vidraçaria de São Caetano do Sul, os funcionários dessa empresa reuniram-se ontem numa das

mais concorridas e agitadas assembleias do Sindicato dos Metalúrgicos daquela cidade. Com a extinção das duas seções, configura-se a demissão coletiva de quase mil empregados, que continuam com seus salários atrasados. 13-11-76

Diante de toda essa situação, os trabalhadores manifestaram grande revolta durante as duas horas e meia que durou a reunião de ontem, obrigando o presidente do Sindicato, João Lins Pereira, a pedir serenidade aos presentes.

Cerca de oitocentos funcionários da Indústria Metalúrgica Saad, que encerrou suas atividades por falência, terça-feira, deverão ingressar na próxima semana com um processo coletivo contra os diretores da empresa, reclamando seus direitos. Segundo informações do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano — onde a fábrica de vidro e a metalúrgica da empresa funcionavam — a situação é grave, principalmente porque o diretor do grupo Saad, Anísio Saad, em recente assembleia com os trabalhadores, confessou estar a companhia em atraso com o recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e INPS.

Mas a pior situação é mesmo a dos empregados estáveis, a maioria com mais de vinte anos na Saad. Queixavam-se de que, mesmo que venham a receber a indenização a que têm direito (muitos nem acreditam nessa hipótese) já estão velhos, sem condições de conseguir novos empregos. Com isso — e sem completar o tempo mínimo de serviço exigido pela lei — perdem o direito à aposentadoria.

OS DESEMPREGADOS

Mas se o sindicato do setor manifesta esperanças e aguarda a decisão da Justiça

com otimismo, os desempregados mostram-se descrentes: "Nós só vamos dar baixa nas carteiras após a decisão da Justiça e o pagamento dos nossos direitos", avisa, o velho Antônio, há 29 anos funcionário da indústria. Postos na rua sem aviso prévio, estes homens, na verdade, estavam ontem muito preocupados.

Raimundo Miguel de Carvalho, por exemplo, 29 anos e três filhos menores, não quer mais ficar em São Paulo. Assim que receber a indenização, voltará ao Piauí. Há um ano e meio, ele perdeu um braço trabalhando na trefilação, conta que nem assim, recebeu indenização ou ajuda de custo. Nem mesmo socorro: os amigos é que o levaram ao hospital. Desanimado, ele acha que não vai conseguir emprego em outro lugar.

O encarregado da portaria, Agostinho trabalhava na mesma seção de Raimundo, quando perdeu o braço esquerdo. Hoje, com 20 anos na Saad e 50 de idade, ele pensa apenas em conseguir a aposentadoria. Prefere esquecer o acidente, comentando que a indústria "é uma parte da minha vida".

Outro empregado, José Justiniano dos Reis, fazia ontem 60 anos:

"Na minha idade e sem profissão especializada, não pego mais em serviço e ainda não tenho tempo para aposentadoria".

RIO (Agência Estado) —

Jornal E. Paraná

Nós, bispos da Comissão Representativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, reunidos na cidade do Rio de Janeiro, de 19 a 25 de outubro de 76, diante dos acontecimentos recentes que atingiram a Igreja no Brasil, comovendo a tantos no país e no exterior, pensamos em vocês, gente simples, gente religiosa, gente das comunidades de base, dos grupos de reflexão, e lhes oferecemos esta reflexão pastoral. Falando após tantas manifestações de pastores e Igrejas não queremos fazer um documento de denúncia, ainda que os fatos aqui narrados já sejam por si mesmos uma denúncia clara e forte. Nossa intenção é iluminar, com a luz da palavra de Deus, os acontecimentos atuais para que os cristãos tomem diante deles uma atitude de fé e coragem, uma animação parecida com aquela que dá o livro do Apocalipse. Ao cristão é proibido ter medo. É proibido ficar triste. Para esta comunicação pastoral podemos contar com a preciosa e fraterna colaboração de padres, religiosos, religiosas e leigos. Assim queremos apresentar: 1) Os fatos — Contamos coisas que os jornais já divulgaram e que, achamos bom recordar para servir de base à reflexão. Colocamos, também algumas coisas que não saíram nos jornais e no rádio. 2) O sentido destes fatos — Aconteceram por acaso ou são frutos produzidos por alguma árvore que devemos procurar conhecer. 3) Alguns princípios pastorais de novos apelos de Deus — O que a palavra de Deus nos diz a respeito destes acontecimentos, se Deus nos fala não só pela sua Igreja, mas também pelos acontecimentos. Procuremos descobrir os caminhos do Senhor no meio das coisas contadas e meditadas nestas páginas.

Recentemente ocorreram fatos que por sua gravidade abalaram a Igreja e o povo brasileiro. Referimo-nos, principalmente, aos assassinatos dos sacerdotes: Padre Rodolfo, padre João Bosco Penido Burnier e o sequestro do bispo Dom Adriano Hipólito, da diocese de Nova Iguaçu, na baixada fluminense, no Estado do Rio de Janeiro. (•••) 1

A estes somam-se ainda outros fatos que mostram a Igreja sendo coagida de forma permanente. "Violência gera violência. A violência instigada contra presos políticos alastrou-se entre militares e policiais. Parece evidente a constatação da deformação de elementos das forças policiais. Os mais recentes atentados têm caracterizado a atuação de organizações terroristas no Continente latino-americano. Uma demonstração do terrorismo político-militar no Continente latino-americano foi a prisão de 17 bispos católicos acompanhada de cerca de duzentos assessores, padres, religiosos e leigos, no dia 13 de agosto passado, na cidade de Rio Barba, no Equador, levados para a cidade de Quito pelas autoridades militares daquele país. Na ocasião, estes bispos, que incluíam brasileiros: D. Candido Padim e D. Antônio Batista

COMUNICADO DA CNBB

Pastoral ao "Povo de Deus"

Fragoso, norte-americanos, chilenos, mexicanos, além de um paraguaio, um argentino e um venezuelano, endereçaram carta ao papa, dizendo que o motivo do encontro era somente sobre os problemas relacionados com a evangelização de suas dioceses no atual contexto histórico da América Latina.

O SENTIDO DOS FATOS

Diante de todos estes fatos quem deve ser responsabilizado pela onda de perversidade que vem assumindo proporções alarmantes? O que está por trás de todos os crimes que no nosso país alcançaram grau requintado de crueldade? A ação perniciosa e nefasta, anônima ou pública, daqueles que taxam os bispos, padres e leigos de subversivos, agitadores e comunistas quando tomam a defesa dos pobres, presos, dos humildes e das vítimas de torturas, contribuem para o crime e para a prática da violência e das arbitrariedades. Diante de tantos fatos que revoltam a opinião pública do País, não se pode responsabilizar, somente, o pequeno policial que puxa o gatilho do revólver, a este ou aquele policial ou militar. Torna-se necessário procurar as raízes mais profundas que colaboram para gerar o clima de violência. Dentre os principais fatores de violência apontamos o seguinte: Os pobres sem justiça. São os pobres, os indefesos que encham as cadeias, onde as torturas são frequentes em vítimas que aí se encontram sob a acusação de não trazerem documentos de identidade ou presos durante o arrastão das batidas policiais. Somente pobres são acusados e presos por vadiagem. Para os poderosos a situação é bem diferente. Há criminosos que não são punidos, porque protegidos pelo poder do dinheiro, pelo prestígio, e pela influência da sociedade que acoberta e, portanto, cúmplice neste tipo de injustiça. Este duplo tratamento parece sugerir que em nossa sociedade só e acima de tudo, o dinheiro, e não o ser gente, é fonte de direitos. A Assembléia da Ordem dos Advogados reunida estes dias na Bahia expressa a preocupação dos próprios advogados com este estado de coisas, ao ser lembrado que o Direito Penal é o Direito dos pobres, não porque os tutela e os proteja, mas sim porque sobre eles, exclusivamente, faz pesar sua força e seu rigor.

A IMPUNIDADE DE POLICIAIS CRIMINOSOS

É notória a ação criminosa do famoso Esquadrão da Morte, cuja presença é considerada em vários Estados da Federação. É sabido que em vários casos policiais assassinos foram presos e punidos segundo a lei. Grave é o caso de policiais que, acusados de crimes de morte, corrupção, tráfico de drogas, lenocínio não são levados às barras dos Tribunais, porque acobertados por dirigentes mais altos que os

protegem sob a alegação de que são elementos valiosos na repressão de crimes políticos, impedindo-se a Justiça de cumprir o seu dever de assegurar o princípio de igualdade de todos perante a lei, base de qualquer sociedade que se pretenda civilizada.

A má distribuição da terra, no Brasil, remonta o período colonial. O problema se acentuou, porém, nos últimos anos, como resultado da política de incentivos fiscais das grandes empresas agropecuárias. Como resultado negativo, além da desenfreada especulação imobiliária levada ao interior do país, surgem as grandes empresas que, aparelhadas com recursos jurídicos e financeiros, acabam com os pequenos proprietários, expulsando os indígenas e posseiros de suas terras. Estes pequenos proprietários, sitiantes e posseiros com dificuldades até para obter uma carteira de identidade, não conseguem documentar a posse da terra ou fazer valer perante a Justiça os seus direitos de usucapião. São então expulsos da terra, tangidos para mais longe, até para países vizinhos ou transformados em novos nômades destinados a vagar pelas estradas do país. Quando resistem, dão margem aos conflitos que se multiplicam, especialmente, nas regiões amazônica e mato-grossense. Outros demandam às cidades mais próximas, provocando a vasta migração interna que termina por inchar as grandes cidades onde tem que se alojar em casebres miseráveis, levando vidas desumanas até que sejam varridos para mais longe, quando as áreas às quais se instalaram passam a ser de interesse para a especulação imobiliária ou para a implantação de grandes projetos de urbanização. Antes disso já terão sofrido os males da cidade grande, tais como o aviltamento dos salários e a péssima qualidade ou total ausência dos serviços humanos.

A SITUAÇÃO DOS ÍNDIOS

Os índios, especialmente na Amazônia legal, perdem extensões crescentes de suas terras para fazendeiros e posseiros, dos quais alguns, por sua vez, foram expulsos de suas terras por empresários poderosos, repetindo-se hoje o que aconteceu no passado, com os indígenas do sul do país. Neste quadro, o Estatuto do Índio torna-se letra morta, enquanto os indígenas, quando sobrevivem, passam a ser explorados como mão de obra barata ou se dirigem para a periferia da cidade ou, ainda, famintos e doentes, vagueiam pelas estradas que rasgam as suas reservas. A tutela do Estado, tornando-os parcialmente incapazes perante a lei, impede que os índios se tornem sujeitos do seu crescimento e do seu destino. É lento o processo para a demarcação das terras dos índios. Problema que se acentua dado a ganância dos que se dedicam à exploração das riquezas

minerais e das florestas. A introdução de um modelo de progresso apoiado em amplos recursos financeiros expõe tribos inteiras ao extermínio, como é o caso da abertura de estradas sem um planejamento prévio que respeite os primitivos habitantes da área. Neste caso incluem-se projetos do próprio INCRA. Não é de surpreender assim que os índios sejam levados a ter vergonha de sua raça, procurando esconder as suas origens, proclamando-se bolivianos, peruanos, para poderem ser aceitos por uma sociedade que se considera superior.

SEGURANÇA NACIONAL E SEGURANÇA INDIVIDUAL

Já dissemos que o princípio de todos de igualdade perante a lei é a base de qualquer sociedade que se pretenda civilizada. Logo a segurança de cada um e de todos os cidadãos é condição essencial para a segurança interna de uma Nação. A Constituição em vigor afirma que todo o poder vem do povo e em seu nome é exercido. A afirmação em contrário a qual é o Estado que outorga a liberdade, os direitos humanos aos cidadãos, ao povo, não deve nos surpreender, se tivermos em mente o pensamento que inspira o pensamento da segurança nacional, a qual desde 1964 tem inspirado o governo brasileiro, dando origem a um sistema político cada vez mais centralizado e em igual proporção cada vez contando menos com a participação do povo. Na visão humanista e cristã, a Nação resume todas as formas de associação do povo. O direito de livre associação de crescer, reconhecido, respeitado e promovido pelo Estado, isto é pelo governo. Ser nacionalista portanto, não significa sacrificar, uma fé, um sentimento, ideais, valores que possam parecer nocivos e incompatíveis com os interesses de pontos de vista do sistema político vigente. Ainda segundo a visão humanista e cristã, Nação não é sinônimo de Estado, nem é o Estado que outorga a liberdade, os direitos humanos, cuja existência é anterior à própria Nação, cabendo porém ao Estado reconhecer, defender e promover os direitos humanos de todos e de cada um dos cidadãos.

Outra grande tentação dos detentores do poder é confundir o dever de lealdade do povo para com a Nação com a lealdade ao Estado, isto é, ao governo. Colocar o Estado, o governo acima da Nação, significa supervalorizar a segurança estatal e desprezar a segurança individual. Isto significa reduzir o povo ao silêncio e a um clima de medo. Sem a consulta e a participação popular, os programas, projetos, planos oficiais, por melhores que possam ser, e mesmo se tiverem êxito material e econômico, mais facilmente levam à corrupção, e não se justificam quando não correspondem às necessidades e aspirações do povo. A ideologia da segurança nacional, colocada acima da segurança pessoal, espalha-se pelo Continente latino-americano, como ocorreu nos países sob o domínio soviético. Nela inspirado, os regimes de força, em nome da luta contra o comunismo, em favor do desen-

volvimento econômico, declaram a guerra anti-subversiva contra todos aqueles que não concordam com a visão autoritária da organização da sociedade. O treino para esta guerra anti-subversiva na América Latina contra o comunismo, além de levar ao embrutecimento crescente de seus agentes, gera um novo tipo de fanatismo, um clima de violência e de medo. São sacrificadas as liberdades de pensamento e de imprensa, são supressas as garantias individuais. Esta doutrina tem levado os regimes de força a incorrerem nas características e práticas dos regimes comunistas: o abuso do Poder pelo Estado, as prisões arbitrárias, as torturas, a supressão da liberdade de pensamento.

ALGUNS PRINCÍPIOS PASTORAIS - NOVOS APELOS DE DEUS

Colocando-nos diante da

realidade dos fatos e de algumas das suas principais causas e raízes, suplicamos as luzes e a sabedoria do Espírito Santo para poder perceber nestes acontecimentos e nestas situações, os apelos de Deus para nossa missão evangelizadora, e afirmar alguns princípios que norteiam nossa ação pastoral. Vamos refletir juntos baseados na palavra de Deus, especialmente nos Santos Evangelhos. O mundo contém a presença do bem e do mal, o Evangelho fala do campo onde foi semeado o trigo e joio e uma rede onde foram apanhados os peixes bons e maus, de uma terra onde a semente germina, cresce e dá frutos, e de outra onde a mesma semente nada fornece. Cristo veio salvar a todos. Há porém, os filhos da luz que recebem a mensagem da salvação e os filhos das trevas, que se recusam a recebê-la. Nossa luta não pode

ser contra as pessoas, todas merecem o nosso amor. Nossa luta é contra a escravidão do pecado, da fome, das injustiças, pelas quais as pessoas, muitas vezes inconscientemente, se tornam responsáveis. As forças organizadas do mal não querem dar lugar aos fracos e aos pequenos, que são a maioria do povo. Só os grandes e poderosos é que têm direito. O pequeno deve ter só o estritamente necessário para continuar vivendo e servindo ao poder.

Seria bom que a justiça castigasse os assassinos do padre João Bosco, não por ser ele de uma família importante, mas para que nunca mais elementos da polícia desrespeitem e torturem ninguém como torturaram nossas irmãs Margarida e Santana e nem continuem espalhando o terror entre os pequenos. Seria bom que João Mineiro e

seus companheiros de crime fossem presos e condenados. Não para vingar a morte do padre Rodolfo e do índio Simão, mas para que os invasores de terras entendam que sobre eles também pesa o braço da justiça. Todavia a simples punição dos executores dos crimes não pode tranquilizar a consciência das autoridades enquanto o sistema sócio-político-econômico continuar gerando uma ordem social marcada por injustiças e propiciando a violência.

"Desejosos de que esta comunicação pastoral ao povo de Deus fique em seu campo próprio e não venha a ser instrumentalizada por forças políticas de quaisquer orientações e movidos ao mesmo tempo por um sentimento de respeito pelo processo eleitoral, no qual não desejamos intervir, Oadiamos sua publicação para depois das eleições de 15. de novembro. 16-11-76

1-sobre os fatos citados ver CB13 pgs.32; 11 e 31.

2-No comunicado divulgado pela imprensa foi suprimido o texto cujas partes principais publicamos abaixo. Extraído do Boletim DIAL nº 339 de 18 de novembro de 1976.

No momento em que ele se recusa a servir ou começar a ser uma pedra no sapato do grande, ele deve desaparecer, sua terra deve ser invadida, sua choupana desapropriada e destruída.

A Igreja deve seguir o exemplo de Cristo. Ela não pode excluir ninguém e deve oferecer a todos, grandes e pequenos, os meios de salvação que recebeu de Cristo. Mas sua opção e seus prediletos são os fracos e os oprimidos. Não pode ficar indiferente à espoliação do índio expulso de suas terras, à destruição de sua cultura. Não pode fechar os olhos ante a grave situação de insegurança em que vivem os pequenos, ante a fome dos pobres e a desnutrição das crianças. Não pode ignorar os desenraizados, os migrantes que buscam novas oportunidades, e que somente encontram abrigo debaixo dos viadutos ou se arinham nos arredores das grandes cidades. Cristo se faz presente e visível nestas pessoas. Maltratá-las é maltratar a Cristo.

Os grandes daquele tempo não toleravam que Cristo os iguasse, diante de Deus, aos pequenos, aos ignorantes da lei e aos pecadores. A estes últimos, Cristo, porém, deu preferência, afirmando: "As meretrizes e os publicanos estão vos precedendo no Reino de Deus" (Mt 21,31).

A Igreja tem procurado tomar a defesa dos direitos do fraco, do pobre, do índio, da criança que vai nascer. Mas hoje reclama para o povo não mais a esmola das sobras que caem da mesa dos ricos, mas uma repartição mais justa dos bens. Por que só alguns podem comer do bom e do melhor, e a maioria tem que dormir com fome? Por que alguns — até estrangeiros — podem adquirir, por dinheiro, milhares de hectares de terra para criar gado e exportar a carne, e nossa poltrona não pode continuar cultivando o pedaço de terra onde nasceu e se criou ou já vive e trabalha há dezenas de anos?

Por que somente alguns têm o poder de decisão? Por que uns ganham 30, 50, 100 mil cruzeiros por mês, e tantos não fazem mais do que o salário mínimo? (...)

Houve um tempo em que nossas pregações ao povo acolhiam sobretudo a paciência e a resignação. Hoje, sem deixar de fazê-lo, nossa palavra se dirige também aos grandes e poderosos para apontar-lhes suas responsabilidades pelos sofrimentos do povo.

Como reagem eles? Com um exame de consciência? Com a defesa de seus interesses? Assim reagiram os poderosos do tempo de Cristo: "Se o deixarmos assim, todos crerão nele e

os romanos virão e arruinarão a nossa cidade e toda a nação" (Jo 11,48). Os grandes daquele tempo pensavam em si e não no povo. Hoje é a mesma coisa? Se o Evangelho for seguido, será bom para o povo, mas os grandes terão que perder seus privilégios, como Maria Santíssima já havia profetizado: "Derubou do trono os poderosos e exaltou os humildes. Saciou de bens os famintos e despediu os ricos de mãos vazias" (Lc 1, 53).

A Igreja não pode ser um poder como os outros poderes. Ela não deve confiar na força nem tentar usar as mesmas armas dos poderosos. Sua arma é a cruz! Sua força é a graça de Deus. Para construir o reino não deste mundo, mas o do Deus, é preciso crer, orar e sobretudo sofrer e até morrer, porque "sem derramamento de sangue não há redenção" (Hebreus 9,22).

Eis porque ninguém deve admirar-se de que muitos dos que seguem o Evangelho sejam tão criticados e até acusados de comunistas ou subversivos. O Evangelho diz a respeito de Cristo: "Eis que este menino foi colocado... como um sinal de contradição" (Lc 2,34). Ele que "passou a vida fazendo o bem" foi criticado, acusado de tanta coisa, preso, levado aos tribunais e condenado à morte. "O discípulo não é maior do que o Mestre". Ninguém fique triste com essas acusações, nem preocupado em defender-se delas. Como Paulo, pode dizer: "Longe de mim gloriar-me a não ser na cruz de Nosso Senhor Jesus Cristo, por quem o mundo está crucificado para mim e eu para o mundo" (Gál. 6,14).

Seria bom se as Autoridades descobrissem e punissem os responsáveis pelo seqüestro, não para desagrar o bispo, mas para o povo da Baixada poder confiar mais no Governo e ter a segurança de que não continuará sem proteção e sem defesa, nas mãos de tantos criminosos. (...)

"Ai de mim se eu não disser a verdade que ouvi. Ai de mim se eu me calar quando Deus me mandar falar" (Liturgia).

É com esse esforço constante de fidelidade que a Igreja, formada de todos nós, poderá ir se purificando e ir caminhando na realidade do Reino de Deus. Somente então será verdade o que São João escreveu no livro do Apocalipse: "Eis a tenda de Deus com os homens. Ele habitará com eles, eles serão o seu povo, e Ele, Deus-com-eles, será o seu Deus. Ele enxugará toda lágrima dos seus olhos, pois nunca mais haverá morte, nem luto, nem clamor, e nem dor haverá mais. Sim! As coisas antigas se foram" (Apoc 21,3-4).

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1976.

EM PARIS REUNIÃO SOBRE O TEXTO

Jornal DE FATO

Por iniciativa do COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA, do Comitê França Brasil, da CIMADE (associação de ajuda a refugiados políticos) e da Amnesty International - seção francesa - realizou-se em Paris, na quinta-feira, 25 de novembro, às 20h30 uma MESA REDONDA, tendo como tema central o último documento dos bispos do Brasil: PASTORAL AO POVO DE DEUS.

Com a sala completamente lotada, a reunião foi aberta pelo presidente da mesa - André Jacques - responsável na Cimade, pelo setor dos Direitos do Homem. Um representante do Comitê França-Brasil-Alban Volgt - traçou um breve histórico da evolução da Igreja no Brasil, suas posições frente a repressão e ao assassinato de prisioneiros, suas denúncias da situação sócio-econômica e da miséria do povo.

Em seguida falou o padre Francisco Jentel, expulso do Brasil em consequência da repressão desencadeada pela ditadura contra os posseiros, na região de Santa Terezinha, em Mato Grosso. Ressaltou os problemas dos posseiros, expulsos sistematicamente das terras que ocupam e obrigados a um verdadeiro "refúgio" em regiões mais e mais distantes ou até mesmo fora do Brasil.

Após a intervenção do padre Jentel várias questões foram debatidas. Encerrou a reunião uma intervenção do representante do Comitê Brasil pela Anistia, Me. Guy Aurenche que evocou as ações solidárias realizadas na França, tais como: Apoio à luta pela Anistia Geral e Sem Restrição, divulgação e apoio das lutas democráticas que se travam hoje no Brasil, participação numa "Journée Internationale pour une société dépassant les dominations", em coordenação com a CNBB.

Don Pedro Casaldáliga é um homem baixo, magro, 47 anos, poeta e de certa forma alegre. Mas é principalmente um homem engajado na vida do povo da prelazia que dirige, São Félix, no Nordeste de Mato Grosso e pegando ainda a ilha de Bananal, em Goiás. Ali vivem os índios, senhores naturais da terra e os posseiros, que lá se instalaram há 30 ou 40 anos.

Mais recentemente, para lá foram também os fazendeiros, latifundiários e grandes empresas agropecuárias, que vêm avançando e tomando as terras. Entre eles, a Suamissu, do Grupo Liquigás, com área 5

vezes maior que a ex-Guanabara, considerada a maior fazenda de gado do mundo; a Nacional, do Banco Nacional de Minas Gerais; a Tamakavy, de Silvio Santos etc. Seu avanço vem sendo feito com apoio do governo, através de incentivos fiscais da Sudam, e muitas vezes por meio de títulos de posse fraudulentos: chegou-se a constatar até três títulos de propriedade superpostos, no próprio Parque Nacional do Xingu. A invasão das terras é apoiada pela polícia e conta com a cumplicidade de prefeitos locais, sendo normal o uso de jagunços para limpar a área.

DE FATO: Como se dá hoje em São Félix e outras dioceses vizinhas esta perspectiva? Concretamente, no que diz respeito a esta Igreja que nasce do povo?

D. PEDRO: Vocês mesmos, nas perguntas que me colocaram, estão dando as raízes da resposta. Se a fé do nosso povo, como a minha fé, é uma fé colonizada, se a cultura do nosso povo não é uma cultura autóctone, é uma cultura já mediatizada, europeizada em muitos aspectos e tal, é evidente que essa Igreja que nasce do povo, por não poder ser suficientemente espontânea, não tem ainda muita liberdade. Porque só é livre aquilo que é espontâneo. Então, neste sentido, estamos num processo de recuperação dos valores primogênicos, no sentido da volta ao povo. Nós todos devemos valorizar o povo e o povo deve se autovalorizar cada vez mais. Em segundo lugar, o povo e nós devemos partir para uma atitude de crítica e autocrítica. Em terceiro lugar, acho que esse processo por um lado se dará de um modo lento, como se diz em antropologia: «a ritmo cultural». Mas que por outro lado exige que muitos de nós, por um motivo ou por outro, ou seja, vocês como jornalistas e estudantes, eu por ser bispo e outros por serem revolucionários, procuremos forçar um pouco, acelerar esse processo, respeitando o ritmo do povo.

DE FATO: O senhor citou há pouco o encontro de Vitória. Poderia dizer umas poucas palavras sobre o que foi o encontro e os resultados obtidos?

D. PEDRO: Esse encontro de Vitória é um segundo

dentro da preocupação de devolver a Igreja ao povo, e de que cada vez mais o povo seja Igreja e a Igreja seja povo. E superar tudo isso que estamos criticando nesta própria conversa: colonialismo etc. Celebrou-se, faz um ano e meio, um encontro da Igreja que nasce do povo com a intervenção de figuras teológicas, de bispos etc., aqui do País. Este segundo encontro foi um segundo passo. Também com a presença de grandes teólogos, até do famoso Gustavo Gutiérrez, a figura mais destacada da teologia da libertação aqui na América Latina (ele é peruano). Participaram bispos, padres e leigos. Leigos da base mesmo, e talvez este foi um ponto culminante e que eu penso histórico. (...)

Lá na prelazia de São Félix, cantamos um hino, onde uma estrofe diz:

«Se acreditamos no homem
É porque cremos em Deus
Queremos nova esta terra
Porque esperamos os céus».

É no hino da comunidade rural, que fizemos numa circunstância de luta com a fazenda Bordon - da qual, seja dito de passagem, Delfim Neto é dos principais acionistas - de propriedade do famoso frigorífico Bordon, a gente canta:

«Somos um povo de gente
Somos o povo de Deus
Queremos terra na terra
Já temos terra nos céus».

VEJA, 27 DE OUTUBRO, 1976

VEJA — *Como o senhor vê o problema da terra em Mato Grosso?*

DOM PEDRO — Este é o problema: afeta a maior parte da população, a mais marginalizada, os índios, posseiros e peões. É um problema que tem sido oficialmente embrulhado. Terras foram vendidas, entregues, doadas, numa incrível acumulação de títulos. A própria Funai admitiu que uma área de terra no Parque do Xingu foi vendida três vezes, em 1969.

VEJA — *O senhor sentiu, depois dos últimos acontecimentos, algum empenho das autoridades em modificar algo?*

DOM PEDRO — A questão não é policial, mas política. De nada adianta a PM expulsar 100 ou 200 soldados — muitos deles se transformarão em jagunços. Os responsáveis imediatos pelo assassinio do padre Burnier serão exemplarmente punidos, e algumas pessoas ficarão até satisfeitas. Era um padre e, além disso, de família distinta, com altas figuras na vida do país. Um certo nejo me impressionou muitíssimo quando disse: "Atirar num padre! Esta po-

lícia está se afundando!" As palavras com que insultaram padre Burnier e a mim — "comunista, subversivo" — não saíram da boca dos soldados, são palavras que eles ouvem de seus superiores. Eu acho até que a polícia de Mato Grosso é mais simples, mais ingênua, então as coisas aparecem mais em outros lugares.

VEJA — *E o senhor consegue imaginar como esta situação vai evoluir?*

DOM PEDRO — Por fé, eu faço tudo o que for possível em matéria de diálogo. Agora, por fé também, por atitude da Igreja, estou cada vez mais duvidando do diálogo. Temo que uma atitude de diálogo possa iludir, deixar descansados os responsáveis e possa nos deixar sossegados também: "Já dialogamos, que mais podemos fazer?" Em que deu o diálogo até agora? Mesmo sabendo do risco, mesmo sabendo que muitos colegas do episcopado discordam, me parece que a Igreja, com toda a humildade, deveria romper e dizer ao povo que não se iluda.

ALVORADA

Folha da Prelazia de São Félix — MT

O POVO PLANTA A CRUZ E DERRUBA A CADEIA

" Dia 18 do 10 de 1976, às 19,30 horas, se reuniu no rancho da Igreja do Ribeirão Bonito todo o povo com representantes de toda a Prelazia para celebrar a Missa do 7º dia pelo Pe. João Bosco.

Após as leituras, o celebrante convidou o povo a manifestar-se a respeito deste acontecimento e da vida do povo. Houve muitas colocações:

- " É hora da gente saber de que lado a gente está: do povo ou dos tubarões".
- " Acordamos com essa morte, não podemos mais aguentar, apanhar fei-to cachorro".
- " Todos juntos somos fortes ".
- " Padre João morreu porque defendeu a liberdade de duas mulheres do povo . É bom lembrar também que é por essa mesma causa que o bispo e todo povo da Missão é chamado de comunista e subversivo ".
- " Quando o povo de Pontinópolis ficou sabendo largou todo serviço e ficou muito preocupado ".
- " Gente, lutamos pelo que é nosso. Não devemos ter medo. Somos fortes juntos".

Após a Missa, as mulheres que tinham sido torturadas. Convidaram o povo para um Terço oferecido para o Padre João. E como é de costume cristão do povo, no 7º dia, se levou uma grande cruz ao lugar do assassinato. A procissão, com velas acesas, se desenvolveu com muita fé, orações e seriedade. Chegando no lugar, a Cruz foi cravada onde ocorreu o assassinato. A Cruz tem os seguintes dizeres:

" AQUI NO 11/X/1976 FOI ASSASSINADO PELA POLÍCIA O PADRE JOÃO BOSCO DEFENDENDO A LIBERDADE".

Logo o povo se manifestou novamente:

- " Eles podem tirar essa cruz, mas nós não vamos esquecer, colocamos outra".
- " Essa cadeia só serviu para prender e judiar gente pobre: posseiros e peões. Nunca se viu um rico nela".
- " Amanhã, se um irmão nosso é preso injustamente, será que temos a coragem de aqui vir todos como hoje para libertá-lo"?
- " A cruz representa a nossa libertação; essa cadeia representa a perseguição, a tortura, o assassinato e tudo o que nos aterroriza".
- " Entre a cruz e a cadeia, é melhor tirar a cadeia".
- " Aqui nesta cadeia eu fui a primeira a ser presa ".
- " Eu também já fui preso e apanhei sem motivo ".

Aí o povo resolveu abrir as portas da cadeia para nunca mais ninguém ficar preso e judiado injustamente. O povo todo participou com muita ira e sede de justiça.

Quem não podia destruir, ficava encorajando e animando:

- " Essa cadeia não serviu para fazer justiça, é melhor tirá-la logo".

Todo povo participou na destruição, com as mãos, com paus, com pedras, até foram buscar machados. Quem não podia se aproximar, batia palmas e gritava encorajando.

- " Será que isso é violência? - Violência é eles matar o Padre, e queimar as nossas casas ". (...)

O povo do Ribeirão Bonito e redondezas, celebrou a Eucaristia, plantou a cruz e derrubou a cadeia. Tudo num gesto só.

21 de outubro de 1976

IGREJA- REPRESSÃO E DIALOGO

Acusados de praticar subversão no Distrito de São Geraldo do Araguaia, no Sudeste do Pará, onde posseiros mataram dois soldados e feriram outros dois, que davam cobertura a um trabalho de demarcação do Incra, na quarta-feira da semana passada, o padre Florentino Maboni e o seminarista Hilário estão presos e sofrendo maus tratos na cadeia de Boa Vista, um lugarejo da região. A denúncia foi levada ontem ao chefe da Casa Civil da Presidência da República, general Golbery do Couto e Silva, pelos bispos de Conceição do Araguaia, dom Estevão Cardoso de Avelar, e de Marabá, dom Albano Pena, que estavam acompanhados do nuncio apostólico, dom Carmine Rocco.

Depois da entrevista com o chefe da Casa Civil, o nuncio dom Carmine Rocco declarou ontem que "um diálogo franco é sempre produ-

PADRE LIBERADO - REPRESSÃO CONTINUA

Uma ordem vinda diretamente de Brasília decidiu a libertação e o envio do padre Florentino Maboni de volta à sua antiga diocese, em Santo Angelo, no Rio Grande do Sul. Com essa decisão, o governo teria procurado eliminar o que lhe parecia ter se constituído numa fonte de problemas: a prisão do padre em Belém estava sendo utilizada para propaganda contra o regime e para uma confrontação cada vez mais grave entre a Igreja e o Estado.

No entanto, o padre Maboni continua indiciado no inquérito aberto por autoridades da 8ª Região Militar.

Ao saber da decisão das autoridades, os bispos

tivo. Por isso, tomel a iniciativa de colocar os bispos paraenses em contato com o general Golbery, como representante do governo".

Após a audiência na chancelaria da Casa Civil, dom Albano revelou que o general Golbery já tinha sido informado do que acontecera no Pará, segundo uma versão que atribuiu a prisão do padre a "munições e panfletos que ele carregava numa pasta". O bispo de Marabá comentou: "Nada mais falso. Isto é um pretexto da Polícia Militar para justificar sua arbitrariedade ao aprisionar e torturar o padre e o seminarista".

"A maneira de resolver o problema de terras do Sudeste do Pará é fazer uma verdadeira reforma agrária na região para beneficiar o pequeno proprietário e impedir que os grandes capitais sulistas façam tráfico de influência para estabelecer latifúndios. Se o problema não for resolvido ra-

Alano Pena e Estevão Cardoso lamentaram o fato de que não tinham conseguido conversar com Maboni e esclarecer as circunstâncias da entrevista concedida pelo padre a repórteres dos "Diários Associados". Os bispos continuam achando que o padre Maboni deu a entrevista sob coação, mesmo psicológica, e esperavam desfazer os ataques de Maboni à pastoral de terras da Igreja.

Ainda há detalhes desconcertantes dificultando a definição do caso Maboni. As suspeições dos órgãos de segurança em relação à pastoral da Igreja para os pro-

pidamente, haverá muita violência porque o povo está cansado de esperar."

De acordo com notícia publicada ontem no boletim semanal da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o que o padre Florentino levava eram apenas cartas do bispo de Conceição do Araguaia, dom Estevão, autorizando-o a acompanhar o povo em suas reivindicações junto à polícia. Os dois bispos que foram a Brasília declararam que, após a prisão dos envolvidos no atrito, dom Estevão enviou uma mensagem às famílias dos posseiros, levada pelo padre Florentino, "novo na região e, portanto, absolutamente neutro em relação ao problema de terras e suas consequências".

Segundo relato dos bispos, ao chegar a Boa Vista o padre e o seminarista verificaram que os policiais tinham maltratado mulheres e crianças das famílias dos

blemas de terra não foram atenuados. Em Belém, por exemplo, os militares notavam a ausência de autoridades eclesásticas na missa pela intenção comunista, inclusive do arcebispo d. Alberto Ramos, tradicional frequentador dessas solenidades. 30-11-76

Em São Luis, entretanto, o arcebispo local, dom João Mota, acusou ontem "indivíduos que se dizem agentes policiais de forçar alguns alunos do Centro de Estudos Teológicos do Maranhão a fazer confissões ideológicas" e de tentar aliciá-los para "delatar companheiros". 16-11-76

posseiros. Por isso, foram até Xambioá, onde estava o major Bentes, para denunciar as violências. "Na mesma noite — continuam os bispos — ambos foram presos. Eles chegaram amarrados à localidade de São Geraldo e, a partir daí, não se teve mais notícias deles".

Com a notícia da prisão do padre Florentino e do seminarista Hilário, chegou-se à conclusão de que podem ser eles os "elementos estranhos" que, na interpretação dos policiais enviados à região de São Geraldo do Araguaia, teriam instigado a ação dos posseiros. Na segunda-feira passada, esses policiais apontavam a existência de "indícios concretos" da presença de agitadores na área, afirmando que haviam encontrado entre os suspeitos do ataque "alguém que não é posseiro nem madeireiro". 6-11-76

DIALOGO DE CÚPULA

As vésperas da divulgação de um documento preparado pela CNBB no dia 25 de outubro, ao fim de uma reunião da Comissão Representativa da entidade, soube-se ontem, em Belo Horizonte, que o ministro Armando Falcão telefonou há dias a dom Geraldo Maria Penido, arcebispo de Juiz de Fora, para ratificar os termos da conversa que o arcebispo teve, há dias, com o presidente Geisel. Durante o encontro, Geisel manifestou-se preocupado com a violação dos direitos humanos, referindo-se diretamente à morte do padre Burnier (primo de dom Geraldo) e mostrou-se disposto a um diálogo de cúpula com a CNBB. 16-11-76

J.B. D. EUGENIO

Brasília — O Arcebispo do Rio de Janeiro, D. Eugênio Sales, disse ontem, após entregar ao Ministro Armando Falcão medalha do tricentenário de sua Diocese, a quem pediu "dois minutinhos" para falar-lhe em particular, que "a Igreja tem influência política, mas através da conversão. Em vez de ser o dedo que aponta, prefiro ser a mão que levanta e ajuda".

"A Igreja não tem classes, é uma comunhão de bem e de compreensão, pois não se pode melhorar jogando-se uns grupos contra os outros". 24-11-76

A SOLIDARIEDADE AO PADRE

30-11-76

O bispo Estanislau Kreutz, de Santo Angelo, no Rio Grande do Sul, explicou ontem que um sacerdote católico que critica outro religioso é severamente advertido, para ressaltar em seguida que "o padre Maboni não receberá nenhuma advertência". Com isso, o bispo pretendeu demonstrar sua convicção de que seu subordinado não deve ser responsabilizado pelo teor de uma entrevista que lhe foi atribuída enquanto estava preso e incomunicável e na qual a Igreja é acusada de praticar subversão no Brasil.

"Qualquer jurista sabe que a entrevista não tem valor nenhum, pelas condições em que teria sido feita" — acentuou dom Estanislau, acrescentando que o padre passou 16 dias sem dormir, na prisão da Polícia Militar do Pará. Ao começar a cerimônia, o bispo Estanislau relatou ra-

pidamente os incidentes da localidade de Perdidos, no Pará.

A recepção do povo ao padre que voltava a Santo Angelo, no final de semana, foi muito carinhosa e, em alguns momentos, como na missa que rezou às 19 horas de sábado, Maboni quase chorou.

No fim da missa, por sugestão do bispo, os fiéis aplaudiram de pé "o filho que volta ao seu povo". Depois, as mais de 300 pessoas que se encontravam na catedral foram até o altar, cumprimentá-lo e abraçá-lo, "para dizer com este gesto fraterno que se solidarizam com ele", salientou dom Estanislau.

O advogado José Carlos Castro tentará hoje, mais uma vez, estabelecer um contato com os três voluntários da igreja indiciados no IPM que apura o ataque de posseiros a um destacamento da Polícia Militar no Sul do Pará e presos incomunicáveis em dependências militares, em Belém, há 10 dias.

tensão levou à emboscada

O conflito entre posseiros e policiais tem raízes em uma confusa doação de terras do governo do Pará à antiga Fundação do Brasil Central, em 1945. Essas terras — muito férteis e próximas ao rio Araguaia — nunca foram delimitadas e jamais tiveram títulos definitivos de propriedade. Assim foram ocupadas por centenas de posseiros que lá se estabeleceram — alguns há mais de dez anos — derrubando matas, plantando suas pequenas roças de subsistência e colhendo coco de babaçu.

A falta de títulos de propriedade (até hoje ninguém sabe de quem são as terras) e o isolamento nas matas sempre motivaram atritos entre grandes e pequenos ocupantes da região, pois a única forma de fazer valer a posse é a força. Evidentemente, os grandes sempre levaram vantagem, pois além de disporem de recursos para a contratação de advogados caríssimos e suborno de burocratas e policiais, não deixaram de lançar mão dos serviços de jagunços e pistoleiros para expulsar os pequenos posseiros mais recalcitrantes. Assim, o clima já era bastante tenso, quando alguns meses atrás, o capitão Luiz Hernandez — dos 35 sucessores da antiga doação à Fundação Brasil Central, mais conhecido por "Careca" — começou a espalhar pela região que, mediante suborno, havia conseguido legalizar as terras e iria expulsar todos os posseiros.

O ex-posseiro Antonio Calixto Santos conta como foi: "O 'Careca' falou para mais de 20 caras daqui que tinha dado 300 mil cruzeiros para o pessoal do INCRA para acertar as terras dele e que daria mais 200 mil quando tudo estivesse pronto. Disse que a gente não ia poder segurar o pessoal da demarcação, porque a polícia vinha junto e que ele ia chutar todos os posseiros daqui".

A princípio, os posseiros não levaram a afirmação muito a sério. A maioria deles acreditava que a lei lhes garantiria o direito de posse e o muito que poderia acontecer seria uma indenização para deixarem as terras.

Enquanto uns 10 ou 15 posseiros começaram a dizer que resistiriam até à polícia, mais de 100 outros se cotizaram — "10 cruzeiros

de um, 20 de outro" — para mandar o lavrador Joel Rodrigues de Souza "falar com a lei" em Belém e depois em Brasília. Davi, irmão de Joel, conta que ele voltou uns 15 dias depois trazendo "umas 150 folhas de papel federal (formulários de cadastramento de posseiros)

Os lavradores ainda estavam garatujando seus formulários, quando chegaram à região os topógrafos do INCRA, acompanhados de uma tropa da Polícia Militar, comandada pelo tenente Walmary. Os posseiros ficaram alarmados, pois os trabalhos de demarcação não são normalmente acompanhados de tropa policial. "Parecia que estava sendo cumprida a promessa do careca de botar todo mundo para fora" — diz Davi.

À medida em que prosseguia a picada topográfica, aumentava o clima de tensão.

A resposta dos "briguentos" era sempre a mesma. "A gente não está disposto a sair daqui chutado ou a troco de uma botina" (referência às indenizações pagas a posseiros).

O clima de tensão não alarmou apenas os pequenos posseiros. Antônio Alcazas Martins — o "Antoninho" — diretor da Madeireira Ímpar, de São Geraldo do Araguaia — sede do município, a mais de 400 quilômetros — para pedir as autoridades que suspendessem o trabalho de demarcação. Não que "Antoninho" se condoesse muito da sorte dos pequenos posseiros, pois por muitas vezes ele já usara de violência e trapaça para expulsá-los. O diretor da madeireira — que a rigor também é posseiro — além de tentar impedir que a picada avançasse sobre suas posses tentava evitar um conflito que certamente iria prejudicar também os interesses de sua companhia.

Em Conceição do Araguaia, "Antoninho" falou com o capitão Reinaldo, comandante do destacamento da PM, com o bispo dom Estêvão e com o então candidato a prefeito Ulisses Vieira, apoiado pelo governador e pela direção da madeireira. Dos seus contatos, resultou um telegrama do prefeito Alberto Maranhão de Lima ao governador Aloysio Chaves pedindo a suspensão dos trabalhos topográficos

ante a iminência do conflito.

Nem autoridades, nem posseiros ouviram as advertências. A emboscada consumou-se às 10 horas da manhã do dia 27 de outubro.

O capitão Cleto Fonseca conta que uns 10 ou 15 posseiros armados de espingardas de caça — "cartuchos de chumbo, com umas bolas grandes no meio" — atiraram sobre os policiais e topógrafos na altura do quilômetro 30 da picada, a meia distância entre os povoados de Perdidos e Boa Vista. "Os posseiros se esconderam atrás de uma árvore caída, apontaram as armas por cima de suas cabeças e atiraram sem ver".

A polícia tentou reagir aos tiros mas não conseguiu porque os posseiros estavam bem abrigados.

O soldado Ezio morreu no local. O soldado Fonseca, muito ferido, acabou morrendo antes de chegar a São Geraldo. Outros dois soldados sofreram ferimentos leves.

A notícia da emboscada ecoou como uma bomba, sucedida de uma onda de temor da reação policial. Enquanto os homens se embrenhavam nas matas — muitos deles sem qualquer participação na emboscada — as mulheres carregando crianças fugiam de suas casas sem saber para onde ir.

Seu "Dodó", que tanto havia tentado evitar a emboscada, também fugiu para a mata: "Eu sabia que quando a polícia voltasse, a revolução ia ser grande. Eles iam bater em todo mundo e eu já estou velho e não aguento mais pancada".

A reação policial demorou três dias. Na manhã do dia 30, mais de 50 policiais desembarcaram no povoado de Perdidos. "Ai, não deu bonito, eles foram prendendo todo mundo e amarrando os homens com as mãos pra trás" — conta João de Lima, o dono do bar.

Os posseiros foram sendo caçados e trazidos ao povoado. Ficaram amarrados ao sol, o dia todo, pois não havia onde prendê-los. Mas os policiais não permitiam que se desse água aos presos.

Enfurecidos com a morte dos dois companheiros, os soldados da PM não se limitaram a bater e prender. Queimaram as casas dos posseiros Daniel e Otacilio, tidos como cabeças da em-

boscada. Prenderam Edna, a professora do Mobral, e seu marido João de Deus. Na casa deles rasgaram livros, cadernos e roupas.

O padre Maboni foi preso na noite do dia 30, em Boa Vista, e levado imediatamente para o destacamento da PM em São Geraldo do Araguaia, juntamente com dezenas de posseiros.

Os policiais também estavam tensos. No dia primeiro de novembro, houve um segundo tiroteio. Segundo os policiais, alguns posseiros tentaram resistir às prisões. Mas os habitantes do local contam uma história diferente. Segundo eles, um posseiro carregava sua espingarda, quando viu os policiais se aproximarem. Tentou fugir e, na corrida, disparou acidentalmente sua arma. Os policiais então atiraram.

No dia de Finados, quando já haviam feito mais de 100 prisões, os policiais ainda temiam uma reação armada dos posseiros. A noite, avisaram habitantes do povoado para dormirem no chão, pois poderia haver um tiroteio, e as balas atingi-los em suas redes.

O tiroteio não veio e o clima de tensão amainou um pouco.

Nos últimos dias das prisões, a situação já era mais calma e posseiros e policiais ouviam à noite, pela "Voz da América", as primeiras notícias a respeito da emboscada. Com grande surpresa e um pouco de satisfação, os posseiros ficaram sabendo que o principal inimigo deles, Luiz Hernandez — o "Careca" — também estava preso em companhia do "Antoninho", diretor da madeireira.

Embora conformados por saberem que, dessa vez, até os "grandes" foram presos, os posseiros acabaram ficando completamente confusos. "Se era o 'Careca' que estava mandando na polícia como é que ele acabou preso? Se ele não estava mandando, por que é que a Polícia veio se meter nessa questão?" 30-11-76

JB

ÁREA DE SEGURANÇA

Belém — O Governador Aloysio Chaves já recebeu comunicado de Brasília sobre a próxima transformação do Município de Conceição do Araguaia em área de segurança nacional, sube-se ontem no Palácio Lauro Sodré. 24-11-76

OAB pede volta ao Estado de Direito

O ESTADO DE S. PAULO

A exigência da volta ao Estado de Direito, com a imediata revogação do AI-5, o restabelecimento das garantias individuais e de uma Justiça Livre, a denúncia da desigualdade da Justiça no plano social e da necessidade de um controle efetivo das operações das multinacionais no País foram as principais conclusões aprovadas por unanimidade ontem, em Salvador, no encerramento da VI Conferência Nacional da OAB.

Ao contrário do que indicava a expectativa dos observadores, criada em função da tônica dos debates durante os trabalhos, a última sessão plenária, realizada pela manhã, não assumiu a indicação da comissão encarregada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados para acompanhar a reforma judiciária. A sugestão estabelecia, como condições básicas para a implantação da reforma, o restabelecimento do Estado de Direito, das garantias constitucionais da magistratura, do habeas corpus e do mandado de segurança.

Falando sobre os resulta-

O ESTADO DE S. PAULO

CLT PREOCUPA

O Sindicato dos Empregados no Comércio de São Paulo enviou expediente ontem ao ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, afirmando não concordar com a anunciada alteração do regime de trabalho da mulher na nova CLT. Diz a entidade de classe que as modificações que se anunciam na CLT são inspiradas, conscientemente ou não, "por certos grupos empresariais que, na busca de mais lucros, se apresentam como campeões do desenvolvimento econômico, pouco ou nada se importando com os problemas de seus empregados, gerados pela dilatação imoderada da jornada de trabalho".

Sylvio de Vasconcellos, presidente do sindicato, diz ainda que alguns grupos econômicos reivindicaram a supressão de limites no horário de seus estabelecimentos. Conseguindo esse objetivo, estenderam a jornada de trabalho de seus empregados aos domingos.

dos da conferência, o advogado Heleno Fragoso afirmou que os advogados reclamaram repetidamente o retorno das prerrogativas de magistratura, "inclusive como elemento essencial à reforma judiciária". A administração da Justiça foi outro ponto amplamente discutido na conferência, sendo denunciado que "a pobreza, a miséria e a ignorância tornam inteiramente ilusória e formal a igualdade perante a lei".

A posição da VI Conferência Nacional da OAB, diante dos diversos aspectos de funcionamento das multinacionais no País, assinala a "necessidade de que elas façam um aporte efetivo de capital e uma transferência leal de tecnologia, impondo-se o desenvolvimento da pesquisa nacional". Conforme Fragoso, "a este respeito, os advogados assinalaram ainda a necessidade de um controle efetivo das operações das multinacionais, através de órgão eficaz que aplique leis que prevejam sanções severas, inclusive de natureza criminal, para as fraudes de falsidade que as empresas praticam em prejuízo da economia nacional". 23-10-76

COMERCIÁRIOS

Posteriormente, quando se conseguiu, da Prefeitura de São Paulo, a cessação do funcionamento dominical, o sindicato verificou que o comércio não sofreu qualquer prejuízo.

"Outra área empresarial fala, agora, de instituir nesta Capital o varejão, vocábulo com o qual quer denominar as grandes liquidações setoriais do comércio varejista, para o qual pretende o funcionamento dominical.

Após afirmar que tanto a primitiva extensão do trabalho aos domingos quanto a criação do varejão representam a supressão de antigas conquistas da categoria comercial, o órgão de classe finaliza: "Daí as apreensões com que vemos o propósito dos que, arvorando-se em defensores do trabalho feminino, fazem arremetidas contra as limitações que a legislação brasileira impôs a esse trabalho, com o nobre objetivo de salvaguardar a própria mulher". 26-10-76

Sindicato mostra o caminho

O ESTADO DE S. PAULO

ITABORAÍ MARTINS

No futuro, os analistas do sindicalismo e dos movimentos sociais deverão examinar em pormenor a ação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, a partir da morte de Wladimir Herzog, em 25 de outubro de 1975, como um marco memorável para as demais organizações de trabalhadores brasileiros. Algo mudou, com a ação daquele sindicato; e algo está mudando, para melhor.

Sexta-feira, na Delegacia Regional do Trabalho paulista, liderados pela diretoria de seu sindicato, numerosos profissionais da imprensa paulista foram tratar do reajuste de salários; mais uma vez, ressaltou-se a habilidade da direção sindical, que, embora inexperiente ainda, mostra-se firme e de visão ampla.

De 25 de outubro de 1975 a 12 de novembro de 1976, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, até mesmo sem perceber, tem aberto novos rumos para o movimento sindical brasileiro.

Com a mesma firmeza e dignidade manifestadas no triste episódio da morte do colega, a categoria uniu-se em torno de sua direção sindical, para, através de salvas de palmas prolongadas, intensas, sonoras, manifestar seu apoio ao presidente, Audálio Dantas, que não aceitou a alegação do patronal, de que não teria havido tempo hábil para o exame das reivindicações trabalhistas.

Se o número de jornalistas presentes à sala de reuniões da DRT foi expressivo — o maior dos últimos anos —, não menos eloqüente foi a forma de protesto: palmas vibrantes para os dirigentes da categoria, em lugar de manifestação hostil ao representante patronal.

Note-se que o Sindicato dos Jornalistas foi o segundo a ser visitado pelo comandante do II Exército, general Dilermando Monteiro, militar de trânsito mais fácil junto aos civis. Antes dos jornalistas, foram visitados os metalúrgicos e, depois, outras visitas se seguiram.

Por toda a parte, na Grande São Paulo — onde mora uma população duas vezes maior do que a da Suíça e onde trabalha um entre seis metalúrgicos latino-americanos — o exemplo do órgão de classe dos jornalistas frutificou: reivindicações apresentadas dentro das regras do jogo, firmeza, não-aceitação de provocações, manifestação de boa-vontade. E assim aconteceu com os metalúrgicos, com os bancários, têxteis e outros: começa a haver, de novo, após os anos de marasmo que se seguiram ao AI-5, um movimento sindical em São Paulo.

Muitos se recordam, ainda, que as provocações, as posições divorciadas da realidade, os radicalismos é que ajudaram a implantação do AI-5; e o movimento sindical da época não esteve imune àquelas posições muitas vezes justas, mas ingênuas, no fundo.

Se o exemplo dos jornalistas continuar frutificando na atual linha de ação, talvez um dia se possa, como acontece nos Estados Unidos, discutir o apoio sindical a este ou àquele candidato à Presidência da República. Talvez. 14-11-76

O ESTADO DE S. PAULO

10º CONGRESSO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS

Desde ontem 500 funcionários públicos estão reunidos em Curitiba no décimo congresso nacional da categoria, discutindo 80 temas que, em geral, repetem reivindicações de 20 anos atrás quando se realizou o primeiro encontro redução do tempo de aposentadoria, paridade salarial entre os três poderes e criação de um banco de previdência para o funcionário público, entre outras.

O pagamento de 13º salário e o novo estatuto do servidor público também serão debatidos. Outro problema que exige imediata solução é a disparidade de regimes entre os funcionários do governo. Esta situação atual — alguns são estatutários outros regidos pela CLT — só prejudica o funcionalismo e o próprio serviço público. Ninguém se conforma de trabalhar ao lado de outros que têm mais regalias como férias maiores e até melhores salários. 28-10-76

a greve dos médicos

Os 250 médicos residentes do Hospital do Serviço Público ficaram 6 dias em greve.

A razão que os levou ao movimento (praticamente espontâneo), foi a expulsão de um deles do hospital porque faltara dois dias ao serviço. Na verdade, esta arbitrariedade foi a penas a mais recente de uma série, através da qual a burocracia estatal, responsável pelos serviços públicos, procura manter sob controle militar os seus empregados.

Fazendo eco ao imenso descontentamento popular que existe hoje contra a camarilha militar, e os seus métodos ditatoriais, também os médicos resolveram dar um basta a esta situação. Organizados em assembleias gerais, no próprio hospital, eles criaram ao longo do movimento uma Associação de Médicos Residentes local, dando representatividade de base as associações estadual e nacional da categoria. Além disso, criaram comissões que abarcaram um bom número de companheiros e que desenvolviam os vários encaminhamentos da luta, deliberados nas Assembleias quase diárias.

Seu movimento ganhou tal força e repercussão na opinião pública, que a direção do hospital foi obrigada a recuar e revogar a medida de expulsão de todos os 250 médicos, que acabara de tomar para tentar furar o movimento. Foi necessária, inclusive, a intervenção do Secretário da Administração estadual, Ademar de Barros Filho, para acalmar os ânimos atendendo às reivindicações, e transformando a expulsão inicial que desencadeara a luta, numa pena de suspensão por dez dias...

Os jornalistas do "Popular da Tarde" receberam mais uma vez seu salário diminuído, assim como já vinha acontecendo há três meses. Na primeira vez reclamaram com o Departamento de Pessoal. Em vão. Na segunda, chegaram a levar o problema ao Sindicato. Também em vão, pois ao que parece, a diretoria "ocupada" em encenar a luta pela antecipação salarial, não pode perder tempo com aqueles que não só não recebem aumento, como são rebaixados em seus vencimentos. Na terceira, decretaram greve.

Só então a diretoria da empresa dignou-se a ouvir os reclamantes. Prometeram tudo: restituição dos salários, aumento, pagamento de horas extras.

Infelizmente, os grevistas, combativos, mas sem experiência alguma, engoliram as promessas dos patrões e suspenderam o movimento, acreditando no "diálogo". Tarde demais eles se aperceberam disso. No dia seguinte, quatro deles eram esperados pelos guardas do Serviço de segurança da empresa, logo à entrada, sendo impedidos de entrar na redação. Foram levados pelo braço diretamente ao Departamento de Pessoal, onde assinaram carta de demissão. E do mesmo modo -escoltados- foram levados à rua, sem ao menos poderem conversar com os companheiros de trabalho.

No Sindicato dos Jornalistas, os jornalistas do "Popular" expuseram o acontecido ao presidente Audálio Dantas e a outros membros da diretoria. Mais uma vez houve um "cordial diálogo", sem maiores consequências. Audálio prometeu uma mesa redonda com os patrões não se sabe para quando.

Como um bom pelego, Audálio fez o jogo dos patrões. Recusou-se a mobilizar os jornalistas, preferindo cordiais mesas-redondas.

A desmobilização e o diálogo com patrões e generais tem sido a linha de atuação constante da diretoria pelega.

Gol a Gol - 11/11/76

voto nulo, posição dos estudantes?..

Dia 16 de outubro foi realizado no campus da USP (SP) o Encontro Nacional de Entidades Estudantis, que reuniu estudantes de SP, MG, RJ, RGS, Brasília, Pernambuco, Bahia, no número de 850 participantes, com a perspectiva de reorganizar o movimento estudantil a nível nacional.

Foram tiradas as seguintes resoluções do encontro: voto nulo nas eleições municipais de 15 de novembro; pelo plebiscito nacional por eleições livres; comitê de voto nulo.

Um fato significativo é que a decisão do voto nulo não está sendo encaminhada pela maioria das entidades estudantis ou das universidades que participaram do encontro.

O que levou a maioria das entidades estudantis a não encaminhar a decisão tirada no encontro?

O BOICOTE A DECISÃO DO ENCONTRO, OU UM RESPEITO A DEMOCRACIA NAS DECISÕES?...

O encontro, realizado sem uma articulação prévia das entidades estudantis para um processo de ampla discussão com o conjunto dos estudantes não tem a "autoridade de assumir qualquer posicionamento de voto em nome dos estudantes brasileiros.

Entendemos que a importância da organização nacional se dá na perspectiva de uma atuação

comum dos estudantes através de uma única voz na realização de nossos interesses. As eleições municipais apresentam-se como um momento importante para um posicionamento comum. Entretanto, só uma articulação de base a partir de salas de aula, das escolas, Universidades é que dará força para a decisão de voto a nível nacional.

Foi por isto que votamos contra uma posição que fosse tirada no encontro e nos abstermos na votação da qual sairia esta posição (a posição de voto nulo: foi tirada por 108 abstenções e 157 votos contra). Não reconhecemos a legitimidade da decisão e não assumimos o encaminhamento desta proposta.

A medida que inexistiu este processo anterior só restava ao encontro tirar propostas que viabilizassem e incentivassem discussões sobre as eleições nas escolas.

Atualmente, as entidades estudantis são os únicos instrumentos que possuímos como canal de expressão de nossas reivindicações, se constituindo no núcleo mais orgânico na reorganização nacional.

A reflexão crítica deste encontro nos remete a necessidade de uma troca de experiências mais sistemática, aglutinando novas escolas, fortalecendo a atuação conjunta dos estudantes a partir de lutas comuns.

Estudantes fazem passeata e greves

O ESTADO DE S. PAULO

Aproximadamente 250 alunos da Universidade Federal de São Carlos realizaram ontem uma passeata pelo campus, deixando claro que não voltarão às aulas enquanto não forem atendidas suas reivindicações. Esse pode ser o início de um impasse, pois logo depois o reitor convocou uma entrevista coletiva para criticar o movimento dos alunos e dizer que já atendeu às principais reivindicações.

Com gritos e cartazes, os alunos de São Carlos pediam "diálogo e volta às aulas" enquanto percorriam todo o campus da Universidade. A passeata terminou em frente à reitoria e os estudantes exigiram uma reunião com o reitor Luiz Edmundo Magalhães, que acabou recebendo os representantes dos alunos para uma conversa de meia hora.

As reivindicações dos alunos da Universidade de São Carlos — designação de nutricionista para elaborar o car-

ESP

MEDICINA: 28 DIAS DE GREVE

Depois de uma paralisação que durou 28 dias, os alunos da Faculdade de Medicina da USP decidiram, finalmente, voltar às aulas.

Os problemas começaram exatamente no dia 15 de outubro, quando a Congregação da Faculdade de Medicina da USP aprovou um novo currículo, elaborado por um grupo de professores e cujo objetivo, na opinião dos alunos, era o de reduzir a importância dada ao programa de Medicina Comunitária e Preventiva, que cresceu com a unificação dos cursos tradicional e experimental da Escola.

Até o ano passado a Faculdade manteve os dois cursos mas, no início de 1976, a Congregação decidiu unificá-los, criando um currículo que aproveitava as modificações introduzidas no curso Experimental. Em 15 de outubro, porém, a Congregação aprovou um novo currículo que praticamente excluía essas alterações e, de acordo com os estudantes, reintroduzia o curso tradicional.

Nas dezenas de comunicados divulgados pelo Centro Acadêmico da Facul-

21-10-76

dápio de suas refeições, providências para escolha de um imóvel para a sede social do Diretório Central dos Estudantes e conclusão do inquérito sobre agressão moral a uma professora praticada por um dos estudantes que mobilizaram os colegas para a greve — foram atendidas pela direção do estabelecimento. Em relação à última ficou decidido que o aluno sofrerá apenas uma advertência verbal.

Para conseguir a adoção dessas medidas, os estudantes voltaram ontem às aulas, após 12 dias de paralisação. Esclareceram que a decisão foi tomada em assembléia, na terça-feira, depois de divulgada a disposição do reitor Luiz Edmundo Magalhães de atender as reivindicações somente após o reinício das aulas. Entretanto, os alunos afirmam que continuarão lutando para a solução de outros problemas, a longo prazo, como a sua participação na elaboração de currículos, maior objetividade dos cursos, aulas menos expositivas e participação mais ampla nas decisões da administração.

dade os estudantes ressaltaram as consequências que a introdução desse currículo acarretaria, entre elas, a "formação de médicos especializados e desvinculados da realidade onde irão atuar".

Para os alunos, o ensino médico deve estar voltado para a formação de profissionais que tenham como objetivo a prestação de serviços e o desenvolvimento de uma ciência que beneficie a maioria da população. E, "a nossa realidade", dizem, "exige a formação de médicos generalistas."

Duas semanas depois, esse currículo era revogado e a Congregação aprovava uma nova proposta de reestruturação, que tentava uma conciliação entre as duas posições.

Mas os alunos não aceitaram mesmo o currículo conciliatório, que mantinha a carga horária integral dos cursos de Medicina Comunitária e Preventiva, com os estágios nos Centros de Saúde, mas não reintroduzia o curso de Ciências Sociais, também defendido pelos estudantes. 28-11-76

Brasil é o que menos gasta com Educação, diz BID

O ESTADO DE S. PAULO

WASHINGTON — O Brasil é o país que menos gasta com Educação na América Latina — menos até que o Haiti, o penúltimo da lista — de acordo com um documento apresentado ontem pelo presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Antonio Ortiz Mena. Enquanto a Costa Rica é o país latino-americano que mais recursos destina à Educação, tendo empregado no ano de 1974 27% de seu orçamento, o Brasil gastava nesse mesmo ano 6% com o setor, contra os 25,9% empregados pela Bolívia, 19,5% pela Colômbia, 19,4% pelo Peru,

13,7% pela Argentina e 7,2% pelo Haiti.

Ao falar no seminário organizado pelo BID para debater problemas de financiamentos educacionais, Ortiz Mena disse que os custos com Educação exercem uma pressão "insustentável" sobre a economia de diversas nações do Continente. Segundo ele, o ensino superior gratuito é uma das razões que tem conduzido a essa situação. Em seu entender, o ensino superior deveria ser pago de acordo com o custo real, assegurando-se o acesso a todas as camadas sociais por meio de um sistema de créditos educativos. 30-11-76

Reitoria da UFBA fecha restaurante universitário

30-11-76 ESP A Reitoria da Universidade Federal da Bahia decretou o fechamento do restaurante universitário, onde mais de mil estudantes faziam refeições, diariamente. Em nota oficial, explica que a medida foi adotada com grande constrangimento, credita-a aos agitadores contumazes e irresponsáveis e lamenta os atos de violência praticados por uma minoria de estudantes e ativistas políticos.

Na nota em que comunica o fechamento do restaurante — resultado de uma série de manifestações estudantis contra seus serviços — a Reitoria informa que, a exemplo do presidente do Diretório Central dos Estudantes, Eduardo Luís Tinoco Melo, outros três universitários foram punidos com 30 dias de suspensão, o que aumenta para sete o número de suspensos nas últimas 48 horas.

PRECEDENTES

Antes, ao tomar conhecimento da punição dos alunos, divulgada por outra nota oficial em três jornais, 200 estudantes realizaram assembléia no restaurante, decidindo decretar um boicote à comida por dois dias e estender o movimento a outras unidades da UFBA. Em seguida saíram em passeata percorrendo dois quilômetros até a Reitoria e marcaram para amanhã uma assembléia-geral.

Em junho os estudantes promoveram eleições diretas para o DCE, reconhecendo posteriormente a chapa eleita em conselho de presidentes de diretórios, de acordo com a legislação. Mas a Reitoria afirma na primeira nota que se "constituiu ilegalmente um Diretório Central".

As péssimas condições de alimentação e higiene do restaurante e "o cercamento de todas as formas de manifestação e organização", segunda nota dos estudantes, levaram seus usuários a encaminharem documento ao Conselho Social de Vida Universitária, que se recusa a discutir o assunto.

Um abaixo-assinado com mais de 700 assinaturas foi levado à Reitoria, mas o Reitor Augusto Mascarenhas, com quem os estudantes pretendiam se encontrar, estava ausente. Na porta do prédio estava montado um esquema de segurança da Polícia Militar, polícia civil e guarda do campus, que prendeu um dos universitários no momento em que ele fotografava o policiamento.

TERROR AMEAÇA PRESOS

Os quatro presos políticos que ainda cumprem pena na Penitenciária Lemos Brito, em Salvador, encaminharam carta a vários cardeais, mostrando-se apreensivos diante das ameaças feitas recentemente a presos políticos de outras partes do País pela Aliança Anticomunista Brasileira. Ao documento, é anexada carta dos presos políticos de Itamaracá (Pernambuco), na qual eles contestam a versão oficial para uma tentativa de fuga de detentos comuns, denunciando torturas contra os fugitivos.

Na carta anexada é enviada ao clero, os presos políticos de Itamaracá referem-se a uma tentativa de fuga ocorrida em fins de setembro naquele presidio, afirmando que a rebelião já estava dominada quando os presos foram levados ao PÁSR. PRESIDENTE E SRS. MINISTROS DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Nós, presos políticos, condenados pela Justiça Militar e cumprindo pena no Presídio Político - RJ, Divisão Especial de Segurança da Penitenciária Milton Dias Moreira, encaminhamos representação a V.Excias. solicitando sua apreciação, em caráter de urgência, por se tratar de questão de extrema gravidade, com V.Excias terão condição de constatar ao tomarem conhecimento do que vai exposto.

Trata-se da vida de nosso companheiro Gutemberg Cavalcanti, de 53 anos de idade, preso em janeiro de 1975, e condenado a tres anos e seis meses de reclusão pela 1a. Auditoria do Exército da 1a. CJM, e que se encontra no momento numa cela do Hospital do DESIPE-RJ, vitimado de cancer na tiróide.

E nesse sentido que resolvemos nos dirigir a V.Excias expondo o caso e encaminhando as seguites reivindicações:

- a) - Que Gutemberg Cavalcanti seja urgentemente internado em uma clínica especializada, para exames e tratamento;
- b) - Que este internamento seja acompanhado de sua libertação. 20 de setembro de 1976

Imprensa no Brasil

WILLIAMS BURG, Virginia — Não existe liberdade de imprensa absoluta no Brasil e os jornais vivem "num estado de insegurança total", declarou ontem na assembléia da Sociedade Interamericana de Imprensa o diretor de O Estado de S. Paulo, Julio de Mesquita Neto, membro do conselho consultivo integrado pelos ex-presidentes da SIP.

A censura é exercida contra os pequenos jornais, enquanto a chamada grande

imprensa desfruta de liberdade em razão de sua influência no plano externo, fator importante para as autoridades de Brasília.

No entanto, observou em seguida que os grandes jornais também sofrem certas "pressões indiretas" através do controle da publicidade e de "conselhos" aos jornalistas. Julio de Mesquita Neto acrescentou que O Estado enfrenta frequentemente essas "pressões indiretas" quando terceiras pessoas "sugerem ou pedem a supressão de informações

contrárias ao regime ou referentes aos possíveis sucessores do presidente Ernesto Geisel".

Outro brasileiro presente à assembléia, Fernando Gasparian, diretor do semanário Opinião, declarou que as autoridades de Brasília estão empenhadas em "criar um ambiente de confusão e prejuízos materiais" nas publicações submetidas à censura. Gasparian citou exemplos "incompreensíveis", de itens censurados que "nada tem a ver com a política do País

BRASIL MULHER 5

ANISTIA IRRESTRITA

A anistia ocupou, nas últimas semanas, espaços importantes em muitos discursos parlamentares.

A questão foi suscitada no Parlamento pelas declarações do senador Jarbas Passarinho, da Arena do Pará, sobre a maneira como se processaram as cassações políticas nos governos Costa e Silva e Emilio Médici. As declarações do senador paraense demonstram que as cassações foram feitas de maneira indiscriminada e injusta e, até mesmo, "por vingança".

Diante do depoimento insuspeito do vice-líder do governo no senado e vice-presidente da Arena, parlamentares opositores passaram a exigir a revisão dos processos cassatórios e propor a anistia ampla aos políticos atingidos pelos atos institucionais. O próprio Passarinho admitiu no senado que agora será fatal o crescimento da tese da ampla anistia e revisão das punições. Levado,

seja por interesses pessoais imediatos, seja por interesses políticos ou eleitorais, a verdade é que o senador paraense, com suas afirmações, provocou o descrédito nas medidas punitivas dos governos militares.

O que emergiu disso tudo é a evidência da necessidade da anistia e o fato de que ela, hoje, não pode mais ser ignorada por ninguém no país. Porém, os parlamentares que levantaram a questão referem-se a uma anistia ampla só para os políticos atingidos pelos atos de exceção, como se fossem as únicas pessoas injustiçadas pelas punições oficiais.

Esquecem-se os milhares de brasileiros que se encontram no exterior, sem direitos políticos; que se encontram nas prisões, mesmo sem culpa formada; que se encontram fora de suas escolas, empregos, cadeiras, cargos públicos, por cassações superficiais, por suposições passíveis de comprovação, por professor idéias contrárias às vigentes, por se opor a uma política de restrições à liberdade.

Homens, mulheres e jovens, das diversas camadas da população e das mais diferentes profissões dos grandes centros e do interior, há mais de uma década, estão alijados de qualquer participação na vida nacional, sofrem a pena de reclusão

nos cárceres, em condições muitas vezes sub-humanas, padecem o afastamento obrigatório de suas funções, por força do AI-5 ou outros atos institucionais. Portanto, se está sendo abordada a anistia, como condição de justiça para os atingidos, só se justifica uma anistia ampla e irrestrita, que englobe todas as pessoas que sofrem qualquer tipo de restrição aos seus direitos de cidadão brasileiro, por motivos políticos. Falar de anistia para alguns tem o mesmo efeito de uma gota de água no deserto - não mata a sede de direitos, que a própria Constituição garante.

BM, desde seu primeiro número, se engajou na luta pelos direitos humanos, na luta pela anistia ampla e irrestrita para todos os punidos por motivos políticos.

Frisou sempre ser a anistia um problema de direito, de justiça, de necessidade e não um simples perdão. Ao apresentar a anistia num contexto histórico brasileiro mostrou que, em 1945, a anistia só foi conseguida após intensa campanha popular. "Quando todas as camadas da população, desde as classes mais ricas até as mais pobres, se organizaram de maneira consciente, formaram uma frente comum - Campanha pela Anistia - e realizaram comícios em todo o Brasil para exigir o retorno dos exilados e a libertação dos presos políticos, o governo foi levado a ceder e surgiu o decreto sobre a Anistia."

BM insistiu também em demonstrar que a anistia hoje, significaria um direito e não um dever: "direito porque todos os brasileiros, e a própria Constituição o diz, são iguais. Não é justo que um castigo, baseado em pressão seja de que tipo for seja imposto como lei.

O ESTADO DE S. PAULO

SIP

13-11-76 UNESCO

Também ontem, o diretor do jornal Miami Herald, George Beebe, denunciou que o plano da UNESCO de incentivar a criação de agências noticiosas governamentais faz parte da tentativa de "disseminar a influência do controle da imprensa, ao estilo soviético, no terceiro mundo" não é mais uma ameaça vermelha é uma realidade vermelha e reafirmou a preocupação da entidade e da comissão mundial pela "manobra soviético-terceiro mundista

O ESTADO DE S. PAULO

Censura telefônica

O VII Encontro Nacional de Delegados de Polícia, encerrado domingo em Belo Horizonte, aprovou a sugestão do delegado Almir Chagas Vilela, do Paraná, para que seja permitida à polícia a utilização de aparelhos de escuta telefônica, com autorização da autoridade judiciária, como forma de se combater o crime em casos de ameaças de sequestro ou acertos de resgate, extremismo político, chantagem, tráfico de narcóticos e avisos de atentados a bomba. A proposta, entretanto, foi repelida em Salvador pelo senador Paulo Brossard, do MDB, para quem "eles agora querem legalizar o que já vêm fazendo", e pelo jurista Caço Mario da Silva Pereira, que a considerou uma violação do direito à privacidade. 19-10-76

O ESTADO DE S. PAULO

Técnicos repudiam a escuta policial

27-10-76

O IV Congresso Brasileiro de Telecomunicações considerou, ontem, a violação da correspondência e da comunicação telefônica "o delito mais agressivo contra o direito do homem" refutando tese dos delegados de polícia, recentemente reunidos em Belo Horizonte, que defenderam a legalização da escuta de conversa telefônica pelas autoridades.

Para os representantes do congresso, "violar o sigilo das comunicações, interceptando, transmitindo, exibindo, divulgando ou utilizando abusivamente o texto, conteúdo, resumo, significado, interpretação, indicação ou efeito de qualquer mensagem dirigida a terceiros, ou conversação telefônica, entre pessoas", deve ser incluído entre os crimes de telecomunicações, definidos no anteprojeto do código brasileiro de comunicações, atualmente em estudos pelo executivo.

JORNAL DA TARDE

SNI CENSURA

Entre o material censurado do número dessa semana de "Opinião" está uma mesa-redonda sobre a situação do índio no Brasil, da qual participaram o presidente da Funai, general Ismarth de Araujo, dois de seus assessores, o indigenista Orlando Villas-Boas e o antropólogo George Zarruru, o ex-diretor do Serviço do Proteção ao Índio, José Maria da Gama Malcher, o diretor do Museu do Índio, Ney Land, dois antropólogos do Museu Nacional do Rio, Paulo Amorim e Anthony Feeger, e o bispo de Acre e Purus, Dom Moacir Grechi.

Na mesa-redonda, após declarar que fora ao Rio especialmente para o debate, o general Ismarth afirmou: "Queremos falar sobre o índio, mudar a mentalidade da população, e nessa tarefa a imprensa tem papel relevante. As vezes as reportagens são negativas em relação à Funai, mas isso não interessa. Mostrando a situação real do índio se está ajudando. E reuniões como essa, comum debate franco do assunto, são inteiramente válidas".

No número desta semana do semanário "Movimento" foram censuradas, entre outras, a reprodução de uma nota publicada em "O Estado de S. Paulo" sobre a apreensão do número 205 do jornal "Opinião" e todas as referências à morte do Padre Jesuíta João Bosco Penido Burnier e às filias do feijão, PIS e da casa própria, no Rio.

Os dois semanários "Opinião" e "Movimento", que já vinham sofrendo censura prévia realizada pela Polícia Federal, em Brasília, estão agora submetendo seus originais também ao SNI. 16-10-76

O ESTADO DE S. PAULO

MAIS UMA PEÇA CENSURADA

A peça "Acidente de Trabalho", de Consuelo de Castro, premiada pelo Serviço Nacional de Teatro, está proibida pela Censura Federal de ser lida ou encenada em todo o País. É a segunda vez que acontece esse problema com a autora: em 1974, a peça "Invasão dos Bárbaros" foi premiada pelo SNT e em seguida proibida pela Censura. Agora, Consuelo desabafa: "Resolvi afirmar meu repúdio a esta contradição. E declarar,

O ESTADO DE S. PAULO

Censura proíbe "Esquadrão" em dois semanários

A censura da Polícia Federal impediu, ontem, que o jornal "O São Paulo" publique, em sua edição deste fim-de-semana, trechos do prefácio que o jornalista Ruy Mesquita preparou para o livro "Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte". Também o semanário "Movimento" foi impedido de comentar o livro de Hélio Pereira Bicudo, sobre o qual tinha preparado uma edição especial que circularia segunda-feira e que foi totalmente vetada, apesar de conter apenas os comentários sobre a obra que já tinham sido publicados por "O Estado" e com as mesmas fotografias que ilustraram a

matéria no "Jornal da Tarde"

"MOVIMENTO"

Já no "Movimento", a decepção foi grande por causa do veto que atingiu totalmente a edição especial, principalmente porque o material foi entregue à Polícia Federal acompanhado de uma explicação, segundo a qual nada havia sido acrescentado ou cortado as matérias já publicadas pela imprensa diária. O jornal pedia, portanto, apenas igualdade de direitos, pois não estaria levando nenhuma novidade à opinião pública. Mas nada disso valeu, e o material foi vetado integralmente. 23-10-76

O ESTADO DE S. PAULO

Jornal ação contra censura

Os editores do semanário "Movimento" impetraram mandado de segurança junto ao Tribunal Federal de Recursos contra o Departamento de Polícia Federal, que proibiu a publicação do número especial do jornal dedicado à repercussão do livro do procurador Hélio Bicudo "O Meu Depoimento sobre o Esquadrão da Morte". 6-11-76

O ESTADO DE S. PAULO

Polícia apreende quadro

A Polícia Federal apreendeu ontem o quadro "Penhor de Igualdade", do pintor Lincoln Volpini, premiado no Quarto Salão Global de Inverno, de Belo Horizonte, por suspeitar de que a tela contém referências "atentórias à segurança nacional". Artistas e críticos que julgaram os trabalhos, estão sendo ouvidos pela polícia, que lhes exige, no depoimento, a "interpretação" da obra. O júri do salão foi integrado por Rubens Gershman, Mario Cravo, Carybé, Frederico Morais e Sheila Leirner, esta de "O Estado de S. Paulo", que voltou de Belo Horizonte antes de ser decidida a premiação. O pintor Lincoln Volpini foi o primeiro a depor.

"Penhor de igualdade", que deu ao seu autor o prêmio aquisição no valor de mil cruzeiros, mostra no alto da tela um pedaço de madeira. Na parte inferior está a foto de um garoto sentado numa raiz e, no primeiro plano, uma corda. Ao fundo, uma parede. Segundo a polícia a obra deve ser interpretada da seguinte maneira: "O pedaço de madeira representa a bandeira nacional; a corda, na realidade é um arame farpado. Um exame com lupa, sobre a parede ao fundo do quadro, mostrou que nela está escrita uma frase de apoio à guerra do Pará". 22-10-76

com toda a dor e mágoa que sinto, que recusarei terminantemente qualquer prêmio que venha do SNT, ou de qualquer outro órgão deste Governo".

"Não há como escamotear a realidade — afirma Consuelo de Castro — a peça de Oduvaldo Vianna Filho está proibida. A minha está proibida. As nove de Plínio Marcos estão proibidas. Mais de 500 peças brasileiras estão proibidas". 27-10-76

Escritores partem do Sul, condenando censura

A reunião de mais de quarenta escritores e críticos literários brasileiros e dois argentinos, em Porto Alegre, na semana passada, foi um dos mais importantes movimentos para a reunião da classe em defesa dos seus direitos, nos últimos anos, segundo os autores que hoje começam a retornar a seus estados. Levados pelo Projeto Cultur, da secretaria de Turismo, para participar da XXII Feira do Livro de Porto Alegre e fizeram conferências em escolas e universidades, os escritores aproveitaram para se conhecer pessoalmente e discutir, em reuniões improvisadas, sua situação profissional e os problemas que enfrentam para conseguir liberdade de criação.

Nélida Piñon, numa mesa-redonda, disse que "o escritor brasileiro é um marginalizado, mas ele não está sozinho na marginalização. O povo brasileiro também foi marginalizado". Carlos Eduardo Novais Novais, explicou que a pouca penetração dos livros nas camadas populares é um problema social e que a culpa desta situação não é dos autores

O ESTADO DE S. PAULO
31-10-76

nem das editoras, mas sim "de uma estrutura econômica mal ajustada".

A censura foi criticada em todos os encontros. E Nélida Piñon salientou que os escritores precisam ser mais unidos e sair em defesa de qualquer colega, independente do tipo de literatura que faz, quando sofre este tipo de constrangimento.

Para Lygia Fagundes Telles, os escritores brasileiros se deram conta que estão vivendo, além de uma valorização da palavra, "um momento de consciência e conscientização".

Além do contato direto com os jovens nas escolas e universidades e com o povo na Feira do Livro da praça da Alfândega, os escritores salientaram como resultado fundamental do encontro, o compromisso que todos assumiram de revitalizar os sindicatos de escritores do Rio e São Paulo e fundar outros nos demais Estados. "Somente com os sindicatos e uma futura federação nacional — disse José Louzeiro — teremos condições de defender-nos das espoliações que sofreremos".

Baianos requerem liberação de peça

Moradores do bairro do IAPI, em Salvador, enviaram um abaixo-assinado à censura federal solicitando a liberação da peça "Gran Circo Raito de Sol", vetada integralmente na sexta-feira, poucas horas antes da estréia, que deveria ocorrer no centro comunitário do bairro, já com muitos ingressos vendidos.

Integrantes do Grupo Teatral Amador Amadeu, responsável pela montagem, informaram ao público que o espetáculo foi vetado, apesar de terem enviado o texto há 45 dias à Censura Federal em A peça "Gran Circo Raito de Sol", segundo os integrantes do grupo procura, através do ambiente circense, evidenciar alguns problemas sociais, "os quais, entretanto, são abordados diariamente pelos jornais". Afirmaram ainda que a Censura, embora reconhecesse que os temas são tratados diariamente pelos jornais, considera que no

O ESTADO DE S. PAULO

O Grupo Teatral Amador Amadeu existe há mais de um ano e tem procurado concentrar seus esforços em apresentações nos bairros e escolas de Salvador e do interior do Estado. Seu primeiro espetáculo, montado no ano passado com o nome de "Supermercado Pau e Osso S/A", alcançou boa receptividade nos bairros populares onde foi apresentado, tanto pelo tema — abordava situações comuns aos supermercados, como conflitos entre vendedores e compradores — quanto pela linguagem simples de que se valeu. "Nosso teatro é pobre em recursos técnicos e materiais, mas é um teatro para todo mundo ver e entender", afirmam os integrantes do Amador Amadeu, que também acreditam agora que a idéia de montar espetáculos em bairros e subúrbios "Não agrada à Censura". 26-11-76

Reveladas torturas

O ESTADO DE S. PAULO

Os jornalistas Luiz Paulo Machado e Oscar Mauricio de Lima Azedo denunciaram, ontem, ao juiz Abel de Azevedo Caminha, da 1ª Auditoria do Exército, no Rio, as torturas que sofreram nas dependências de órgãos de segurança onde estiveram presos, em março deste ano. Ambos também negaram as acusações, constantes do processo a que respondem, de ligações com o clandestino Partido Comunista Brasileiro.

Luiz Paulo disse que foi preso no dia 5 de março, perto de seu local de trabalho. Encapuzado e colocado num carro por desconhecidos, foi levado a local ignorado, onde recebeu socos, pontapés e choques.

Após assinar um depoimento que lhe foi imposto, disse que o transferiram para o Dops, onde prestou novas declarações, sob coação. Dali, como não confirmasse o depoimento que já assinara, foi mandado de volta para a primeira prisão, onde o obrigaram a escrever uma carta renegando o Partido Comunista, com a promessa de que isto contribuiria para sua libertação. Luiz Paulo disse que só ficou tranquilo quando foi levado pelo delegado Borges Fortes, do Dops, à presença do general Reinaldo Mello de Almeida, comandante do I Exército, que mandou libertá-lo.

Maurício Azedo relatou que na primeira fase de sua prisão permaneceu 10 dias incomunicável, submetido a torturas físicas e psicológicas e que, no sexto dia, o delegado Borges Fortes constatou seu estado de abatimento e cansaço. Azedo estava descalço, de macacão curto e encapuzado, mas, segundo disse no depoimento, aquela autoridade não tomou qualquer providência para alterar esse tratamento.

Todas as declarações que fez, afirmou Azedo ontem, foram obtidas sob tortura. Ele contou ter sido obrigado a sentar-se na "cadeira do dragão", onde lhe aplicaram choques elétricos durante dois dias. Enquanto isso, diziam-lhe: "Vamos herzogá-lo", num alusão ao jornalista Wladimir Herzog, que morreu no ano passado nas dependências de um órgão de segurança, em São Paulo. 10-76

Senador pede fim da censura

O ESTADO DE S. PAULO

Afirmando que a liberdade de imprensa é uma conquista irreversível, o senador Henrique de La Rocque, da Arena do Maranhão, propôs ontem no Senado um diálogo com o governo, com o objetivo de se restabelecer no país a normalidade e suprimir a censura aos meios de comunicação. O parlamentar notou, em seu discurso, que "o presidente Geisel não tem porque temer a liberdade de pensamento", acreditando que o chefe da Nação compreenderá seu apelo 10-11-76

DOI age, garante o general

O ESTADO DE S. PAULO

"O DOI continua desempenhando suas atribuições, aliás, com muita eficiência. Se não tem havido detenções ou inquéritos é porque houve retração na área da subversão, justificando a redução na área repressiva". Essa foi a resposta do comandante do II Exército, general Dilermando Gomes Monteiro, ao ser indagado em Barueri, sobre a paralisação das atividades do DOI-CODI (Destacamento de Operações Internas - Centro de Operações de Defesa Interna).

Pará: repressão

O ESTADO DE S. PAULO

O padre Florentino Maboni, acusado de insuflar posseiros a se rebelarem contra as autoridades, no Sul do Pará, continua detido e em regime de incomunicabilidade num novo local na cidade de São Geraldo do Araguaia, segundo informaram ontem fontes extra-oficiais. A polícia deverá prolongar por mais 30 dias o prazo de sua prisão, assim como a dos 23 posseiros transferidos para o quartel da PM em Marabá.

O ESTADO DE S. PAULO

PM: tortura e morte

As polícias militares do Brasil contam com um efetivo total estimado em cerca de 180 mil homens, o que dá uma média de um PM para cada grupo de 600 habitantes. Um índice que a população teria toda a razão em considerar até inquietante, levando-se em conta o aumento dos crimes praticados por elementos da PM em todo o País, da pequena corrupção ao assalto, roubo e assassinio.

Oferecendo uma formação deficiente e salários baixos, as corporações enfrentam dificuldades em resolver o problema da escassez e da baixa qualidade do pessoal que se candidata ao serviço. As exceções são as Polícias Militares de Santa Catarina — que pagam, relativamente, os soldados mais altos do País — e do Distrito Federal, que se orgulha de não ter expulsado ninguém nos dois últimos anos.

Uma das mais numerosas do País, a Polícia Militar do Rio de Janeiro, que resultou da fusão das corporações dos antigos Estados do Rio e Guanabara, é considerada também das mais violentas. Quando o trabalhador Daniel Cabral de Souza, sobrevivente do **Esquadrão da Morte**, identificou Jacy Machado da Silva, José Alberto de Lima e Valdeci da Silva como os soldados que o prenderam com seus amigos Wearison Santos Simões, o "Ari", e Luiz da Silva Clemente, o "Luca", e depois os fuzilaram, deixando Daniel sobreviver por descuido, o delegado de Homicídios do Rio, Helber Murtinho, comentou:

— Quantas pessoas esses soldados não mataram antes?

Nas mesmas condições de "Ari" e "Luca", encontrados amarrados com cordas e fuzilados com sete tiros cada um — Daniel sobreviveu apesar de baleado quatro vezes, — muitos outros cadáveres têm sido achados por toda a baixada fluminense e subúrbios do Grande Rio, todos com as mesmas características de vítimas do **Esquadrão da Morte**. A suspeita de que esses

mesmos soldados, acobertados por seu superior imediato, o ex-cabo Carlos Alberto Raymundo — todos foram expulsos da PM há duas semanas — ou outros policiais militares estejam implicados nas execuções sumárias, baseia-se fundamentalmente na violência e no sentimento de impunidade que parecem caracterizar a PM do Rio.

No dia 28 de dezembro de 1974, três soldados e um cabo do destacamento do 9º Batalhão em Vila Kennedy prenderam os assaltantes Pedro Acioli de Oliveira, o "Tatuagem", José da Silva, de 16 anos, e Jonas da Silva Lopes, de 14. Conduzidos ao xadrez e espancados, foram levados de madrugada, amarrados com fios elétricos, para Itaguaí e fuzilados. Os dois menores, que eram primos, morreram. "Tatuagem" sobreviveu, e por duas vezes foi levado em ambulância do Rio a Itaguaí para reconhecimento, mas os verdadeiros assassinos nunca foram mostrados. Quando o delegado Valdir Guilherme mais se empenhava em solucionar o crime, seu superior, o delegado Bagueira Leal, da delegacia regional de Nova Iguaçu, avocou o inquérito, que estava na delegacia de Itaguaí, e o engavetou.

Recentemente foram condenados em segunda instância, dois dos implicados no episódio que ficou conhecido como o massacre de Vila de Cava, ocorrido a 18 de agosto de 1974. Nesse dia, os soldados da PM do antigo Estado do Rio, Arthur Sergio Machado e Genézio Vicente Viana, confundiram dois menores com assaltantes e os fuzilaram com 60 tiros. No primeiro julgamento, no dia 5 de maio deste ano, nem a intervenção do presidente Geisel, que havia pedido a punição dos culpados, foi suficiente para sensibilizar o Conselho de Sentença, que por quatro votos a três absolveu os acusados.

Poucos dias antes da data marcada para comparecer à Delegacia de Homicídios, onde ia apontar o comissário Alfredo Olim-

pio Barbosa, do Rio, como o assassino de seu marido, o assaltante "Luisinho Pé Queimado". Teresa Ferreira e seu companheiro Jorge Antunes Pereira foram atacados em casa por policiais. As 3 horas da manhã de 6 de junho de 1971, o cabo da PM do antigo Estado do Rio, Moacir Mendonça, e os investigadores Marco Antonio Moraes e Barros e Luiz Victor Dantas Lomba invadiram a casa de Teresa em Bangu. Espancados e esfaqueados, eles foram colocados em um camburão da polícia. Jorge espartou durante a viagem, forçou a porta do camburão e atirou-se na Via Dutra. Teresa Ferreira foi carbonizada em Belfort Roxo pelos policiais, depois identificados por Jorge.

O comissário Alfredo Olimpio Barbosa, mandante do crime, fugiu para o exterior ainda na fase de instrução criminal. Comenta-se na Polícia do Rio que ele está nos Estados Unidos, como agente da CIA. Marco Antonio Moraes e Barros, filho e sobrinho de generais e de um desembargador, fugiu misteriosamente do regimento Caetano de Faria. Luiz Victor Dantas Lomba acabou sendo impronunciado. Resta o cabo da PM Moacir Mendonça, que já está em liberdade. Este crime do **Esquadrão da Morte**, o primeiro da série solucionada pelo promotor José da Silveira Lobo, jamais foi julgado.

Na sexta-feira, depois de várias semanas de adiamentos, a Polícia Militar do Rio de Janeiro permitiu o reconhecimento de um de seus elementos acusados de pertencer ao **Esquadrão da Morte**. O soldado Milton Pinheiro, do 15º Batalhão, foi apontado pelo estudante Carlos Roberto Dionísio, de 16 anos, como um dos assassinos de seu amigo Alcy de Oliveira Alves, o "Mongolo", na madrugada de 3 de setembro. Dionísio conseguiu escapar fugindo para o mato. O soldado Milton afirmou que não se entregou mais cedo à Polícia Militar com medo de ser torturado. 31 DE OUTUBRO DE 1974 -

Policiais espancam vítima até a morte

Gabriel da Silva Ramos, em tratamento pelo INPS, depois de preso por uma equipe do 4º Distrito Policial, em Belo Horizonte, foi torturado durante quatro dias, além de perder mil cruzeiros de suas economias que portava durante a detenção. Ele está internado na Santa Casa e acusa como seu principal torturador o policial Antonio "Garrafão". Gabriel, além de ter sido colocado no "pau-de-arara", apanhou com uma palmatória na sola dos pés, recebeu choques elétricos e foi obrigado a sentar em uma toalha embebida em ácido que lhe deixou as nádegas em carne viva.

Em depoimento que será encaminhado segunda-feira à Corregedoria de Polícia, Gabriel afirma que no início da semana foi à rua Bonfim, em Belo Horizonte, para "fazer o caderno de sua sogra que cuida de alguns cômodos ali existentes, para posterior acerto com a dona do imóvel". Na saída da casa de cômodos foi detido por quatro policiais chefiados por Antonio "Garrafão", sob a acusação de que ele traficava maconha na região.

Ele tentou mostrar que não era traficante "e eles sabiam disso", mas mesmo assim os policiais o prenderam. 31-10-76

Espancado por policiais da 19ª Delegacia, o trabalhador Renato Laurier da Silva morreu ontem, às 10 e 30, no Hospital Souza Aguiar, no Rio. Os policiais, comandados por um detetive conhecido por "Robertão", exigiam que ele indicasse o paradeiro de seu cunhado Sebastião dos Santos Filho. Renato regressava para casa, no morro do Borel, quando foi detido pelos agentes, que já haviam agredido e cortado o cabelo de vários outros moradores da favela. Os policiais espancaram seguidamente o trabalhador e, depois que ele caiu desfalecido, passaram a lhe chutar a cabeça, até que ocorresse intensa hemorragia nasal. Verificado seu estado físico, os detetives deixaram o morro do Borel, com uma ameaça: ninguém deveria fazer qualquer referência ao fato. A mãe da vítima, Dionísia Rosa da Silva, levou-a ao Hospital Souza Aguiar, apontando os socos, pontapés e coronhadas como causas dos ferimentos que provocaram sua morte, por derrame cerebral. 5-11-76

O soldado da PM, João Moacir Borges, invadiu, de revólver em punho, a cadeia pública de Chopinzinho, a 650 quilômetros de Curitiba, e matou o preso Antonio Oliveira, ferindo ainda Zeferino Rosa e Orlando de Oliveira. O fato aconteceu há 20 dias, mas só agora che-

gou ao conhecimento da imprensa de Curitiba.

João Moacir Borges, que está sob prisão administrativa em Pato Branco, a 150 quilômetros de Chopinzinho, diz que agiu por vingança, atirando em elementos que haviam matado anteriormente vários policiais na região. 10-11-76

Depois de ser espancado por três policiais durante mais de duas horas no interior do 6º Distrito Policial de Santo André, o operário Paulo Fernandes Batista da Silva não resistiu aos ferimentos e morreu ao dar entrada no Pronto Socorro do Hospital Municipal. O fato ocorreu na noite de segunda-feira, poucas horas depois de a delegacia ter sido inaugurada pelo delegado Nerval Ferreira Braga, que representou o secretário da Segurança, Antonio Erasmo Dias.

Ontem, enquanto um grupo de mais de 50 pessoas, entre colegas de trabalho e vizinhos, mostrava-se revoltado com a morte violenta de Paulo Fernandes e procurava retardar o seu enterro até que as autoridades dessem uma explicação para o fato. 11-11-76

Preso denuncia violência

Dois dias depois que o secretário da Segurança, de Minas Gerais, Venício Alves da Cunha, afirmou comandar a "melhor polícia do Brasil", três detentos que cumprem pena na Penitenciária Agrícola de Neves, foram espancados por soldados da PM e confinados na quinta galeria daquela prisão, longe dos outros presos. As autoridades alegaram razões de segurança, temendo nova rebelião no presídio. A denúncia foi feita por um dos presidiários, em carta enviada a um jornal

mineiro.

Na carta, o preso aponta o chefe da Inspeção, Helcio Melo, e o capitão Ciro Ferraz como responsáveis pelo espancamento. Segundo ele, os PMs receberam ordens de "espancar para valer, mas que não tirassem sangue".

O caso está sendo investigado pelo superintendente da Penitenciária da Secretaria do Interior e da Justiça de Minas. Sizenando de Barros, que também recebeu

outra carta denúncia assinada por 105 presos da Penitenciária Agrícola de Neves.

Os detentos manifestam apreensão pela confirmação do inspetor Helcio de Melo na chefia da disciplina, afirmando que ele poderá transformar o presídio, "considerado modelar no País, num autêntico inferno, num caldeirão de revolta, onde muito sangue inocente poderá ser derramado". 24-10-76

Deputado critica violência

31-10-76

O deputado Hilderico de Oliveira (MDB-BA) manifestou ontem na Câmara sua preocupação "com o clima de terror que a polícia vem impondo em sua atuação". Segundo o parlamentar essa ação da polícia brasileira "deixa-nos concluir que muitos dos seus componentes não possuem a mínima condição de realmente policiar, pois são policiais políctaveis".

"As agressões e mortes praticadas pela polícia — acrescentou — se sucedem em todo o País. E recordou o recente episódio ocorrido em Salvador quando jornalistas foram vítimas da violência policial e caso de Ribeirão Preto, onde o juiz Jorge Cocicov flagrou policiais seviciando detidos os crimes do "Esquadrão da Morte" e fez um apelo ao Ministério Público "para que se manifeste contra as arbitrariedades e atrocidades praticadas pela polícia".

8 PMS PRENDEM POPULARES

Um sargento e sete soldados da Polícia Militar de Santa Catarina prenderam ilegalmente oito moradores da localidade de Benedito Novo, no último fim de semana, levando-os para a cidade de Timbó, onde os detidos foram espancados e seviciados. A denúncia foi feita ontem pelo deputado Horst Doming, vice-líder da Arena na Assembléia Legislativa.

De acordo com a denúncia do parlamentar, feita no plenário da Assembléia, um

soldado do destacamento da Polícia Militar de Timbó esteve no município de Benedito Novo, à paisana, e brigou com várias pessoas, sem qualquer razão aparente. Não "satisfeito" com isso, voltou, mais tarde, acompanhado de um sargento e seis soldados — todos fardados — para prender as pessoas que teriam participado das brigas.

Em três viaturas, os PMs percorreram algumas ruas e invadiram diversas residências, acabando por

21-10-76
prender "oito pacatos cidadãos, sem qualquer ordem judicial".

Horst Doming disse que os moradores presos foram obrigados, pelos policiais, a "lamber a sola de suas botas" e, depois, os PMs introduziram bastões em suas gargantas.

O deputado disse que, das oito vítimas, quatro foram hospitalizadas, uma está em estado de coma e as demais ele não chegou a reconhecer, de "tão maltratadas, batidas, que elas estavam".

SECRETARIO DEFENDE SUA POLÍCIA

"A polícia mineira é a melhor do Brasil". O elogio foi feito pelo secretário de Segurança de Minas Gerais, coronel Venício Alves da Cunha, durante o encontro que manteve com os jornalistas, onde procurou minimizar não só os casos de violência ocorridos no Estado, como a rebelião de 161 presos, terça-feira, na Casa de Detenção Antonio Dutra Ladeira, em Neves. Classificando a rebelião como um-

"fato rotineiro que ocorre em qualquer parte do mundo", o secretário negou-se, porém, a comentar as torturas com ácido praticadas contra um operário. Limitou-se a dizer aos jornalistas para que se afastassem do caso e aguardassem o resultado das investigações.

O coronel Venício Alves da Cunha negou-se também a comentar o recente pronunciamento do presidente Ernesto Geisel em Juiz de

Fora, quando admitiu a existência de tortura e o despreparo da polícia brasileira. O secretário alegou que não leu as declarações do presidente, "porque estava viajando e não vejo na formação do policial mineiro essa tendência para a tortura".

No encontro de ontem com os jornalistas o secretário estava irritado pela maneira como foram divulgadas a denúncia de tortura no

4 DP e a rebelião de 161 presos na Casa de Detenção Antonio Dutra Ladeira. Na reunião ele fez um pedido para que os repórteres "retirassem, pelo menos em Minas Gerais, a palavra tortura de seus vocabulários. Peço a vocês a prudência de não darem atenção, cuidado e carinho, apenas ao marginal, como é tendência natural de todos: pensem na sociedade que hoje está mais protegida". 4-11-76

ERASMO NÃO CONHECE TORTURA

"Eu não conheço casos de tortura na Polícia" — afirmou ontem o secretário de Segurança Pública, coronel Erasmo Dias. Quem conhecer — continuou o coronel — que me aponte; eu irei lá averiguar".

Apressando-se em esclarecer que não estava comentando as afirmações feitas pelo presidente Geisel a dom Geraldo Penido, durante a

visita a Juiz de Fora, o secretário procurou incriminar a imprensa ao declarar: "Quando leio os jornais, a primeira coisa que faço é duvidar".

BAHIA

O coronel Durval Matos, comandante da Polícia Militar da Bahia, não quis comentar o assunto alegando sua condição de militar. Limitou-se a declarar que não conhece casos de tortura na Bahia, garan-

tando que "os excessos cometidos pelos policiais (amplamente divulgados nos jornais locais) foram punidos com rigor".

PERNAMBUCO

O secretário de Segurança Pública de Pernambuco, major Reinaldo Cisneiros, afirmou, no Recife: "Eu tenho repetido que o homem preso é intocável porque está sob a proteção da autoridade. É claro que ocorrem ex-

cessos, mas eu nunca fiz vista grossa a isto. Ainda na semana passada, suspendi dois auxiliares por 30 dias porque cometeram excessos contra presos. Inclusive, já afastei gente definitivamente da Polícia. Eu combato qualquer tipo de irregularidade, não apenas o uso de violência. No entanto, é essencial apurar com certeza as denúncias para poder agir com correção. 28-10-76